



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde**

**HOMICÍDIO JUVENIL POR ARMA DE FOGO:  
LUTO, ENFRENTAMENTO E REORGANIZAÇÃO NA FAMÍLIA VITIMADA**

Daniela Fontoura Domingues

Brasília, junho de 2010



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento**

**HOMICÍDIO JUVENIL POR ARMA DE FOGO:**

**LUTO, ENFRENTAMENTO E REORGANIZAÇÃO NA FAMÍLIA VITIMADA**

Daniela Fontoura Domingues

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Área de concentração: Desenvolvimento Humano e Educação.

**ORIENTADORA: PROFa. Dra. MARIA AUXILIADORA DESSEN**

Brasília, junho de 2010

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde**

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

---

Prof(a). Dr(a). Maria Auxiliadora Dessen - Presidente  
Universidade de Brasília - UnB

---

Prof(a). Dr(a). Arthur Trindade Maranhão Costa- Membro  
Universidade de Brasília - UnB

---

Prof(a). Dr(a). Elizabeth Queiroz - Membro  
Universidade de Brasília - UnB

---

Prof(a). Dr(a). Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira - Suplente  
Universidade de Brasília - UnB

Brasília, junho de 2010

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, às famílias participantes do estudo, que mesmo em momento tão delicado, se dispuseram a compartilhar sua dor e seu sofrimento. A todas elas e, em especial, às mães dos jovens vitimados, dedico este trabalho, em demonstração de respeito pela força, determinação e coragem com que enfrentaram o desafio.

Aos profissionais, instituições e ONGs que, através de suas redes de relações e contatos, permitiram a efetivação da pesquisa: Lélia Almeida (Assessora Especial do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do Ministério da Justiça); Valéria Velasco (CONVIVE – Comitê Nacional de Vítimas da Violência e Pró-Vítima – Programa da Subsecretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal); Everardo Aguiar (Movimento Amigos da Paz); Sérgio de Cássio Souza (ONG - Grupo Atitude); Dr. Cleber Monteiro Fernandes (Diretor Geral da Polícia Civil do DF) e à Divisão de Estatística e Planejamento Operacional – DEPO – da Polícia Civil do DF; Dr. João Egmont Leôncio Lopes (Juiz do Tribunal do Júri de Brasília, DF); Dr. Edilson Enedino das Chagas (Juiz da Vara Criminal de Samambaia); Beatriz Vargas (Profa. da Faculdade de Direito da UnB); Frederico Flósculo (Prof. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB); Gabriela Nassif Azen (Psicóloga Clínica – Terapeuta Familiar); Marcelene F. Martins (Assistente Social); Lavínia Galvão (Observatório da Juventude da UnB).

À minha orientadora, Profa. Maria Auxiliadora Dessen, pela acolhida à equipe do Laboratório de Desenvolvimento Familiar (LabFam), pela orientação e contribuições à pesquisa e, principalmente, por oportunizar um espaço de troca e reflexão.

Aos professores, Arthur Trindade Maranhão Costa, Elizabeth Queiroz e Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira, que aceitaram participar da banca e compartilhar seu conhecimento e experiência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES e à Universidade de Brasília pelo apoio financeiro e institucional, respectivamente.

Ao grupo do LabFam, cujo apoio foi fundamental para o planejamento, execução e conclusão do trabalho: Adriane C. Szelbracikowski, Ana Carolina Barral Villas Boas, André de Carvalho Barreto, Maíra Ribeiro de Oliveira, Patrícia C. Campos Ramos, Simone Cerqueira da Silva e Sylvia R. C. Magalhães Senna.

À Marina Kohlsdorf por sua disponibilidade e entusiasmo para discutir ideias acerca do trabalho.

À minha família de origem, por ter sempre fortalecido e estimulado a crença em um mundo melhor e mais justo.

Aos amigos (novos, velhos, antigos, próximos e distantes) pelo incentivo e carinho oferecido.

Ao *parceiro*, Mário César Tirelli, pela dedicação, amor, companheirismo, paciência e bom humor com que lidou comigo diante das tarefas, crises e questionamentos, surgidos ao longo de todo o período da pesquisa.

Domingues, Daniela Fontoura. *Homicídio Juvenil por Arma de Fogo: Luto, Enfrentamento e Reorganização na Família Vitimada*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010, 143 páginas.

**Resumo** - A morte de jovens por armas de fogo é, atualmente, um problema de saúde pública que afeta milhares de pessoas no Brasil. A perda, agravada por circunstâncias imprevistas e violentas, repercute no sistema familiar podendo gerar prejuízos de ordem emocional, social e material. Ao enfrentar a situação, os sobreviventes nem sempre dispõem de recursos pessoais e ambientais suficientes para se adaptar às mudanças decorrentes do impacto da morte. Assim, este estudo abordou o processo de luto, os fatores de risco e proteção relativos à reorganização familiar e as estratégias de enfrentamento de 8 famílias do Distrito Federal que perderam um jovem vitimado por homicídio com arma de fogo, nos primeiros 12 meses após a perda. A pesquisa foi planejada com base na teoria sistêmica da família e a coleta de dados contou com a participação de duas pessoas de cada família: uma do subsistema parental (mãe) e outra do fraternal (irmão ou irmã). Famílias em que o jovem falecido era filho único ( $n=2$ ) ou que o irmão não pode participar ( $n=1$ ) contaram somente com a genitora. Três instrumentos foram empregados: um roteiro de entrevista semiestruturado, um questionário de caracterização do sistema familiar e a Escala Modos de Enfrentamento de Problemas – EMEP (em versão adaptada para a população brasileira). As entrevistas focalizaram o significado e as conseqüências da perda para os sobreviventes, as mudanças empreendidas no contexto da família, bem como as expectativas para o futuro. O questionário incluiu aspectos sobre o sistema familiar, os modos de vida dos familiares, além de questões acerca dos fatores de risco e proteção. A Escala Modos de Enfrentamento de Problemas foi utilizada para identificar similaridades e diferenças nas estratégias de enfrentamento das mães e dos irmãos. A análise qualitativa dos dados revelou que o processo de luto das famílias estava pautado na oscilação entre a compreensão do episódio e a continuidade da trajetória familiar, implicando em estratégias focadas principalmente no enfrentamento do problema e em práticas religiosas e pensamento fantasioso. Os homicídios estavam associados aos comportamentos transgressores dos jovens, bem como à violência nas comunidades, caracterizadas pela falta de infraestrutura e de serviços de qualidade oferecidos à população. A carência de apoio do Estado, tanto no período precedente à perda como no momento posterior ao fato, evidenciou a necessidade da elaboração de políticas preventivas e de atendimento especializado para as famílias. Apesar de relatos de situações adversas, as famílias apresentaram indícios de mudanças adaptativas. Tais indícios precisam ser investigados em pesquisas longitudinais que permitam uma melhor compreensão dos processos de reorganização familiar. Considerando a escassez de trabalhos empíricos com o foco na família vitimada, este estudo pode contribuir para um melhor entendimento sobre o tema.

**Palavras-chaves:** homicídio juvenil; família; luto; fatores de risco e proteção; reorganização familiar.

Domingues, Daniela Fontoura. *Juvenile homicide by firearm: Bereavement, coping and reorganization on victimized family*. Dissertation presented at the Psychology Institute of the “Universidade de Brasília”, Brasília, 2010, 143 pages.

**Abstract** – The death of young people caused by firearms is a current public health problem that affects thousands of people in Brazil. The loss of a loved one in unprecedented and violent circumstances has an impact within the family system and may cause emotional, social and material damages. In coping with the situation, surviving family members are not always equipped with the personal and environmental resources required to adapt to the changes caused by the impact of death. This study dealt with the bereavement process, as well as with the risk and protective factors related to the reorganization and coping strategies of 8 families from the Federal District (DF – Brasilia) who lost a young member victimized by a homicide by firearm, during the first 12 months after the loss. The study design was based on the systemic family theory and the data collection counted with the participation of two members of each family; one of them from the parental subsystem (mother) and, the other, from the fraternal subsystem (sibling). Only the mother’s inputs were collected in families whose deceased youngster was the only child ( $n=2$ ) or whose brother could not participate ( $n=1$ ). Three instruments were applied: a semistructured interview guide, a questionnaire to characterize the family system and a scale to measure the Ways of Coping with Problems (EMEP is the acronym of its version adapted to Brazil). Interviews focused on the meaning and consequences of the loss to the surviving members, the changes that took place within the family context, and the family’s future expectations. The questionnaire included aspects concerning the family system, the family’s way of life and the risk and protective factors. The Ways of Coping with Problems Scale was used in order to identify similarities and differences in the coping strategies used by mothers and siblings. The qualitative analysis of the data revealed that the families’ bereavement and mourning process was marked by the fluctuation between understanding the tragic episode and the continuity of family life, which mainly resulted in problem-focused coping strategies, religious practices and fanciful thinking. Murders were associated with the youngsters’ transgressive behaviors, as well as with community violence, often due to the lack of infrastructure and deficit in quality services provided to the population. The lack of State support both before and after the loss showed that there is an urgent need to propose preventive policies and to provide specialized services to families. Despite the reports of adverse situations, the families showed evidence of adaptive changes. Such evidence must be investigated in longitudinal studies that allow a better understanding of the processes of family reorganization. Some positive transformations, however, seem to be underway. Given the lack of studies focusing on victimized families, this work is an attempt to improve our understanding about this issue.

**Keywords:** juvenile homicide; family; bereavement; risk and protective factors; family reorganization.

## Sumário

Lista de Tabelas.....	x
Lista de Figuras.....	xi
Apresentação.....	1
Introdução.....	5
Luto: uma breve revisão sobre o tema.....	5
Contribuições da Psicanálise e da Teoria do Apego para as Concepções de Luto.....	5
Novas Perspectivas Teóricas sobre Enfrentamento e Luto.....	8
Modelos integrados: concepções contemporâneas.....	12
Família e Perdas: Relações em Transformação.....	16
Violência e Homicídio na Juventude: Enfrentando Desafios.....	18
Prematuridade, Imprevisibilidade e Rede Social de Apoio.....	23
Interrelações de Fatores de Risco e Proteção na Reorganização Familiar.....	26
O Processo de Luto e Resiliência: Adversidades e Possibilidades.....	28
Sistema de Valores e Crenças: a Essência do Processo de Resiliência.....	32
Justificativas e Objetivos.....	36
Método.....	41
Caracterização e Procedimentos de Seleção dos Participantes.....	41
As Regiões Administrativas.....	41
Instituições, Entidades e Profissionais Colaboradores.....	43
O Grupo Atitude.....	44
O CONVIVE.....	44
O Pró-Vítima.....	44
Outros profissionais colaboradores.....	45
As Famílias.....	45
Procedimentos de seleção das famílias.....	45
O jovem.....	46
Procedimentos para Coleta e Análise de Dados.....	49
Questionário de Caracterização do Sistema Familiar.....	50
Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	50
Etapa I – Preparação do material para posterior análise.....	51
Etapa II – Análise de conteúdo das entrevistas com os participantes.....	51
Etapa III – Apreciação e concordância entre juízes.....	52
Etapa IV – Finalização e fechamento do sistema.....	52
Escala Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP).....	53
Fator 1.....	54
Fator 2.....	54
Fator 3.....	54
Fator 4.....	54
Resultados.....	55
O Jovem, sua Família e a Comunidade: Fatores Antecedentes.....	55
Expectativas da Perda, Compreensão sobre o Fato e Atuação da Justiça/Polícia.....	58
Valores, Crenças e Expectativas.....	63
Mudanças Emocionais e Relacionais após o Homicídio.....	66
Rede Social de Apoio e Estratégias/Modos de Enfrentamento.....	71
Discussão.....	79
Considerações sobre o Período Anterior aos Homicídios.....	79



O Caos Emocional e as Estratégias de Enfrentamento.....	82
Rede Social de Apoio.....	91
O Papel da Justiça/Polícia.....	94
Conclusão: Fatores de Risco e Proteção para a Reorganização Familiar.....	97
Considerações Finais.....	99
Referências.....	105
Anexos.....	118
Anexo A: Questionário de Caracterização do Sistema Familiar.....	118
Anexo B: Roteiros de Entrevista Semiestruturada.....	129
Anexo C: Escala Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP).....	133
Anexo D: Sistema de Categorias.....	140

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Vítimas de Homicídio – Comparativo entre o Primeiro Semestre de 2007 e de 2008.....	37
Tabela 2. Vítimas de Homicídio por Arma de Fogo – Comparativo entre o Primeiro Semestre de 2007 e de 2008.....	38
Tabela 3. Caracterização das Regiões Administrativas das Famílias Participantes.....	42
Tabela 4. Vítimas Fatais de Homicídio por Arma de Fogo nas Regiões Administrativas das Famílias Participantes nos anos de 2007 e 2008.....	43
Tabela 5. Os Jovens: Gênero, Idade, Raça, Escolaridade, Ocupação, Dependente(s) e Renda.....	47
Tabela 6. Mães, Pais e Irmãos: Idade, Escolaridade e Ocupação.....	48
Tabela 7. Genitores: Constelação Familiar, Estado Civil, Tempo de União e Renda Familiar.....	49
Tabela 8. Eventos Ocorridos na Vida do Jovem até 5 Anos Antes do Homicídio.....	56

## Lista de Figuras

Figura 1. Modos de enfrentamento das mães dos jovens, de acordo com a EMEP.....	74
Figura 2. Modos de enfrentamento dos irmãos, de acordo com a EMEP.....	76
Figura 3. Comparativo entre os modos de enfrentamento, de acordo com a EMEP.....	77

## **Apresentação**

A violência constitui um fenômeno complexo que atinge milhares de pessoas no Brasil. Devido ao aumento da consciência dos direitos do cidadão e às alterações no perfil das mortes no mundo contemporâneo, tem crescido o interesse por estudos sobre as repercussões que ela pode provocar aos indivíduos e à sociedade em geral (Gawryszewski, Koizumi & Mello-Jorge, 2004; Minayo & Souza, 1999). Dentre os fatores associados para a sua ocorrência, sobretudo no universo juvenil, destaca-se a concentração de renda, pois a pobreza não está, necessariamente, associada às taxas de mortalidade. A negação à cidadania de grande parte da população é fruto de circunstâncias políticas e socioeconômicas provocadoras de exclusão (Waiselfisz, 2006, 2008), que representam um desafio às medidas governamentais direcionadas a fomentar investimentos em áreas carentes, densamente povoadas e com urbanização deficiente (Un-Habitat, 2008).

No Distrito Federal, como em outras localidades brasileiras, as diferenças socioespaciais ganham destaque entre os motivos que contribuem para o fenômeno da violência (Vasconcelos & Costa, 2005). A própria construção da capital do país reflete essa propensão, pois medidas habitacionais foram adotadas, ainda na fase de edificação da cidade, para conter a implantação de favelas e assentamentos com o intuito de remover os trabalhadores para locais afastados (Ferreira & Penna, 2005). A remoção das pessoas de baixa renda gerou um processo de urbanização marginal, cuja criação de núcleos periféricos se caracterizou pela falta de estrutura adequada para acolher os migrantes oriundos de diferentes partes do país (Ferreira & Penna; Gouvêa, 2005).

Habitação precária, atendimento deficitário por parte das instituições públicas e de segurança são alguns dos indicadores presentes na maioria desses territórios. Romero (2005) chama a atenção para o processo de polarização instalado no Distrito Federal entre o centro-urbano (Plano Piloto), dotado de facilidades, e a periferia, desprovida da maioria

das benfeitorias. Fatores como renda, educação e raça interferem na constituição da hierarquia socioocupacional dos moradores, da mesma forma que o acesso a serviços essenciais é influenciado pelos recursos urbanos oferecidos, o que pode aumentar, ainda mais, a segregação espacial já existente (Guia, 2006). Contudo, não é apenas essa região que apresenta disparidades. Para Gouvêa (2005), os municípios se tornaram palco deste modelo em razão dos parques investimentos dirigidos à população. O autor salienta que a deterioração na qualidade de vida, de maneira geral, tem ajudado a incrementar os índices de criminalidade.

Políticas no campo da saúde pública e da educação favoreceram o decréscimo da mortalidade infantil nas últimas décadas; em contrapartida, os dados sobre homicídios, na mesma faixa etária e no período da juventude, não têm acompanhado essa tendência (Peres, Cardia & Santos, 2006). Há diferentes comportamentos associados às mortes, que vão desde rivalidades entre traficantes de drogas até a delinquência juvenil (Vasconcelos & Costa, 2005), o que indica a gravidade da situação, tanto do ponto de vista individual como social.

As perdas por homicídio representam o ápice do desrespeito à sociedade, à comunidade e, em especial, à família que, invariavelmente, espera por elucidação do episódio e punição dos culpados (Salloum & Rynearson, 2006). Apesar de as estatísticas não contribuírem para reflexões sobre o impacto destas mortes no cotidiano dos sobreviventes (Armour, 2002), sabemos que, dependendo dos valores, dos padrões de comportamento adotados e da qualidade das relações, as famílias podem tanto agravar como amenizar a situação.

A pouca referência na literatura quanto ao atendimento de jovens e famílias após eventos do gênero, apesar das seqüelas e efeitos prejudiciais que os rompimentos podem causar, demonstram a necessidade de investimento em estudos na área (Armour, 2002;

Salloum & Vincent, 1999). A produção de conhecimento tem, entre outras, a responsabilidade de auxiliar na busca por soluções para os problemas sociais daí decorrentes. No contexto da vida moderna, a violência e, sobretudo, os óbitos por homicídio, constituem um desafio para as políticas públicas não só a respeito de questões macrossociais de urbanização, mas também no que tange aos aspectos microssociais, incluindo a dinâmica e o funcionamento familiar.

No que se refere à Psicologia, dentre os seus vários desafios está entender a capacidade que certas pessoas demonstram ao enfrentar situações adversas e traumáticas (Guzzo, 2004). A compreensão abrangente e inclusiva da crise provocada pelo trauma requer a utilização de abordagens multimetodológicas e que considerem a família e a comunidade como uma rede de possibilidades e recursos (Walsh, 2007). Diferentes construtos teóricos, nos últimos anos, têm sinalizado a importância da compreensão da família como um promissor e vasto campo de investigação (Ceconello & Koller, 2003; Martins & Szymanski, 2004).

Sendo assim, o presente estudo tem como foco investigar o luto, o enfrentamento e a reorganização de 8 famílias de jovens, entre 15 e 24 anos, que perderam a vida no Distrito Federal em razão de homicídio provocado por arma de fogo. A teoria sistêmica, que forma uma das estruturas teóricas mais proeminentes para o entendimento da família (Dessen & Braz, 2005), foi adotada com o intuito de compreender, de maneira integrada, o modo como os participantes lidam com as adversidades, bem como os fatores que facilitam ou dificultam o enfrentamento da morte, nos primeiros meses decorrentes do episódio. Coerentemente à complexidade das questões investigadas a respeito do impacto da perda na família, da violência e das políticas destinadas a enfrentar a situação, foram administrados três instrumentos de naturezas distintas, mas complementares: entrevista, questionário e escala.

Esta dissertação é composta por seis capítulos. O capítulo um, introdutório, apresenta uma revisão da literatura a respeito do luto, as transformações que ocorrem nas relações familiares após a perda de um ente em circunstâncias violentas e os fatores de risco e proteção relativos às famílias acometidas por mortes por homicídio. Os três capítulos seguintes são dedicados a apresentar os objetivos da investigação, o método de coleta e análise dos dados e os resultados obtidos. Por fim, os dados são discutidos considerando o processo de enfrentamento do luto, as mudanças ocorridas no sistema familiar, as políticas preventivas e destinadas a acolher as pessoas vitimadas por homicídio e sugestões para futuras investigações sobre o tema. O último capítulo apresenta as referências que embasaram essa dissertação de mestrado.

## **Introdução**

Apresentamos, na primeira seção desta introdução, uma descrição sucinta sobre o tema do luto, desde a constituição dos vínculos afetivos - na fase da infância - até o rompimento destes por ocasião da morte. O processo de enfrentamento e as contribuições da psicanálise, da teoria do apego e as etapas do luto são descritas. Na segunda seção, são abordadas as transformações que ocorrem nas relações familiares e nos demais contextos sociais, com ênfase nos desafios enfrentados pelos sobreviventes, após a perda de um ente, em circunstâncias violentas. Na terceira e última seção, discorreremos sobre os fatores de risco e proteção relacionados à reorganização familiar.

### ***Luto: Uma Breve Revisão sobre o Tema***

Considerada relativamente recente, a área de estudos sobre luto, que remonta à segunda metade do século XX, vem passando por transformações no que se refere à construção de novas concepções sobre o assunto. Apesar de o luto fazer parte da história da humanidade, modelos explicativos para o fenômeno destinados a compreender as mudanças emocionais, cognitivas, psicológicas, comportamentais e sociais, que ocorrem após a perda significativa de um ente (Dent, 2005) são ainda incipientes. As teorias clássicas da psicanálise e do apego têm contribuído parcialmente para a compreensão do processo de luto.

### ***Contribuições da Psicanálise e da Teoria do Apego para as Concepções de Luto***

Do ponto de vista da psicanálise, Sigmund Freud (1917/1969) é visto como um dos pioneiros no assunto, cujo trabalho é reconhecido pela definição e distinção estabelecida entre luto normal e melancolia. Para o autor, o luto normal envolve um progressivo desinvestimento por parte do ego no objeto perdido, sem a expressão de sinais patológicos,



enquanto a melancolia indica a presença de sintomas produzidos pelo indivíduo, na medida em que uma intensa ambivalência o impede de libertar-se deste mesmo objeto. Freud aponta que o luto, muitas vezes, pode ser a razão para o surgimento da depressão, sobretudo em pessoas que experimentam a ambiguidade em suas relações (Parkes, 2007). O trabalho de luto é visto como parte da tarefa psicológica e, de acordo com o embasamento psicanalítico, sua ênfase está no indivíduo e no processo intrapessoal (Stroebe, Hansson, Stroebe, & Schut, 2007). Assim, a pessoa enlutada precisa fazer o rompimento do vínculo com o ente falecido para, gradualmente, liberar-se do elo e seguir em frente. A libido, uma vez direcionada a outro objeto, permitirá que o enlutado conserve na memória a pessoa perdida e volte seus interesses para o mundo exterior e para novas ligações afetivas (Freud, 1917/1969).

Quanto à teoria do apego, particularmente a formulada por Bowlby (1985, 1988), a ênfase está na formação dos laços de afeto e nas relações de apego, que desempenham um importante papel na vida psíquica dos indivíduos. Essa teoria aborda a questão do apego desde o estabelecimento de trocas, na mais tenra idade, até o rompimento dos vínculos, por ocasião da morte (Berthoud, 1998). Influenciada pela ampla e evolucionária visão dos etologistas para o entendimento do comportamento do homem, Bowlby sugere que o estabelecimento das conexões emocionais íntimas, entre os indivíduos, é inerente à natureza humana (Cole & Cole, 2004).

O apego tem sua origem em um conjunto de comportamentos do bebê que, além de buscar proximidade com a mãe (cuidador), procura também explorar o ambiente em que se encontra. A habilidade de formar essas ligações com os outros, e a alternância de papéis entre “ser cuidado” e “cuidador”, é a principal característica da atividade afetiva da personalidade e, por conseguinte, da saúde mental (Bowlby, 1988). Quando separada dos seus cuidadores, a criança costuma demonstrar sinais de protesto e descontentamento,

cujos padrões de comportamento relativos às relações de apego podem ser classificados em quatro categorias: (a) apego evitativo; (b) apego seguro; (c) apego ambivalente e (d) apego desorganizado/desorientado (Bowlby, 1982). Um dos aspectos relevantes desta classificação é o fato de os padrões se mostrarem relativamente estáveis não apenas na infância, mas, também, nas relações estabelecidas no decorrer da vida, o que, de certa forma, auxilia no entendimento das reações frente às perdas (Parkes, 2007).

No que diz respeito ao luto, decorrente da morte de alguém próximo, efeitos adversos podem ser observados, tanto para as crianças quanto para as pessoas adultas (Bowlby, 1985). As conexões de intimidade estabelecidas em etapas anteriores da vida e as manifestações de pesar provocadas por uma perda são marcadas por atitudes de protesto, seguidas de desespero e desorganização até que se alcance a reorganização, mediante a percepção da irreversibilidade do acontecimento (Bonanno & Kaltman, 1999). A fase de protesto diz respeito à preocupação com a pessoa falecida e a expectativa de seu retorno; a fase de desespero e desorganização é resultante da percepção de que a volta do ente não ocorrerá; e, por fim, na fase de reorganização, o principal aspecto é a adaptação do enlutado à perda. Embora haja consenso quanto à classificação dessas manifestações em fases (Weiss, 2007), estudos recentes não têm confirmado que elas ocorram nessa sequência temporal (Bonanno & Kaltman, 1999).

As reações dos sobreviventes frente à morte são determinantes para a distinção entre luto patológico e luto normal. De acordo com Bowlby (1982), a incapacidade de demonstrar livremente o sentimento de raiva, acompanhado por censuras e críticas à pessoa perdida, no sentido de tê-la de volta, são indicativos de desordem emocional que podem comprometer os comportamentos do enlutado, caracterizando, assim, o luto patológico. A teoria do apego, entretanto, propõe a continuidade e a manutenção dos

vínculos da pessoa enlutada com o indivíduo que morreu, como uma forma saudável de enfrentamento do luto.

Na perspectiva de luto patológico e de luto saudável, há questões divergentes entre as abordagens de Freud e de Bowlby. Enquanto a ênfase da primeira está na dissolução dos laços afetivos à pessoa falecida, a ênfase da segunda está na continuidade. De acordo com a teoria do apego, existe uma grande expectativa, salientada pelo aporte psicanalítico, em relação à superação de uma perda e à velocidade com que ela deve acontecer (Bowlby, 1982).

Neste contexto, o trabalho de luto é considerado um conjunto de reações e processos mentais, conscientes e inconscientes, desencadeados após uma situação de perda que culmina na retirada da libido do objeto perdido (Freud, 1917/1969). Tais reações são comuns à cultura ocidental (Stroebe, 1992), porém, por parecer um tanto anacrônico aos dias atuais, “autores que escrevem sobre o tema têm reconhecido as limitações do trabalho de luto e questionado sua aceitação como princípio dominante” (Stroebe & Schut, 1999, p. 200).

Tomando como referência uma perspectiva mais contemporânea, o que ocorre com os sobreviventes são transformações no vínculo com a pessoa falecida que, por sua vez, auxiliam na transição entre o antes e o depois da perda e não, simplesmente, o rompimento destes laços (Shuchter & Zisook, 1993). Assim, no que diz respeito à literatura sobre luto, a teoria freudiana e a teoria do apego têm um papel importante para a compreensão do fenômeno, embora não contemplem todas as questões decorrentes do tema.

### ***Novas Perspectivas Teóricas sobre Enfrentamento e Luto***

Na visão atual, o trabalho de luto é concebido de variadas maneiras e inclui diferentes estágios, fases e tarefas, dependendo das concepções teóricas e conceituais dos

autores (Worden, 2002). Ao sustentar que não há etapas fixas e, tampouco, progressivas, Worden defende que o “luto é um processo fluido” (p. 37) e, por isso, o propõe baseado em quatro tarefas cognitivas. Segundo o autor, essas tarefas dizem respeito ao processo de ajustamento à situação de luto. A primeira tarefa refere-se à aceitação da realidade da perda, seguida pela experimentação da dor, depois pelo ajustamento no ambiente sem a pessoa e, por fim, o remanejamento emocional em relação ao ente falecido.

Mas, do ponto de vista de Stroebe e Schut (2007), nem todos os enlutados se deparam com tais tarefas. Para os autores, há tarefas adicionais que podem ser incluídas nessa trajetória, como a aceitação das transformações da vida e das concepções de mundo, além do fato de os sobreviventes terem de arcar com novos papéis, identidades e relacionamentos.

Portanto, a partir do final do século XX, modelos teóricos distintos têm sido propostos para a compreensão do tema, embora, em parte, se mostrem pouco apropriados. A área tem passado por uma mudança conceitual e empírica, o que tem exigido o uso de delineamentos diferenciados, tanto para identificar características correlacionadas ao pesar, em diferentes etapas do processo de luto, como para fazer avaliações em relação a variáveis preditoras, contribuindo para a validade ecológica dos estudos (Bonanno & Kaltman, 1999).

Existem, ainda, princípios sobre enfrentamento relativos ao luto que merecem ser revistos, por apresentarem suposições ultrapassadas e falta de base científica comprobatória (Wortman & Silver, 1989). Em função das características da cultura ocidental, a primeira delas contém a ideia de que, seguido ao período da morte, há uma fase de estresse intenso, na qual as emoções positivas estão ausentes. A segunda concepção, para Wortman e Silver (2007), indica que a inexistência desse estresse intenso é indicativa de problema; a terceira aponta que, para existir um ajustamento saudável faz-

se necessário o trabalho de luto; a quarta, de acordo com os autores, destaca que a manutenção do vínculo com a pessoa falecida é geralmente indicativa de desordem emocional e que, portanto, deve ser evitada; e a quinta adverte que, dentro de um ou dois anos, no máximo, a pessoa deve voltar a níveis de funcionamento anteriores à perda.

Poucos têm sido os grupos de pesquisa a investir em investigações longitudinais sobre a maneira como as pessoas lidam com as perdas e como conseguem seguir adiante (Folkman, 2007). O foco dos trabalhos está voltado aos aspectos interpessoais que levam em consideração, por exemplo, as características da rede social de apoio, as concepções acerca do enfrentamento do luto e seus desdobramentos, examinando preferencialmente, o *processo* e não apenas os resultados do luto (Stroebe & cols., 2007).

De acordo com Lazarus e Folkman (1984), *coping*, ou enfrentamento, é definido como um conjunto de “esforços cognitivos e comportamentais em constante mudança, com o objetivo de manejar (minimizar, evitar ou tolerar) demandas específicas internas e/ou externas que são avaliadas como sobrecarga ou excedendo os recursos pessoais” (p. 141). No entendimento das situações como sobrecarga, são salientados dois aspectos, a saber: (a) a necessidade de estratégias para lidar com o evento estressor e (b) as manifestações de ansiedade daí decorrentes (Lazarus, 1966).

No entanto, a resposta ao estresse necessita da perspectiva processual para ser compreendida, pois independentemente do motivo gerador de tensão, diversas reações fisiológicas ocorrem no indivíduo (Lipp, Pereira & Sadir, 2005). Mais importante do que o evento propriamente dito, é a vulnerabilidade do organismo frente à situação estressora, tendo em vista a avaliação cognitiva realizada pela pessoa (Lazarus & Folkman, 1984). Essa avaliação é influenciada por fatores que vão desde a natureza do episódio até as limitações individuais, a disponibilidade de recursos, as habilidades sociais e o apoio disponível (Lazarus & Folkman, 1984; Savóia, 1999). Assim, “o evento em si, percebido

pelos órgãos sensoriais, é interpretado de acordo com a história de vida do ser humano, de seus valores e de suas crenças” (Lipp & cols., p. 30), tratando-se de um processo dinâmico que engloba a interação do indivíduo com o seu contexto (Straub, 2005).

A palavra enfrentamento tem sido comumente utilizada para designar a maneira como as pessoas respondem ao estresse (Straub, 2005), cujo termo científico é originário de dois modelos teóricos, ambos descritos como estáveis e imutáveis (Lazarus & Folkman, 1984). O primeiro, embasado no ponto de vista biológico, apresenta a ideia de que determinados indivíduos são mais vulneráveis a estimulações emocionais que outros e, o segundo, apoiado em padrões de personalidade, argumenta que eles estão relacionados aos estilos defensivos inconscientes, compreendidos como primitivos ou adaptativos (Antoniazzi, Dell’Aglia & Bandeira, 1998; Lazarus & Folkman, 1984). Entretanto, com base em novos estudos sobre estresse, outras concepções têm surgido e ampliado a visão para o modelo de interatividade.

Embasados em análises fatoriais, Lazarus e Folkman (1984) subdividiram as estratégias de enfrentamento em duas categorias. A primeira delas engloba as modificações da relação entre a pessoa e o ambiente, denominado enfrentamento centrado no problema, que tem por objetivo controlar ou alterar o problema provocador de tensão, permitindo que ocorram, por exemplo, negociações e redefinição da situação.

A segunda se destina a adequar a resposta emocional ao problema, e é chamada de enfrentamento centrado na emoção, cujas ações podem envolver distanciamento, esquiva, uso de substâncias psicoativas, entre outras. Nesta categoria, as possibilidades de alterações dos aspectos ambientais encontram-se reduzidas, o que favorece o emprego de estratégias relativas ao nível somático. Ambas influenciam-se reciprocamente, nas mais variadas situações (Savóia, 1999).

Uma terceira categoria, focalizada nas relações interpessoais e considerada mais recente, também pode ser destacada. Ela diz respeito a estratégias voltadas à busca da pessoa por apoio, na sua rede social, para a solução das situações adversas (Antoniazzi & cols., 1998). Assim, *coping* “seria uma resposta que poderia funcionar como moderadora dos efeitos negativos do estresse, integrando os processos de resiliência do indivíduo” (Santos & Dell’Aglia, 2006, p. 215).

Em se tratando de luto, Stroebe e cols. (2007) propõem que o enfrentamento reúne processos, estratégias e estilos, dependendo do foco do pesquisador, que são direcionados a reduzir, administrar e tolerar as situações decorrentes do mesmo, com vistas a diminuir as manifestações indesejadas. Quando isso acontece, segundo os autores, pode-se afirmar que o enfrentamento foi consistente e que acarretou em um resultado positivo para o indivíduo.

Entretanto, há falta de clareza teórica quanto ao uso adequado de termos como estilos, estratégias e tipos de enfrentamento, o que justifica o investimento em novos estudos (Antoniazzi & cols., 1998). Além disso, há escassez de instrumentos para avaliar, especificamente, o enfrentamento em situações de luto, o que também dificulta a distinção entre os estilos e as estratégias adotadas (Van Heck & Ridder, 2007).

Considerando que a compreensão do processo de luto depende de uma série de fatores, como o tipo de morte e a qualidade do vínculo entre o enlutado e pessoa falecida e que a diferença entre o processo de enfrentamento e um quadro sintomático é muito sutil (Stroebe & cols., 2007), um planejamento de pesquisa necessita adotar um modelo integrado de luto e enfrentamento.

***Modelos integrados: concepções contemporâneas.*** Tendo em vista a diversidade de respostas e especificidades que o evento da morte pode acarretar, Stroebe e Schut (2007) revisaram diversos trabalhos e utilizaram a perspectiva de Bonanno e Kaltman

(1999) para propor um modelo integrado de luto e enfrentamento, intitulado Modelo de Processo Dual (The Dual Process Model). A seguir, apresentamos os pressupostos orientadores da perspectiva dos autores, destacando os quatro aspectos que serviram de base para a construção do modelo integrado.

O primeiro desses aspectos refere-se ao contexto da ocorrência da morte, o que significa considerar: o tipo de morte, a idade da vítima, o gênero, a rede social de apoio e o ambiente cultural. O segundo aspecto diz respeito à experiência subjetiva dos sobreviventes em relação à perda; o terceiro, às mudanças ocorridas, ao longo do tempo, nas representações da pessoa perdida; e o quarto e último aspecto aborda o papel do enfrentamento e do processo de regulação das emoções, com o uso de estratégias que podem tanto facilitar quanto dificultar o luto. As emoções, segundo Bonanno e Kaltman (1999), referem-se a uma multiplicidade de reações relativas à experiência e aos aspectos psicológicos. Os autores destacam, também, que a regulação das emoções pode promover um ajuste melhor, na medida em que os aspectos positivos sejam ressaltados, contribuindo para o funcionamento pessoal e para a continuidade da vida.

Apoiados nesses pressupostos, e levando em consideração as características das perdas e do ambiente, investigações empíricas atuais têm usado alguns desses aspectos para explicar o luto. O estudo de Laurie e Neimeyer (2008), por exemplo, teve por objetivo avaliar o processo de luto de afro-americanos e caucasianos, que haviam perdido um ente nos últimos 24 meses, levando em consideração as diferenças étnicas e culturais. Distinções entre os dois grupos foram apontadas quanto às mudanças na identidade, nas relações interpessoais e na manutenção de laços afetivos à pessoa que faleceu. Os afro-descendentes experienciaram mais perdas por homicídio e mostraram-se mais conectados ao ente perdido, ao mesmo tempo em que manifestaram elevados índices de estresse psicológico e sofrimento na família.



Laurie e Neimeyer (2008) ressaltaram que eles pouco utilizavam os recursos disponíveis na rede de saúde mental, quando comparados aos caucasianos. De acordo com os autores tais diferenças podiam estar relacionadas ao fato da cultura africana supervalorizar valores e crenças embasadas nas demonstrações de força e coragem, desestimulando reações emotivas ou demasiadas expressões de tristeza, o que também ajudou a compreender a inabilidade dessas pessoas para compartilhar sua dor com indivíduos fora do contexto familiar. Portanto, é pertinente a construção de abordagens direcionadas a abarcar questões contextuais, estilos de enfrentamento e rede social de apoio associados ao luto.

Dentre os modelos mais recentes que enfatizam o enfrentamento para a compreensão do processo de luto, está o Modelo de Processo Dual (*The Dual Process Model*). Formulado por Stroebe e Schut (1999), após longa investigação e comparação entre teorias, este modelo integra conceitos já existentes e redefine alguns aspectos com o objetivo de ampliar o foco de análise. O modelo tem como pressuposto que determinadas estratégias adotadas por pessoas que enfrentam perdas podem evitar prejuízos à saúde física e mental, ao passo que outros modos de enfrentamento são incapazes de promover um processo sem danos ou seqüelas.

Diante da necessidade de melhor demarcar os estressores associados ao luto, Stroebe e Schut (1999) os classificaram entre estressores relativos à perda e estressores restaurativos. A diferença entre os dois está no fato de o primeiro tipo referir-se ao processamento da perda para a pessoa enlutada, enquanto o segundo diz respeito aos aspectos secundários da perda, isto é, às conseqüências do luto em si.

De acordo com o Modelo de Processo Dual ou MPD, ambos os estressores envolvem o processo de enfrentamento, pautado na oscilação constante entre confrontação e evitação. Assim, o comportamento evitativo não pode ser considerado prejudicial ou

saudável em si mesmo, mas dependente das circunstâncias da perda. Stroebe e Schut (2007) consideram que tal inconstância é necessária para o processo adaptativo de enfrentamento e o modelo proporciona um novo olhar sobre a expressão e o controle dos sentimentos. Na concepção tradicional do trabalho de luto, a ambivalência entre a percepção da perda e a luta contra essa realidade é negligenciada e a negação é vista, exclusivamente, como um aspecto negativo e indesejado (Stroebe & Schut, 1999).

O Modelo de Processo Dual enfatiza não somente a maneira como os enlutados oscilam entre picos de sofrimento e pesar, com foco no sujeito falecido, como também os eventos destinados ao afastamento da perda (Parkes, 2007). Sob este princípio, o luto é visto como um processo dinâmico, ora focado na perda da pessoa que faleceu (orientação para a perda), ora centrado na evitação da morte (orientação para a restauração).

Do ponto de vista do processo de enfrentamento, as percepções negativas e positivas se alternam, tanto na orientação para a perda quanto na orientação para a restauração, e constituem a base para a readaptação dos sobreviventes às narrativas, às crenças e aos significados que o período pós-morte acarreta. Ambas as orientações são importantes para o ajustamento dos enlutados; entretanto, a intensidade com que cada uma é utilizada depende das circunstâncias da morte, das características de personalidade e do repertório experiencial dos sobreviventes.

O Modelo propõe, ainda, que a pessoa ao distanciar-se da dor avassaladora provocada pela morte de um ente, pode se tornar mais capacitada a lidar com as transformações secundárias advindas da perda. Até recentemente, acreditava-se que para superar a morte de alguém significativo era preciso experienciar um *trabalho de luto*, mesmo que as diferenças individuais, isto é, as peculiaridades de cada indivíduo, sugerissem diversas possibilidades de enfrentamento e variadas conseqüências ou resultados desse enfrentamento (Stroebe & Schut, 2007).

Portanto, o MPD oferece não apenas um construto sobre o processo de enfrentamento adaptativo, mas também contribui para as questões científicas a respeito do pesar, do sofrimento e da superação da morte. Essa abordagem abrange tanto os aspectos emocionais negativos como os positivos, concebendo a perda e a restauração, simultaneamente, e permitindo que o processo de separação do ente falecido coexista à continuidade dos vínculos (Shaver & Tancredy, 2007). O mérito desse modelo reside no fato de permitir o dimensionamento das diferenças culturais, bem como a possibilidade de oscilação no processo de enfrentamento e, apesar de ter sido elaborado para dar suporte à compreensão da perda conjugal, outros tipos de luto podem ser explicados com base nessa abordagem, como por exemplo, o luto parental pela perda de um filho (Stroebe & Schut, 2007). Coerentemente com este modelo destacamos, a seguir, as mudanças decorrentes do luto por meio de uma visão integrada entre o ambiente familiar, social e institucional.

### ***Família e Perdas: Relações em Transformação***

O ajustamento derivado do luto é um momento de crise e constitui um longo processo que implica na mudança de papéis e comportamentos dentro da família, que por sua vez, também afetam os contatos estabelecidos fora do círculo familiar (Bromberg, 1996; Schaefer & Moos, 2007). O luto engloba questões interpessoais, imersas em um contexto sociocultural, e a teoria sistêmica da família ajuda a compreender como as interações ocorrem, após a morte de um membro deste contexto (Shapiro, 2007).

A teoria começou a ser amplamente difundida na década de 70 e constitui, atualmente, um importante construto teórico para o entendimento da família (Dessen & Biasoli-Alves, 2001). Conforme os pressupostos que regem tal concepção, os sistemas vivos como a família são governados por princípios regulatórios em que o sistema é considerado um todo organizado, com padrões circulares e não lineares, aberto a trocas

com o ambiente. Os sistemas também são considerados complexos e são formados por subsistemas interdependentes que exercem influências bidirecionais (Dessen & Braz, 2005).

Para a teoria sistêmica, família é entendida como:

“Um sistema social aberto em transformação, mantendo laços com o extra-familiar, possuindo uma capacidade de desenvolvimento e tendo uma estrutura organizacional composta por subsistemas. O indivíduo, que é ele próprio um subsistema da família, enfrenta diferentes tarefas e adquire diferentes habilidades interpessoais, nos diversos subsistemas” (Minuchin, 1982, p. 231).

Três componentes são considerados importantes nessa perspectiva: a estrutura familiar de um sistema sociocultural aberto e em transformação; o desenvolvimento familiar, por meio de estágios que requerem reestruturação; e a adaptação da família às modificações circunstanciais, refletindo-se no crescimento de cada indivíduo, sendo ele próprio considerado um subsistema (Minuchin, 1982). A família, portanto, pode ser vista como um contexto “em desenvolvimento” que é fundamental para a evolução da espécie humana, por possuir propriedades e limitações diferentes de todos os outros sistemas (Bastos, 2001; Carter & McGoldrick, 1995).

Ademais, a família é considerada um sistema complexo, em que os subsistemas são separados por fronteiras rígidas ou flexíveis e constituídos por regras próprias que regulam as trocas e os intercâmbios estabelecidos entre eles, permitindo a manutenção de sua integridade e de seus padrões próprios. A falta ou o afrouxamento exacerbado dessas fronteiras e desses limites, por exemplo, caracteriza a disfuncionalidade em um sistema familiar (Minuchin, 1985, 1988).

Modificações nas condições básicas de vida, produzidas por processos como a globalização e a modernização, influenciam a percepção que as pessoas têm de si mesmas e dos integrantes de sua família, bem como as suas interações e relações no ambiente familiar (Dessen & Pereira-Silva, 2004). Essas mudanças acabam exigindo adaptações por parte de pais e filhos quanto aos padrões de relacionamento e desempenho de papéis.

As assimetrias e desigualdades sociais do mundo contemporâneo, por exemplo, têm implicações no modo como os jovens e os adolescentes respondem às adversidades e na maneira como interagem em seu grupo familiar (Barber-Madden & Saber, 2010). Assim, no que se refere às questões de violência, diversas são as demandas enfrentadas pela juventude e por suas famílias, na tentativa de se acomodarem às mudanças ambientais.

### ***Violência e Homicídio na Juventude: Enfrentando Desafios***

As relações que as pessoas mantêm entre si, no ambiente da família e fora dele, não podem mais ser consideradas em isolamento, isto é, sem levar em conta o contexto sócio-histórico-cultural (Dessen & Braz, 2005). As situações de violência, sobretudo nas grandes cidades, ilustram essa necessidade, pois têm modificado as atitudes e os valores dos indivíduos e suas conexões com o espaço urbano (Romero, 2005).

De acordo com Santos (2007), a violência “impede o reconhecimento do outro – indivíduo, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, um dilaceramento de sua cidadania e configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (p. 20). Em termos socioculturais e de padrões de comportamento, a violência tanto modifica a rotina das pessoas que tentam dela escapar, como provoca respostas igualmente violentas, incitadas pelo medo (Cano & Ribeiro, 2007).

A violência letal e, sobretudo, a vitimização por homicídio, se destaca neste cenário

não só em virtude da frequência com que ocorre em nosso meio, mas também pelos seus efeitos nocivos às famílias e à sociedade. Para explicar as razões desse fenômeno, Waiselfisz (2008) considera a existência de três níveis de análise.

O primeiro diz respeito ao nível estrutural que, do ponto de vista da sociedade, inclui questões de desigualdade e exclusão, processos desorganizados de urbanização e políticas geradoras de uma cultura de opressão. Conforme Ferreira e Penna (2005) “os espaços elitizados das classes dominantes caracterizam-se pelo consumo de bens e infraestrutura com alto padrão de qualidade e técnica, financiados pelos governos” (p. 62). Na periferia, em contrapartida, predomina a cultura da pobreza, da fragmentação do espaço urbano e da injustiça social (Gomes & Pereira, 2005).

O segundo nível é o institucional, que abrange as mudanças na família e a deterioração nas relações, as diretrizes educacionais e as próprias instituições. Exemplo disto é a permanência na escola de crianças e jovens de baixa-renda que, muitas vezes, é dificultada pela falta de condições da família em prover o sustento adequado, levando meninos e meninas a complementar a renda familiar por meio de atividade laboral precoce (Barber-Madden & Saber, 2010).

Por fim, há o terceiro nível, o individual, que se refere às alterações psicológicas, que em determinadas circunstâncias, tanto podem desencadear situações de violência quanto comportamentos resilientes. Nestas situações estão em jogo as características de personalidade, os fatores constitucionais e a capacidade adaptativa de cada pessoa, entre outros (Santos & DellAglia, 2006).

Há, portanto, um entrelaçamento entre os níveis estruturais, institucionais e individuais na determinação das mortes violentas, uma vez que são múltiplos os fatores envolvidos (Cano & Ribeiro, 2007; Vasconcelos & Costa, 2005). No Brasil, o período da juventude é o mais suscetível a mortes dessa natureza e os homicídios são considerados os

principais responsáveis pelos óbitos, nessa fase da vida (Waiselfisz, 2007). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo juventude é utilizado para definir a faixa etária entre 15 e 24 anos de idade, que se caracteriza por um período de preparação para o exercício de diferentes papéis na idade adulta (Waiselfisz, 2008). É, por outro lado, uma categoria heterogênea, em virtude das distintas oportunidades de emprego, saúde, educação e lazer presentes nos mais variados contextos (Barber-Madden & Saber, 2010), o que torna o conceito bastante complexo.

Os homicídios vitimam, preferencialmente, pessoas do sexo masculino que estão entre a fase da adolescência e têm até 30 anos de idade (Cano & Ribeiro, 2007) constituindo um fenômeno que repercute no sistema de saúde, na sociedade e na família (Brasil, 2008). Assim, a construção de estratégias de enfrentamento para perdas juvenis deve estar embasada na relação entre fatores de risco e proteção contextuais, e também no entendimento de que ela faz parte da formação da identidade dos jovens (Peres, 2007). Tem sido evidenciado que os meninos, por exemplo, apresentam mais comportamentos exteriorizados do que as meninas, ou seja, níveis mais elevados de agressão física, competitividade e dominação (Best & Williams, 1996). As famílias, por sua vez, podem constituir um contexto de adversidade para a amplificação destes comportamentos na infância e adolescência (Pike, Iervolino, Eley, Price & Plomin, 2006) e, por conseguinte, aumentar a vulnerabilidade a mortes prematuras.

Independentemente das características das vítimas de homicídios, diversas são as mudanças enfrentadas pelos familiares, ao perder um jovem de forma inesperada e violenta; a começar pela identidade e pela maneira como a literatura se reporta aos enlutados, parentes e amigos, que passam a ser chamados de sobreviventes (Viano, 2007). O caos produzido por este tipo de morte é um acontecimento não-normativo, que exige ajustes diferentes, tanto em nível individual como familiar (Walsh & McGoldrick, 2004),

capaz de desencadear comportamentos disfuncionais às pessoas envolvidas (Raphael, Stevens & Dunsmore, 2006).

A perda de um ente, nestas circunstâncias, compreende três níveis de abrangência (Asaro, 2001; Asaro & Clements, 2005). O primeiro refere-se a questões intrapessoais que provoca nas pessoas a sensação de privação da independência, o surgimento de dúvidas quanto às próprias crenças e a incapacidade para lidar com procedimentos legais e de justiça. Nesse nível, a severidade do trauma decorrente de um homicídio também é capaz de provocar nos familiares reações de entorpecimento, distúrbios no apetite e no sono, pensamentos intrusivos, sintomas psicossomáticos, entre outros (Armour, 2002).

A respeito disso, Campesino (2007) identificou na narrativa de mulheres que perderam filhos vitimados por homicídio, o aumento de pensamentos pessimistas, sentimentos hostis, desejo de vingança e comportamentos potencialmente homicidas e suicidas no período de julgamento dos réus. Segundo os resultados da pesquisa, a tramitação judicial contribuiu para a exacerbação do sofrimento, da tristeza, do desamparo e mostrou a necessidade da implementação de programas de saúde mental dirigidos à família, sobretudo nessa fase.

O segundo nível de abrangência engloba questões interpessoais, sendo que os familiares estão sujeitos a enfrentar uma crise ainda mais perturbadora quando o autor do homicídio é conhecido ou vinculado à família, resultando em rompimentos e desintegração. Em casos como este, quando um dos parceiros é responsável pela morte do outro, a hostilidade pode prevalecer no núcleo familiar e entre as famílias de origem, em função dos papéis assumidos pelos parentes: o de acusadores ou defensores do agressor (Salloum & Rynearson, 2006).

Por outro lado, quando o perpetrador não é identificado, a unidade familiar lida com situações que dizem respeito às dúvidas sobre o motivo da morte e à identidade do



responsável pela violência (Salloum & Rynearson, 2006). Os pais podem expressar sentimentos de frustração e desapontamento em relação ao sistema de justiça, por este não fornecer uma resposta plausível ao caso (Lohan & Murphy, 2002). Mas, mesmo que o acusado seja descoberto, preso e condenado pelas autoridades, o sentimento de raiva é capaz de persistir indefinidamente e as fantasias de vingança podem servir para dar vazão a essas sensações (Miller, 2009), sendo que amigos e irmãos tornam-se vulneráveis a apresentar idéias de vingança com o objetivo de revidar ao culpado o mesmo tipo de dano causado à pessoa que faleceu (Temple, 1997).

No entanto, em situação de morte violenta como homicídio, nem todos da família se mostram ligados e unidos por laços amorosos à vítima. Dependendo das condições que envolvem a perda e da história pregressa familiar, sentimentos exacerbados de culpa e raiva podem fazer parte do processo de luto (Malone, 2007). Quando particularmente associados a relacionamentos ambivalentes, estratégias de sobrevivência envolvendo comportamentos de negação, dissociação, entorpecimento e ansiedade podem prevalecer (Raphael & cols., 2006).

Por último, no terceiro nível, estão os aspectos extrapessoais, que dizem respeito a problemas financeiros, falta de provimentos e excesso de despesas por conta da morte. Os custos decorrentes do evento podem desorganizar o sistema familiar, além de acarretar o declínio do status econômico e do estilo de vida anteriormente adotado pelos familiares, agravando o problema (Asaro, 2001; Asaro & Clements, 2005).

A literatura tem registrado um crescente interesse pela área que estuda perdas violentas, em razão das situações de estresse geradas pela inabilidade dos sobreviventes em lidar com o fato (Salloum & Rynearson, 2006). Os homicídios, por envolver violência, são considerados situações traumáticas que podem causar severos danos à autoestima, à identidade, à capacidade de conectar afetos e à integridade mental. Trauma é o resultado de

uma experiência como esta, que não consegue ser acomodada ao repertório pessoal e emocional do indivíduo, despertando prejuízos à sua capacidade global de viver em sociedade (Chefetz, 2006).

As investigações que consideram as diferenças entre os sintomas do luto e aqueles provenientes do Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT) têm sido priorizadas em estudos sobre mortes deste tipo. No primeiro caso, as manifestações cognitivas, afetivas e psicológicas se direcionam à pessoa ausente, enquanto que nas reações de estresse pós-traumático há uma tentativa de afastamento ou fuga em relação ao evento temido (Raphael & cols., 2006).

Kaltman e Bonanno (2003) avaliaram a depressão e os sintomas de TEPT apresentados por esposas que perderam o cônjuge de forma violenta, como suicídio, homicídio e acidente de trânsito, e em viúvas, cujo parceiro havia falecido de forma repentina, mas de causa natural. De acordo com o estudo, todas as enlutadas apresentaram altos níveis de depressão. Contudo, o primeiro grupo mostrou uma suscetibilidade maior ao desencadeamento de TEPT e à manutenção dos níveis de depressão, após 25 meses decorridos do episódio, ao contrário do segundo grupo. Os resultados sugerem que mortes violentas não apenas predisõem as pessoas a sintomas de TEPT, como tendem a intensificar as respostas relativas ao processo de luto. Apesar dessa conclusão, ainda há pouca clareza quanto às diferenças entre as características dos óbitos e os efeitos causados à saúde dos indivíduos, isto é, se há diferenças entre mortes súbitas e mortes violentas (Bonanno & Kaltman, 1999), o que demonstra a necessidade de novas investigações.

### ***Prematuridade, Imprevisibilidade e Rede Social de Apoio***

As reações traumáticas podem ser potencializadas pela prematuridade e pela imprevisibilidade da perda (Walsh & McGoldrick, 2004). Quando se trata de um jovem, a

precocidade do evento altera as expectativas dos pais em relação à sua prole, já que é presumido que os progenitores venham a falecer antes dos seus filhos (Kovács, 1992). A morte fora de tempo e de modo repentino é capaz de desencadear reações de choque, perplexidade e desorientação nos familiares (Walsh & McGoldrick, 2004).

A imprevisibilidade do evento, por sua vez, impossibilita que os familiares se preparem para a perda na medida em que não permite a experiência do luto antecipatório, ao contrário das doenças graves ou crônicas, em que as pessoas se organizam para a despedida (Kovács, 1992; Miller, 2009). Isso pode ser evidenciado no estudo de King (2004), que comparou famílias vitimadas por homicídio com famílias em que a perda do ente havia ocorrido em razão de condenação à pena de morte. Neste caso os participantes dos dois grupos se sentiam estigmatizados, impotentes, isolados e se culpavam pelo ocorrido. No entanto, para as famílias vitimadas por homicídio, a perda teve um impacto maior e o luto mostrou-se mais prolongado, em razão do acontecimento súbito.

As repercussões de um homicídio têm implicações também para a comunidade, pois ao mesmo tempo em que esta pode reproduzir as situações de violência, também fornece suporte à família por meio da rede social de apoio. As pessoas em luto tanto sofrem influência de sua rede, como atuam para mudá-la, construindo novos laços afetivos ou mesmo fortalecendo e resgatando antigos contatos (Schaefer & Moos, 2007). Ela constitui “um sistema que oferece apoio instrumental e emocional à pessoa, em suas diferentes necessidades” (Dessen & Braz, 2000, p. 221) e é formada a partir de relações significativas estabelecidas entre parceiros, familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho e demais parentes (Sluzki, 1997).

No que se refere às instituições, desde representantes escolares e líderes comunitários, até pessoas dos meios de comunicação social, assim como a própria mídia e o sistema de saúde ajudam a compor a rede social (Raphael & cols., 2006). Portanto, uma

participação ativa do indivíduo na comunidade o auxilia a lidar com os problemas, na medida em que aciona os recursos disponíveis na vizinhança (Andrade & Vaitsman, 2002).

Por outro lado, a estrutura e as funções da rede variam de acordo com o contexto e com o tempo histórico (Dessen & Braz, 2000). Dependendo do local e da organização dos espaços, a falta de suporte adequado contribui para aumentar a fragilidade do sistema familiar. Nestes casos, as migrações involuntárias que ocorrem em virtude de ameaças e represálias à integridade dos sobreviventes tornam a família mais suscetível a rupturas e a perturbações no seu modo de organização (Mota, Franco & Motta, 1999). Essas migrações representam uma violação aos direitos humanos, deteriorando a qualidade de vida dos sobreviventes (Builes, Arias & Minayo, 2008).

Sobre aspectos relacionados ao estigma social e à rede de apoio das famílias que passaram por situações traumáticas, Armour (2002) realizou um estudo com 38 participantes oriundos de 14 famílias, que experienciaram a perda de um familiar em razão de homicídio. A investigação priorizou a percepção e o entendimento dos sobreviventes acerca do evento, cujo tempo decorrente do episódio variou entre 18 meses e 23 anos. A relevância do papel do Estado e da rede social para o período subsequente à morte foi destacada pelos participantes, uma vez que as instituições se mostraram pouco acolhedoras. Os familiares expuseram sentimentos de abandono e negligência ao se depararem com os aspectos forenses. O sistema de Justiça, a mídia e a comunidade favoreceram especulações acerca dos casos, exposição excessiva dos enlutados e boatos infundados sobre o evento, o que contribuiu para o aumento da sensação de impotência nas famílias.

A rede social de apoio ideal, para os casos de homicídio, é aquela capaz de oferecer assistência legal, psicológica e financeira (Viano, 2007), pois, em se tratando de morte violenta, os familiares das vítimas têm que dar respostas não apenas ao acontecimento

súbito, como ao trauma provocado pela violência do ato (Asaro, 2001). Por outro lado, o desencadeamento de respostas adaptativas, diante deste tipo de perda, também pode ser observado e ter influência para a reorganização da família.

Com base em todas essas variáveis, é importante que se considere os fatores de risco e proteção associados à violência e, principalmente, às mortes por homicídio, pois este não é um problema unidimensional (Cano & Ribeiro, 2007). Da mesma maneira, a recomposição familiar depende não somente de fatores internos dos enlutados - tais como a estrutura psicológica, o histórico de perdas anteriores e as próprias crenças familiares - mas também, de fatores externos que incluem as circunstâncias do evento, a rede social de apoio e os recursos da comunidade (Bromberg, 1996; Franco, 2005). Do ponto de vista processual, a compreensão desses fatores requer investigações que abordem o modo como determinadas características individuais, familiares e ambientais mais próximas, associadas, geram respostas positivas ou negativas, por parte de todos os envolvidos.

### ***Interrelações de Fatores de Risco e Proteção na Reorganização Familiar***

Lidar com situações problemáticas e estressantes é um desafio que acompanha a trajetória humana, independente de circunstâncias, época e contexto. As situações de perdas traumáticas constituem uma das experiências mais dolorosas, requerendo uma reorganização da família nem sempre condizente à sua capacidade de enfrentamento (Walsh, 2007).

Considerada “um fenômeno em que se supera o estresse e as adversidades” (Rutter, 1999, p. 119), a resiliência engloba um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos cuja ocorrência se dá em determinado momento, em combinação com as características do indivíduo, da família e da cultura (Compas & Reeslund, 2009). O construto foi incorporado

à psicologia para explicar o modo como as pessoas conseguem superar obstáculos e transformar as adversidades em algo positivo (Assis, Pesce & Avanci, 2006).

Portanto, o processo de resiliência ocorre com base nos fatores de proteção inerentes aos indivíduos e presentes no ambiente (Cole & Cole, 2004). Os fatores de risco, por sua vez, referem-se igualmente a aspectos individuais e contextuais, mas, em contrapartida, aumentam a chance de resultados adversos (Poletto & Koller, 2006).

Segundo Infante (2005) o termo adversidade “pode designar uma constelação de muitos fatores de risco, como viver na pobreza, ou uma situação de vida específica, como a morte de um familiar” (p. 26). Nesse sentido, mesmo diante de problemas distintos que uma pessoa, grupo ou comunidade podem sofrer, eles têm condições de atingir níveis satisfatórios de bem-estar e o estudo do fenômeno da resiliência constitui uma visão inovadora à compreensão do sofrimento humano (Ravazzola, 2005).

A noção de resiliência atual abrange a ideia de processo dinâmico pautado na interação entre risco e proteção (Assis & cols., 2006). Coerentemente a esta noção, as situações de homicídio, compreendidas de maneira sistêmica, abarcam desde fatores relativos aos indivíduos até àqueles relativos à comunidade e à cultura. Nesse espectro de relações e contextos, a família representa uma fonte importante, no período pós-morte, para o processo de resiliência (Salloum & Rynearson, 2006).

De acordo com o estudo de Aisenberg e Herrenkohl (2008), as crianças são indiretamente afetadas pelos conflitos na comunidade através do impacto que estes episódios têm no sistema parental, pois quando os pais encontram-se traumatizados pelas situações de violência, também estão menos disponíveis para proteger suas crianças das adversidades. Com base na conjugação dos fatores de risco e proteção em contextos de comunidades violentas, Aisenberg e Herrenkohl (2008) argumentam que jovens expostos a situações extremas podem apresentar maior vulnerabilidade a resultados adversos em seu

desenvolvimento, em longo prazo. Os autores enfatizam a importância de se conhecer tais fatores com o objetivo de propiciar a criação de programas, práticas e intervenções direcionadas a estimular o processo de resiliência nas famílias vitimadas por situações traumáticas.

Portanto, é no núcleo das relações familiares que os fatores de risco e proteção podem ser melhor identificados e seu papel delineado. Pesquisas a esse respeito têm contribuído para mudar a percepção que se tinha do ser humano até anos atrás: o foco no modelo de risco e doenças está sendo substituído pelo modelo de promoção e prevenção, na qual são valorizados os recursos e as capacidades do próprio indivíduo e do ambiente que o circunda (Infante, 2005). Mesmo pessoas que lidam com traumas, catástrofes e ameaças, com intenso potencial aversivo, podem experimentar curtos períodos de desequilíbrio e instabilidade (Bonanno & Kaltman, 1999).

### ***O Processo de Luto e Resiliência: Adversidades e Possibilidades***

No que se refere ao processo de luto relacionado à resiliência, a literatura que aborda as repercussões psicológicas envolvendo situações traumáticas, como as mortes por homicídio, pouco tem valorizado os aspectos positivos que essa experiência pode oferecer (Parappully, Rosenbaum, Van den Daele & Nzewi, 2002). No entanto, as particularidades saudáveis resultantes do episódio da perda estão, cada vez mais, sendo priorizadas em relação aos aspectos não saudáveis do luto (Kovács, 2003). Bonanno (2004) admite que somente a partir dos anos 90, estudiosos de diferentes áreas começaram a se interessar por investigações sobre resiliência no processo de luto e destaca três questões.

A primeira delas se refere ao fato de o processo de resiliência não ser o mesmo que o de recuperação. Por ocasião da morte de um ente, a pessoa expressa sua capacidade resiliente ao conseguir manter-se relativamente estável, ter um predomínio de sentimentos

positivos e de experiência regenerativa, apesar de alterações esporádicas e transitórias. Já no processo de recuperação, Bonanno (2004) considera que a trajetória do indivíduo seja marcada por sintomas patológicos e por um desequilíbrio que, ao longo do tempo, perde intensidade permitindo a retomada do funcionamento do organismo em níveis anteriores.

A segunda questão diz respeito à resiliência no processo de enfrentamento da morte como um fenômeno comum, que ocorre com mais frequência do que habitualmente se encontra na literatura. Sobre esse aspecto, participantes de uma pesquisa implementada por Bonanno e cols. (2002) a respeito do transtorno depressivo, foram avaliados antes e depois da morte de seu parceiro, sendo que a metade da amostra evidenciou sintomas do distúrbio, em algum momento do estudo. Em contrapartida, 75% das pessoas da investigação apresentaram trajetórias resilientes, apesar de relatos de intensa dor, sofrimento e pensamentos intrusivos, nos primeiros meses. De acordo com os autores, o que os distinguiu dos demais participantes foi o fato de terem conseguido manejar a experiência de modo a preservar e manter seu funcionamento, mesmo diante da situação de adversidade.

A existência de inúmeros e variados fatores indicativos de resiliência relativos à perda constitui o terceiro e último aspecto destacado por Bonanno (2004). A esse respeito, o autor aponta que há mais de uma forma de demonstrar resiliência e que estas podem ser classificadas em duas categorias: uma que envolve a flexibilidade da pessoa à situação e outra que se refere ao enfrentamento pragmático. A primeira categoria considera os aspectos situacionais e contextuais como, por exemplo, a rede de relações, a capacidade adaptativa e a destreza em lidar com as adversidades, enquanto a segunda trata de estratégias e comportamentos que em outros contextos poderiam ser indesejados, como o mecanismo de dissociação e negação.

O processo de resiliência não se destina a encerrar a experiência traumática, mas,



ao contrário, se encarrega de promover a mediação entre o fato que ocorreu e os acontecimentos posteriores (Bonanno, 2006). Esse processo é estimulado pela adoção de um discurso coerente e aberto por parte dos parentes e das pessoas da comunidade com vistas a tornar a experiência menos dramática e dolorida (Walsh, 2007).

Em uma pesquisa qualitativa de embasamento fenomenológico, realizada por Parappully e cols. (2002), com 16 pais que perderam seus filhos de maneira violenta, foi identificada a presença de processos e recursos que auxiliaram no enfrentamento da morte. Dados da investigação apontaram que é possível experimentar uma transformação positiva, mesmo a partir de um episódio violento. Otimismo em relação à vida, suporte familiar, apoio dos amigos e da comunidade, forte laço afetivo com a vítima e cuidado consigo próprio foram alguns fatores que ajudaram os pais a lidar com a perda, sugerindo a presença de aspectos protetivos em tais contextos, tendo em vista as respostas dos familiares diante dos infortúnios.

Sobre a concepção da resiliência relativa ao sistema familiar, pais, irmãos, companheiros e parentes representam os elos de uma cadeia de relações, cujo impacto da morte repercute em toda a sua extensão (Walsh & McGoldrick, 2004). Embora as situações traumáticas desencadeiem uma crise, ainda assim, há processos que podem ajudar na administração dos problemas e no desenvolvimento de competências para enfrentar tal situação (Walsh, 2003). Em outras palavras, sob a perspectiva da resiliência, deve-se valorizar o modo como a família lida com as adversidades e é bem sucedida, ao invés de enfatizar suas inabilidades e seus insucessos (Walsh, 2006).

Quando se trata de perda, os eventos que antecedem e sucedem ao falecimento passam a ter influência para a reorganização familiar, bem como para as conseqüências do óbito, mais do que a morte em si (Assis & cols., 2006). Em uma perspectiva sistêmica, é possível compreender a perda por meio da análise do que ocorre na unidade familiar, uma

vez que os reflexos do acontecimento acabam por afetar a todos os membros dessa unidade e suas relações (Walsh & McGoldrick, 2004). A aliança estabelecida pelos indivíduos estimula a criação de uma estrutura restaurativa, cujo objetivo é preservar a coesão entre os membros (Salloum & Rynearson, 2006), intensificando a interdependência entre as pessoas desse sistema (Walsh, 2006).

Todavia, a reorganização dos indivíduos, da família e da comunidade não acontece de forma imediata. Algumas mudanças acontecem somente após um determinado período, pois os sobreviventes necessitam de tempo para assimilar o acontecimento, buscar um sentido para a experiência e para as transformações na sua identidade (Raphael & cols., 2006). Para tanto, o sistema de crenças familiares auxilia na trajetória das pessoas que lidam com esse tipo de situação, intensificando, aprimorando ou até desconstruindo determinadas convicções (Armour, 2006).

Neste contexto, certas variáveis podem contribuir para a inibição ou a promoção do processo de luto dos familiares, e isto depende dos estilos de ligação entre os familiares e da sensação de proximidade, flexibilidade e confiança (Dent, 2005). Entre os comportamentos facilitadores para o enfrentamento da morte no sistema familiar estão: (a) a comunicação ampla e aberta entre os membros da família; (b) o compartilhamento da dor; (c) a reorganização familiar e comunitária e (d) o reinvestimento em relacionamentos e planos (Walsh & McGoldrick, 2004).

A respeito da comunicação ampla e aberta, a clarificação e o detalhamento sobre as circunstâncias da morte ajudam a minimizar possíveis distorções e mal entendidos entre os familiares, do mesmo modo que o compartilhamento do sofrimento por meio de rituais, tributos, homenagens, celebração espiritual e expressão emocional colaboram para a adaptação. A reorganização familiar e comunitária, por sua vez, promove o reengajamento da família no cumprimento de suas tarefas, e no desempenho de novos papéis, sendo que a

conexão com as pessoas da vizinhança e com as instituições da comunidade são espaços colaboradores para esse fim. O reinvestimento nos relacionamentos implica a transformação dos valores e das crenças, a revisão dos conceitos, das metas para a continuidade da vida e até a busca de um sentido para o episódio. Todas essas atitudes propiciam o processo de resiliência, na medida em que os indivíduos, a família e a comunidade se engajam em um mesmo objetivo (Walsh, 2007).

Assim, o estudo de Abbott (2009) demonstra que mesmo culturas distintas podem expressar mudanças positivas, após um acontecimento trágico. O autor analisa as similaridades e as diferenças entre 7 famílias israelenses e 9 palestinas, que perderam algum parente de forma abrupta e violenta, por ocasião de conflitos religiosos e territoriais. Foram examinadas as estratégias de enfrentamento, os aspectos da interação familiar e a percepção dos sobreviventes quanto ao episódio, entre o terceiro e o quinto ano após a perda. De acordo com Abbott, as famílias de ambas as descendências explicitaram aspectos positivos decorrentes do evento, tais como compaixão por outros enlutados, aumento na coesão familiar e envolvimento em ações humanitárias. Os resultados da investigação apontaram que tanto o contexto social como as crenças foram relevantes para a interpretação do falecimento e para as transformações relatadas pelos familiares.

### ***Sistema de Valores e Crenças: a Essência do Processo de Resiliência***

Sob a perspectiva sistêmica da família e com o intuito de dar suporte à ideia de enfrentamento de situações adversas, o sistema de crenças cumpre um importante papel no funcionamento familiar por abarcar os valores, as atitudes, as convicções e os preconceitos que permeiam as ações e as decisões dos indivíduos, nos mais variados contextos. Para o enfrentamento de crises, o repertório – espiritual, cultural, experiencial – transmitido

transgeracionalmente, aumenta o senso de coerência e organização, facilitando a busca de um significado para determinado evento perturbador (Walsh, 2006).

No caso de pessoas que vivenciam a morte violenta de um ente, por outro lado, a adaptação à nova realidade envolve a reestruturação do sistema de crenças dos sobreviventes e a interpretação do acontecimento, cuja tarefa não se refere somente aos familiares da vítima, como também, a outros atores sociais capacitados a ajudar a dar sentido à perda (Armour, 2006). Apesar da relevância da tarefa, nem todos os enlutados conseguem reconstruir uma história satisfatória para as mortes traumáticas, como demonstra o estudo desenvolvido por Murphy e Johnson (2003).

Um dos objetivos da investigação, realizada com 138 pais que perderam filhos de forma violenta, foi identificar se eles haviam conseguido encontrar um significado para a perda, nos primeiros 4, 12, 24 e 60 meses, decorrentes do episódio. Segundo Murphy e Johnson (2003), até o décimo segundo mês, apenas 12% dos participantes da pesquisa haviam encontrado um sentido. Já no sexagésimo mês, o número havia subido para 57%, ou seja, mesmo decorridos 5 anos da morte, 43% dos pais estavam ainda sem resposta, o que demonstra a extensão do desafio para os genitores. Os autores do estudo salientam que as crenças religiosas e a frequência a grupos terapêuticos auxiliaram os familiares a encontrar um significado para o acontecimento.

De acordo com Walsh (2003), mesmo em situações catastróficas e potencialmente danosas, o processo de resiliência pode ser ativado nos indivíduos e nos grupos através de crenças que favoreçam o crescimento, a cicatrização das experiências negativas e ofereça alternativas ao sofrimento. Para a autora, o sistema de crenças é um aspecto decisivo para a prospecção da resiliência no contexto familiar, cujas características podem ser resumidas em: (a) busca por sentido e coerência à adversidade, redefinição da crise, contextualização do evento adverso e procura por soluções ao problema; (b) percepção positiva, baseada no

cultivo da esperança, do otimismo, da perseverança, com foco na capacidade de enfrentamento de cada um, além da aceitação das situações que não podem ser mudadas; e (c) transcendência e espiritualidade, ou seja, reforço dos valores, da fé, dos rituais, para que as pessoas possam atingir patamares de transformação e aprendizado.

A comemoração de datas especiais, organização de memoriais e comparecimento a cerimônias direcionadas ao ente falecido, por exemplo, são posturas que ajudam na transmutação da perda e que contam com a participação da sociedade enquanto parte deste processo (Lord, 2006). Estratégias de enfrentamento focalizadas na fé e na religião podem também facilitar as mudanças e reordenar as prioridades e os valores (Murphy, 2006).

A resiliência, por si mesma, não impede que os sobreviventes expressem sentimentos de raiva, ansiedade, desespero, perplexidade e tristeza, após uma situação de estresse agudo como um homicídio. No entanto, a dinâmica das relações, embasada em um sistema de crenças restaurativas, comunicação eficaz, respeito entre os membros e estratégias de enfrentamento compatíveis à situação auxiliam na construção de práticas resilientes, em longo prazo. Nos primeiros meses, entretanto, quando a família está imbuída a retomar sua rotina, necessita economizar energia cuidando apenas do que é realmente importante e urgente, pois não há espaço para a desunião ou conflitos (Salloum & Rynearson, 2006). Desta forma, os benefícios da coesão familiar podem ser experimentados nos diferentes subsistemas familiares (parental e fraternal) e na família como unidade.

Punamaki, Qouta, El Sarraj e Montgomery (2006), por sua vez, realizaram um estudo com 65 famílias palestinas, provenientes da Faixa de Gaza, cada uma das quais constituídas pelos pais e por três filhos adolescentes de 15, 17 e 19 anos. O estudo se propôs a: (a) distinguir o comportamento dos familiares pelo critério da expressão dos sintomas e habilidades resilientes; (b) examinar se a exposição a eventos traumáticos

influencia diferentemente os familiares, em relação ao estresse psicológico e ao processo de resiliência; e (c) verificar se os familiares são expostos aos eventos traumáticos de maneira distinta entre si. Os pesquisadores tinham como hipótese que famílias sujeitas a muitos eventos traumáticos apresentam mais assimetrias entre os membros, ou seja, respondem aos eventos de formas distintas, indicando uma subdivisão na tarefa emocional como estratégia de sobrevivência para enfrentar as adversidades. Referindo-se ao impacto do trauma, os autores partiram da ideia de que a exposição à violência militar e às experiências penosas recentes são preditoras de estresse psicológico.

Os resultados do estudo de Punamaki e cols. (2006) apontaram que houve assimetria entre as respostas dos dois subsistemas - parental e fraternal - em relação ao estresse e aos recursos utilizados. Os filhos mais velhos, por exemplo, apresentaram altos níveis de sintomas depressivos, ao contrário dos membros do sistema parental. Em relação ao casal, as mães demonstraram mais episódios de Transtorno de Estresse Pós-traumático do que os pais. Baseados na teoria sistêmica, os resultados obtidos evidenciaram que os membros familiares diferiram, do ponto de vista psicológico, quando confrontados por eventos traumáticos e demonstraram dinâmicas complementares entre os pais e seus filhos.

Os estudos recentes na área da violência revelam que os sintomas causados por traumas merecem ser compreendidos com base em questões contextuais de desenvolvimento, mediadoras do processo de resiliência, tanto para indivíduos quanto para famílias e comunidades (Harvey, 2007). Acreditamos que investigações, como o presente estudo, contribuam para agregar reflexões acerca do processo de luto de pessoas que enfrentam mortes traumáticas. A seguir, apresentamos alguns dados sobre os homicídios no Distrito Federal, que ilustram a situação dos óbitos juvenis e justificam as propostas do trabalho.

## Justificativas e Objetivos

Estudos e pesquisas sobre a mortalidade na juventude apontam que as causas externas são as principais responsáveis para os óbitos, isto é, as mortes são, em sua maioria, provocadas por acidentes de trânsito, suicídios e homicídios sendo que, estes últimos, lideram as estatísticas brasileiras (Waiselfisz, 2007). No que diz respeito às taxas de homicídios por armas de fogo, houve um crescimento exacerbado entre os anos 1979 e 2003 de 542,7%; em contrapartida, as mortes por disparos acidentais, no mesmo período, diminuiram 16,1% (Waiselfisz, 2005). Assim, “em cada três jovens que morrem no Brasil, um foi vitimado por arma de fogo (Waiselfisz, p. 28).

Os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano, acrescido de variáveis de concentração de renda e do índice de Gini<sup>1</sup>, demonstram que os episódios estão relacionados às disparidades na distribuição de renda (Waiselfisz, 2008), conforme mencionado na introdução. Capitais como Brasília, Belo Horizonte e Fortaleza, cujo coeficiente de Gini está acima de 0,60, apresentam níveis de desigualdade extremamente altos para os padrões internacionais (UN-Habitat, 2008). Associado a este fato, comportamentos sociais de abandono escolar, por exemplo, contribuem para o risco de óbito para pessoas entre os 15 e 34 anos de idade: jovens e jovens adultos (SPDCA/SEDH, UNICEF & LAV/UERJ, 2009).

Rompimentos nas relações familiares, alterações em crenças e valores tradicionais e atrativos financeiros para ações na marginalidade são, também, fatores que potencializam ambientes adversos e colaboram para as situações de violência (Barber-Madden & Saber, 2010). Portanto, a conjugação entre aspectos comportamentais, socioeconômicos e comunitários são relevantes para o entendimento dos homicídios juvenis.

---

<sup>1</sup> O índice Gini é uma medida de concentração de renda que varia de zero a 1, sendo que zero indica que todos têm participação igualitária, ao contrário de 1, que aponta maior concentração de um determinado grupo ou indivíduo.

Com o intuito de mostrar um panorama da situação do Distrito Federal, a seguir, exibimos duas tabelas comparativas entre o número total de homicídios (Tabela 1) e os homicídios provocados por armas de fogo (Tabela 2), no primeiro semestre de 2007 e de 2008, segundo a Divisão de Estatística e Planejamento Operacional – DEPO – da Polícia Civil do DF. Os dados estão separados por faixa etária e por gênero das vítimas.

**Tabela 1**

*Vítimas de Homicídio – Comparativo entre o Primeiro Semestre de 2007 e de 2008*

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total		Variação	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	Quant.	%
De 00 a 05 anos	1	-	1	-	2	-	-2	-100,0
De 06 a 11 anos	-	2	-	-	-	2	2	-
De 12 a 14 anos	-	3	1	-	1	3	2	-
De 15 a 24 anos	123	132	7	12	130	144	14	10,8
De 25 a 30 anos	68	61	6	3	74	64	-10	-13,5
De 31 a 35 anos	27	40	2	2	29	42	13	44,8
De 36 a 40 anos	20	14	5	3	25	17	-8	-32,0
De 41 a 45 anos	6	18	1	1	7	19	12	171,4
De 46 a 50 anos	9	10	1	1	10	11	1	10,0
De 51 a 55 anos	3	5	4	-	7	5	-2	-28,6
De 56 a 60 anos	-	2	-	1	1	3	2	200,0
> de 60 anos	1	2	-	1	2	3	1	50,0
Não identificado	7	5	1	-	8	5	-3	-37,5
<b>Total</b>	<b>267</b>	<b>294</b>	<b>29</b>	<b>24</b>	<b>296</b>	<b>318</b>	<b>22</b>	<b>7,43</b>

*Nota.* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística e Planejamento Operacional da Polícia Civil do DF.



**Tabela 2**

***Vítimas de Homicídio por Arma de Fogo – Comparativo entre o Primeiro Semestre de 2007 e de 2008***

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total		Variação	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	Quant.	%
De 00 a 05 anos	1	-	-	-	1	-	-1	-100,0
De 06 a 11 anos	-	1	-	-	-	1	1	-
De 12 a 14 anos	-	3	1	-	1	3	2	-
De 15 a 24 anos	108	116	5	7	113	123	10	8,8
De 25 a 30 anos	55	46	2	3	57	49	-8	-14
De 31 a 35 anos	16	27	1	1	17	28	11	64,7
De 36 a 40 anos	14	7	1	1	15	8	-7	-46,7
De 41 a 45 anos	2	8	-	1	2	9	7	350,0
De 46 a 50 anos	7	5	-	-	7	5	-2	-28,6
De 51 a 55 anos	2	3	1	-	3	3	-	-
De 56 a 60 anos	1	1	-	-	1	1	-	-
> de 60 anos	1	2	-	-	1	2	1	100,0
Não identificado	5	2	-	-	5	2	-3	-60,0
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>221</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>223</b>	<b>234</b>	<b>11</b>	<b>4,93</b>

*Nota.* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística e Planejamento Operacional da Polícia Civil do DF.

Com base nas tabelas 1 e 2, verifica-se que: (a) a faixa etária que corresponde à juventude, dos 15 aos 24 anos, tem as maiores taxas de homicídio e (b) as armas de fogo constituem o principal veículo para os crimes. No segundo semestre de 2008, do total dos 144 homicídios, 123 ocorreram com o uso de armas de fogo, ou seja, 85% das vítimas de homicídio perderam a vida por meio deste instrumento. Além disso, no Distrito Federal assim como nas demais regiões do país, houve a predominância de óbitos de jovens do gênero masculino (Waiselfisz, 2007).

A repercussão das mortes juvenis no âmbito familiar torna-se, portanto, uma questão a ser explorada na medida em que a perda é capaz de provocar diversas

consequências para os sobreviventes e representa uma violação dos direitos humanos. Apesar dos efeitos negativos que essas mortes acarretam, há também possibilidades de crescimento que são evidenciadas na própria maneira como as famílias lidam com as adversidades.

Nesse sentido, o processo de luto foi abordado tanto do ponto de vista do enfrentamento da perda, como em relação à reorganização das relações. Para Walsh e McGoldrick (2004), os estudos sobre o tema, no campo da saúde mental, têm privilegiado a visão do indivíduo e pouco se referido à perspectiva do grupo familiar. Além disso, é importante o uso de abordagens que levem em conta aspectos do funcionamento e da dinâmica das famílias, nas investigações sobre violência, já que “existem poucas pesquisas sobre as reações e atitudes dos que enfrentam a perda de um membro da família por homicídio” (Viano, 2007, p. 118).

Embora a morte de adolescentes e jovens adultos seja um campo em profusão, trabalhos que contêm informações sobre as famílias dos jovens, seguidamente, demonstram limitações do ponto de vista metodológico e conceitual. De acordo com Lohan e Murphy (2002), especial atenção deve ser dada à relação entre tempo e efeitos observados nos familiares, no período pós-morte. Segundo as pesquisadoras, investigações que possuem variações entre poucos meses e muitos anos, podem não capturar os efeitos provenientes da morte repentina e das mudanças no processo de enfrentamento.

Por serem os jovens as principais vítimas de homicídios no Brasil, aliado ao fato de as armas de fogo servirem de veículo para muitos deles, este estudo investiga sob a perspectiva do desenvolvimento humano, a trajetória de vida de oito famílias do Distrito Federal após a morte de um jovem. Tendo como objetivo geral descrever as mudanças na família decorrente da perda de um ente, entre 15 e 24 anos, vitimado por homicídio por arma de fogo, nos primeiros 12 meses após o episódio, a proposta de investigação buscou:

1. Identificar os aspectos individuais, familiares e contextuais que precederam os homicídios por arma de fogo;
2. Descrever os modos de enfrentamento adotados pelos familiares, com base na situação de perda.
3. Identificar os fatores de risco e proteção relativos à reorganização familiar

Esperamos que o estudo possa contribuir para a compreensão das mudanças que ocorrem nas famílias vitimadas por homicídio por arma de fogo e suas estratégias de enfrentamento. Além disso, nossa expectativa é que a investigação permita reflexões acerca do olhar da família sobre o fenômeno da violência e suas conseqüências para as ações públicas, pois, até então, “não se evidencia o desenvolvimento concomitante de políticas destinadas a enfrentar a crise” (Waiselfisz, 2008, p. 115).

## **Método**

Neste capítulo apresentamos, inicialmente, a caracterização das regiões administrativas, das quais se originaram as famílias do estudo, incluindo dados sobre a mortalidade juvenil. Em seguida, descrevemos os procedimentos adotados para a seleção das famílias, destacando entidades, instituições e rede de contatos que auxiliaram na efetivação do trabalho. Por fim, a caracterização das famílias e dos jovens vitimados e os procedimentos para a coleta e análise dos dados são descritos.

### ***Caracterização e Procedimentos de Seleção dos Participantes***

O estudo contou com a participação de 8 famílias, residentes em sete diferentes regiões administrativas do Distrito Federal, sendo 2 oriundas de Planaltina e 1 de cada uma das seguintes regiões: São Sebastião, Ceilândia, Samambaia, Sobradinho II, Paranoá e Santa Maria.

### ***As Regiões Administrativas***

O Distrito Federal (DF) é composto, atualmente, por 29 regiões administrativas. Entre as principais características sociodemográficas das regiões que fazem parte do estudo, estão: a distância em relação ao Plano Piloto, o número de habitantes por região, o percentual de jovens nesta população e a renda média mensal, por domicílio. Em todas as regiões citadas na tabela, o grau de instrução preponderante da população é o Ensino Fundamental incompleto, que abrange de 30,5% (Sobradinho II) a 41,9% (Paranoá) da população de cada região. Estas características estão representadas na Tabela 3.

**Tabela 3*****Caracterização das Regiões Administrativas das Famílias Participantes***

<b>Regiões Administrativas</b>	<b>Distância do Plano Piloto (km)</b>	<b>Habitantes (nº)</b>	<b>Percentual de jovens</b>	<b>Renda média domiciliar mensal (SM)</b>
Planaltina	38	141.097	21,8	3,2
São Sebastião	26	69.469	18,7	5,2
Ceilândia	26	332.455	21,8	4,7
Samambaia	25	147.907	24,8	4,0
Sobradinho II	22	71.805	21,1	6,5
Paranoá	25	39.630	23,9	5,2
Santa Maria	26	89.721	24,6	3,7

*Nota.* EFI - Ensino fundamental incompleto; SM: salário mínimo. *Fonte.* Codeplan, 2009

Conforme os dados expostos na Tabela 3, as regiões citadas têm um percentual entre 18,7% e 24,8% de jovens em sua população; elas estão localizadas a menos de 40 quilômetros do Plano Piloto e possuem renda média domiciliar variando entre 3,2 e 6,5 salários mínimos. No entanto, enquanto Sobradinho II, que entre elas é a mais próxima do Plano Piloto, possui a maior renda domiciliar, Planaltina, a mais distante e a terceira mais populosa, apresenta a menor renda por domicílio. Os índices de criminalidade nas regiões investigadas são apresentados na Tabela 4 que indica o número de vítimas fatais de homicídio por arma de fogo, na faixa etária entre 15 e 24 anos, no primeiro semestre do ano de 2007 e do ano de 2008.

**Tabela 4**

***Vítimas Fatais de Homicídio por Arma de Fogo nas Regiões Administrativas das Famílias Participantes nos anos de 2007 e 2008***

Cidades	Ano		Variação
	2007	2008	
Planaltina	8	14	+ 6
São Sebastião	7	10	+ 3
Ceilândia	21	22	+ 1
Samambaia	9	16	+ 7
Sobradinho II	2	1	- 1
Paranoá	6	4	- 2
Santa Maria	9	16	+ 7

*Nota.* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística e Planejamento Operacional da Polícia Civil do DF.

As regiões administrativas de Samambaia, Santa Maria e Planaltina apresentaram maior aumento no número de vítimas fatais por homicídio por arma de fogo, de 2007 para 2008. Elas são as regiões administrativas de menor renda mensal domiciliar, que não ultrapassa quatro salários mínimos. Sobradinho II, com o menor índice em 2007, teve seu índice ainda mais reduzido em 2008, tendo sido registrada apenas uma vítima fatal por arma de fogo. O Paranoá, no mesmo período, evidenciou um decréscimo nos índices de mortalidade por homicídio por arma de fogo.

***Instituições, Entidades e Profissionais Colaboradores***

Em razão de circunstâncias ambientais implicadas nos homicídios, tais como a existência de tráfico de drogas, e por tratar-se de um tema capaz de suscitar sentimentos ambivalentes de medo ou desconfiança, algumas famílias foram indicadas por pessoas ligadas a organizações não-governamentais (ONGs) do Distrito Federal. Assim, para a seleção das famílias deste estudo, o trabalho contou com a ajuda de: (a) o Grupo Atitude, (b) o Comitê Nacional de Vítimas da Violência (CONVIVE), (c) o Pró-Vítima e (d) outros

profissionais.

**O Grupo Atitude.** Situado em Ceilândia, desde 1998, esta ONG trabalha com atividades de cunho social nas áreas da saúde, educação e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de exclusão social, em conflito com a lei, moradores de rua e estudantes da rede pública de ensino do DF. O objetivo principal do Grupo é a promoção da cidadania e a luta pela garantia dos direitos civis constituídos. Ele serviu como porta de entrada para os primeiros contatos com os participantes e indicou duas famílias. Entretanto, na própria sede da instituição, em conversa informal sobre o estudo, os participantes em potencial se recusaram a falar sobre o assunto. Assim, por tratar-se de uma região com intenso risco, nenhum convite foi efetivado e buscou-se outra região para iniciar a coleta.

**O CONVIVE.** O segundo parceiro para a realização da pesquisa foi o Comitê Nacional de Vítimas da Violência (CONVIVE), sediado no Plano Piloto/DF, desde 1999. Atua na implementação de assistência psicológica e jurídica aos familiares de vítimas da violência, promove campanhas preventivas e educativas e contribui para propostas de legislação pertinentes ao tema, no sentido de assegurar justiça, paz e segurança à população. A entidade possibilitou, à pesquisadora, o acesso a diferentes profissionais da área da saúde, da educação e do serviço social que atuam direta ou indiretamente com a população alvo do trabalho e também forneceu uma lista com cerca de 30 famílias que haviam vivenciado situações de perdas por homicídio. A partir da checagem dessa lista e da implementação dos contatos, 3 famílias aceitaram participar do estudo.

**O Pró-Vítima.** Sediado na região administrativa do Paranoá, desde abril de 2009, o Programa da Subsecretaria de Defesa das Vítimas da Violência do Governo do Distrito Federal destina-se ao atendimento jurídico, psicológico e psicossocial de famílias vitimadas pela violência. Por meio deste programa, foi indicada uma das famílias participantes do estudo.

***Outros profissionais colaboradores.*** A investigação contou, também, com a ajuda de profissionais da Psicologia, do Direito e de outras áreas, pertencentes à rede de contatos da pesquisadora, bem como com o apoio da família que aderiu ao Projeto Piloto. A colaboração desses intermediários, no processo de aproximação às famílias, contribuiu para dirimir fantasias persecutórias sobre os objetivos do trabalho e facilitou a entrada da mestrandia no contexto de duas famílias que se dispuseram a participar.

### ***As Famílias***

***Procedimentos de seleção das famílias.*** Das 30 famílias indicadas pelo CONVIVE, 25 foram contatadas por telefone, mas não puderam participar pelo fato do tempo de luto ultrapassar os 12 primeiros meses seguidos à perda, critério necessário para a padronização quanto às mudanças no processo de luto, descritos pela literatura. As demais famílias da lista ( $n=5$ ) não foram encontradas, em função de dados cadastrais incorretos ou incompletos. Na ocasião, as famílias contatadas foram solicitadas a indicar outras famílias, pertencentes às suas regiões de moradia ou ao seu círculo social. Destas indicações, duas famílias concordaram em participar.

Ao final do processo seletivo, que durou cerca de 5 meses (de janeiro a junho de 2009), o número total de famílias que preenchia os requisitos era de 16. Entretanto, somente 8 destas aceitaram fazer parte da investigação. Os motivos alegados para a não adesão estavam relacionados à falta de condições emocionais e psicológicas ( $n=6$ ) e receio de possíveis represálias por parte dos envolvidos nos crimes ( $n=2$ ). Cabe salientar que, em pelo menos um caso do estudo, o responsável pelo homicídio, à data da coleta, encontrava-se em liberdade.

Assim, as oito famílias do estudo, identificadas pela sigla F (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8) foram indicadas pelos seguintes colaboradores: CONVIVE (F1, F2, F6); Pró-Vítima (F7);



outras famílias (F3 e F4) e outros profissionais (F5 e F8). Todas elas estavam vivenciando a perda de um jovem (filho) e encontravam-se no período de luto compreendido entre os primeiros 30 dias e os 12 meses, pós-morte. Destas famílias, seis possuíam outros filhos, além do jovem vitimado, e em duas famílias, ele era filho único (F3 e F4). Do sistema parental, participou a mãe do jovem ( $n=8$ ; M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7 e M8) e, do sistema fraternal, participou o(a) irmão(ã) ( $n=5$ ; I1, I2, I5, I6 e I7), com idade cronológica mais próxima à da vítima, porém, não inferior a 12 anos de idade, em função da complexidade das questões. Os irmãos que aderiram à pesquisa tinham entre 15 e 31 anos e, uma das famílias (F8), não autorizou a participação deste no estudo por temer que suas declarações o colocassem em risco.

**O jovem.** As idades dos jovens, identificados pelas siglas (J1, J2, J3, J4, J5, J6, J7 e J8) variaram entre 16 e 23 anos, sendo a média de 18,7 anos. A maior parte das vítimas era do gênero masculino, de raça parda, e não havia completado o ensino fundamental (J4, J5, J6 e J8). Quanto à ocupação, dois foram classificados como “sem ocupação”, isto é, não trabalhavam, não estudavam e não buscavam colocação no mercado de trabalho, um atuava como biscateiro (diversos serviços), outro como costureiro, três eram estudantes e a única jovem do gênero feminino, era dona de casa. Dos oito jovens, um havia deixado dependentes (J6) e, em um caso, a família não soube informar a respeito (J3), isto é, a genitora não sabia se o jovem tinha algum filho. Quanto à renda, cinco jovens não aferiam renda, um recebia o valor de 400,00 reais, um não ficou definido e, a jovem (J6), recebia pensão do ex-companheiro sem, contudo, a família saber precisar o valor. Os dados sociodemográficos referentes ao perfil do jovem vitimado constam da Tabela 5.

**Tabela 5*****Os Jovens: Gênero, Idade, Raça, Escolaridade, Ocupação, Dependente(s) e Renda***

<b>J</b>	<b>Região Adm.</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Raça</b>	<b>Escola- ridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Dependen -tes</b>	<b>Renda (reais)</b>
<b>J1</b>	Planaltina	M	16	Branco	EMI	Estudante	Não	
<b>J2</b>	Planaltina	M	20	Pardo	EFC	Costureiro	Não	400,00
<b>J3</b>	São Sebastião	M	17	Pardo	EMI	Estudante	Não tem certeza	
<b>J4</b>	Ceilândia	M	18	Pardo	EFI	Estudante	Não	
<b>J5</b>	Samambaia	M	16	Branco	EFI	Sem ocupação	Não	
<b>J6</b>	Sobradinho II	F	23	Pardo	EFI	Dona de casa	Sim – 2	Recebia pensão do ex- marido
<b>J7</b>	Paranoá	M	22	Pardo	EFC	Sem ocupação	Não	
<b>J8</b>	Santa Maria	M	18	Negro	EFI	Biscate	Não	Não sabe

*Nota.* EFC - Ensino fundamental completo; EFI - Ensino fundamental incompleto; EMC - Ensino médio completo; EMI - Ensino médio incompleto.

A idade das mães variou entre 36 e 59 anos, sendo a média de 48,5 anos. A idade dos pais oscilou entre 43 e 59 anos ( $n=4$ ) e a média foi de 50,7 anos. Entretanto, três entrevistadas não souberam precisar a data de nascimento do progenitor (F3, F5 e F8) e, em um caso, ele já havia falecido (F6). Quanto à escolaridade das mães, uma não era alfabetizada, quatro não haviam completado o ensino fundamental e três haviam concluído o ensino médio. Dentre os pais, duas mães não souberam responder sobre a escolaridade do pai do jovem, quatro deles não possuíam o ensino fundamental completo e dois haviam concluído o ensino médio. Dos cinco irmãos que participaram do estudo, quatro eram do gênero feminino (I1, I2, I5 e I6) e apenas um (I7), era do gênero masculino. Dois estavam cursando o ensino médio, dois possuíam o ensino médio completo e um o ensino superior incompleto.

No que tange à ocupação, as mães que referiram fazer trabalhos remunerados ( $n=4$ ), duas desempenhavam atividades como funcionárias públicas e as outras duas, serviços gerais (limpeza e conservação). Duas mães exerciam trabalhos domésticos (do lar) e, ainda duas estavam desempregadas.

Sobre a ocupação dos pais, um trabalhava como funcionário público, um era comerciante, um eletricitista, um estava desempregado, outro aposentado, um havia falecido e dois não tiveram sua ocupação definida pelas respondentes, em razão destas desconhecerem a situação do ex-parceiro. A Tabela 6 apresenta uma síntese das características sociodemográficas descritas acima.

**Tabela 6**

***Mães, Pais e Irmãos: Idade, Escolaridade e Ocupação***

Fam	Idade			Escolaridade			Ocupação		
	M	P	I	M	P	I	M	P	I
<b>F1</b>	48	50	31	EMC	EMC	EMC	Func. Público	Func. público	Dona de casa
<b>F2</b>	40	43	17	EMC	EMC	EMI	Dona de casa	Comércio	Estudante
<b>F3</b>	47	Não sabe		SE	EFI		Serviços Gerais	Não sabe	
<b>F4</b>	59	59		EFI	EFI		Dona de Casa	Aposentado	
<b>F5</b>	51	Não sabe	21	EMC	EFI	ESI	Func. Público	Eletricista	Estudante
<b>F6</b>	56	Falecido	26	EFI	EFI	EMC	Serviços Gerais	Falecido	Dona de casa
<b>F7</b>	49	51	15	EFI	SE	EMI	Desempregada	Desempregado	Estudante
<b>F8</b>	36	Não sabe		EFI	Não Sabe		Desempregada	Não sabe	

*Nota.* SE - Sem escolaridade; EFC - Ensino fundamental completo; EFI - Ensino fundamental incompleto; EMC - Ensino médio completo; EMI - Ensino médio incompleto; ESI - Ensino superior incompleto

A respeito do estado civil das mães participantes da pesquisa, quatro eram casadas (F1, F2, F4 e F7), duas separadas (F5 e F8), uma solteira (F3) e uma viúva (F6). O tempo de união das casadas oscilava entre 17 e 31 anos, sendo a média de 25,5 anos. A renda familiar variou entre menos de um salário mínimo até 9,4 salários. Verificou-se, ainda, o recebimento de incentivos do governo por parte de duas famílias (F2 e F8). A Tabela 7 apresenta estas informações sumarizadas, por família.

**Tabela 7***Genitores: Constelação Familiar, Estado Civil, Tempo de União e Renda Familiar*

<b>Família</b>	<b>Número de pessoas que moram na casa</b>	<b>Constelação familiar</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Tempo de união do casal</b>	<b>Renda familiar (SM)*</b>
<b>F1</b>	2	Pai e mãe	Casados	26 anos	9,4
<b>F2</b>	5	Mãe, padrasto e três irmãos	Casados	17 anos	1,5 100,00**
<b>F3</b>	1	Somente mãe	Solteira		1,5
<b>F4</b>	4	Pai, mãe e dois irmãos da mãe c/NE	Casados	28 anos	3
<b>F5</b>	2	Mãe e irmã	Separada		6,2
<b>F6</b>	6	Mãe, dois filhos, irmã, cunhado e dois sobrinhos	Viúva		3,4
<b>F7</b>	3	Pai, mãe e um filho	Casados	31 anos	< 1
<b>F8</b>	6	Mãe e cinco filhos	Separada		< 1 152,00**

*Nota.* \*O salário mínimo (SM), em 2009, era de R\$ 465,00. \*\*Valor referente ao Bolsa Família.

### *Procedimentos para Coleta e Análise de Dados*

Um estudo piloto foi planejado e executado para verificar a adequação dos objetivos e dos instrumentos à proposta do trabalho, permitindo a elaboração de questões de investigação. Em momento posterior, a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde, registrada sob o número 179/08, tendo sido aprovada na íntegra.

A coleta de dados ocorreu na residência das famílias e consistiu na aplicação de três instrumentos: (a) Questionário de Caracterização do Sistema Familiar (Dessen, 2009), que foi respondido pelas mães; (b) um roteiro para entrevista semiestruturada, respondido pelas mães e irmãos e (c) uma escala intitulada Escala Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP), já validada para a realidade brasileira, e que foi respondida por ambos, mães e

irmãos.

Considerando a natureza do tema abordado e a necessidade de os participantes falarem mais livremente sobre o assunto, a coleta foi iniciada pela entrevista e, em seguida, aplicou-se o Questionário e a Escala de Modos de Enfrentamento. Na maioria das famílias ( $n=6$ ), a coleta foi realizada em uma única visita, cuja duração foi de aproximadamente três horas. Em apenas duas famílias foi necessário agendar um novo encontro para dar continuidade à coleta. A remarcação ocorreu, a pedido do irmão participante, tendo em vista a inconveniência do horário. Em virtude de possíveis repercussões emocionais provenientes da coleta de dados, foi disponibilizado aos participantes do estudo atendimento ambulatorial na unidade de tratamento psicológico do Instituto de Psicologia (CAEP), embora nenhum deles tenha feito uso do recurso.

#### ***Questionário de Caracterização do Sistema Familiar*** (ver Anexo A, p. 124)

Foi utilizado o Questionário de Caracterização do Sistema Familiar (Dessen, 2009) adaptado aos objetivos deste estudo. O questionário é um instrumento elaborado para ser utilizado em pesquisas com famílias e inclui perguntas como: idade, nível de escolaridade e ocupação dos participantes. Além disso, busca caracterizar o sistema familiar com base em dados de saúde e eventos importantes ocorridos na história de vida familiar. Foram acrescentadas, ao questionário, questões específicas sobre a rede social, o serviço de saúde mental acessível à comunidade e as relações com a família extensa. Seu tempo de aplicação foi de aproximadamente 45 minutos.

#### ***Roteiros de Entrevista Semiestruturada*** (ver Anexo B, p. 130)

A finalidade das entrevistas, para mães e irmãos, foi compreender as circunstâncias da perda, as dificuldades enfrentadas pela família, a ajuda recebida pelos familiares para

lidar com a situação, os aspectos que dificultaram ou facilitaram o enfrentamento da perda, o relacionamento entre os membros da família e os valores e crenças sobre a morte por homicídio. Os principais tópicos abordados enfatizaram os fatores de risco e proteção e o impacto da morte nos padrões de comunicação da família, cujas perguntas foram subdivididas em três níveis: indivíduo, família e comunidade.

Cabe ressaltar que adotamos o Modelo de Processo Dual (MPD), explicitado na introdução, para a compreensão do luto, tendo em vista as características deste processo e da reorganização familiar. Quanto à análise dos dados obtidos com a entrevista, quatro etapas foram realizadas, a saber:

***Etapa I – Preparação do material para posterior análise.*** As verbalizações dos 13 participantes da pesquisa, gravadas em áudio, foram primeiramente identificadas e digitalizadas para viabilizar o processo de escuta e transcrição, cujo tempo médio de duração do processo foi de duas horas para cada entrevista. A transcrição foi realizada na íntegra e o tempo médio consumido nesta tarefa foi de, aproximadamente, sete horas por entrevista. O resultado final gerou um produto de boa qualidade, tendo em vista a nitidez das falas e a clareza das verbalizações.

***Etapa II – Análise de conteúdo das entrevistas com os participantes.*** As verbalizações dos participantes foram submetidas à técnica de Análise de Conteúdo (AC) que consiste, segundo Bardin (1977), em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 42). Em seguida, este material foi submetido a uma categorização, seguindo os passos de construção de sistemas de categorias propostas por Dessen e Cerqueira-Silva (2009). Para a consolidação do sistema final, cerca de três versões

preliminares foram construídas.

***Etapa III - Apreciação e concordância entre juízes.*** Em função da complexidade do assunto e das respostas dos participantes, a versão passou por rigorosa avaliação de um juiz com o intuito de estabelecer os ajustes necessários. Essa medida foi adotada para agregar confiabilidade e credibilidade ao sistema. Depois de uma análise minuciosa realizada pelo juiz, um doutorando devidamente qualificado para a tarefa e com experiência em pesquisa com famílias, o sistema foi revisto tendo dez verbalizações realocadas para categorias mais apropriadas e uma inteira redefinida. A orientadora e a autora do trabalho, com base nas sugestões do juiz, optaram por acatar e implementar as modificações recomendadas para a parte do sistema relativa aos acontecimentos ocorridos com a família, no período pós-homicídio. Assim, a terceira parte do sistema, relativa às *mudanças individuais* (intra e interpessoais), *mudanças familiares* e *mudanças contextuais*, foi alterada para: *mudanças individuais* (aspectos positivos e negativos), *familiares* (grupo familiar, conjugais, parentais, fraternais) e *sociais*. Com tais alterações, o sistema definitivo mostrou-se não somente compatível com as verbalizações e significados expressos pelos participantes do estudo, como também com os temas abordados na literatura.

***Etapa IV – Finalização e fechamento do sistema.*** Para assegurar a validade do sistema foi calculado também o índice de concordância quanto à classificação das 286 verbalizações. O resultado deste cálculo apontou que houve um índice de concordância de 97%. Em se tratando das discordâncias, o sistema foi novamente revisto a fim de assegurar a concordância plena no que concerne à classificação destas verbalizações. O Anexo D (p. 141) mostra o sistema de categorias definitivo, que foi utilizado para a tabulação do material gravado.

***Escala Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP)*** (ver Anexo C, p. 134)

A Escala Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP) foi utilizada com o objetivo de identificar os modos de enfrentamento adotados pelas famílias, mães e irmãos, na situação da morte do jovem. Nas instruções fornecidas aos participantes, a frase original da escala é: *“As pessoas reagem de diferentes maneiras a situações difíceis ou estressantes. Pense em uma situação ou problema atual que esteja produzindo mais estresse para você. Escreva aqui esta situação-problema”*. Para adequar o preenchimento do questionário aos propósitos da investigação, esta frase foi substituída por: *“Diante da perda de seu filho (irmão), tenha em mente o que você faz, pensa ou sente para enfrentar a situação, ao responder o questionário”*.

A EMEP foi adaptada para a realidade brasileira por Gimenes e Queiroz (1997), e sua estrutura fatorial foi desenvolvida por Seidl, Tróccoli e Zannon (2001). Esta escala, em razão da complexidade das questões, exige que os respondentes tenham, pelo menos, completado o terceiro ano do ensino fundamental.

A escala EMEP avalia as estratégias de enfrentamento utilizadas frente a um evento estressor geral ou um evento estressor relacionado à saúde e é composta por 45 questões objetivas, divididas da seguinte maneira: 18 focalizadas no problema, 15 focalizadas na emoção, 7 na busca de prática religiosa / pensamento fantasioso e 5 na busca de suporte social. Há, também, uma questão subjetiva que se destina a identificar alguma outra estratégia de enfrentamento que não tenha constado das questões objetivas. As respostas são classificadas de acordo com a escala Likert de cinco pontos: (1) eu nunca faço isso; (2) eu faço isso pouco; (3) eu faço isso às vezes; (4) eu faço isso muito e (5) eu faço isso sempre. As respostas são calculadas para cada um dos quatro fatores. Os escores mais altos indicam maior frequência de utilização da estratégia de enfrentamento.

Os itens estão subdivididos em quatro fatores:



**Fator 1.** Enfrentamento focalizado no problema (alpha de Cronbach = 0,84). Estratégias voltadas para o manejo ou solução do problema e direcionadas para reavaliação e significação positiva do estressor. Abarca 18 itens: 1, 3, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 28, 30, 32, 33, 36, 39, 40, 42 e 45.

**Fator 2.** Enfrentamento focalizado na emoção (alpha de Cronbach = 0,81). Estratégias que envolvem esquiva, negação, pensamento irrealista e desiderativo, expressão de emoções alusivas à raiva e tensão, atribuição de culpa, afastamento do problema e funções paliativas frente ao estressor. Compreende 15 itens: 2, 5, 11, 12, 13, 18, 20, 22, 23, 25, 29, 34, 35, 37 e 38.

**Fator 3.** Enfrentamento centrado na busca de práticas religiosas e pensamento fantasioso (alpha de Cronbach = 0,74). Estratégias caracterizadas por comportamentos religiosos ou ligadas à espiritualidade, bem como pensamentos fantasiosos. Engloba sete itens: 6, 8, 21, 26, 27, 41 e 44.

**Fator 4.** Enfrentamento baseado na busca por suporte social (alpha de Cronbach = 0,70). Estratégias relativas à procura de apoio social e na busca por informações. Compreende cinco itens: 4 (redefinido para análise, ou seja, inversão na escala Likert), 7, 9, 31 e 43.

## **Resultados**

Os resultados deste estudo foram organizados em três seções. A primeira delas inclui a caracterização do jovem, da sua família e da comunidade, além de experiências anteriores de perda na família e expectativas de óbito deste jovem. A segunda seção diz respeito às circunstâncias da morte, isto é, possíveis motivos para o homicídio, o sentido da perda, bem como a atuação da justiça/polícia no caso. Nesta seção, também são apresentados os principais valores, crenças e expectativas dos familiares, sobre tais assuntos. A terceira trata do período pós-morte, abarcando as conseqüências decorrentes do homicídio para a família e para a comunidade, nos seguintes tópicos: sentimentos em relação ao fato; mudanças individuais, familiares e sociais; estratégias/modos de enfrentamento da perda e rede social de apoio.

### ***O Jovem, sua Família e a Comunidade: Fatores Antecedentes***

Com a finalidade de mapear o período anterior à morte, discorreremos sobre o jovem (aspectos comportamentais), os acontecimentos ocorridos em sua trajetória e as características da sua família e da comunidade em que vivia, de acordo com os relatos das mães e do(a)s irmão(ã)s participantes. As perguntas do questionário de caracterização do sistema familiar evidenciaram se ocorreu evasão escolar, morte de outro familiar jovem nas mesmas circunstâncias, envolvimento em atos de delinqüência, amigos ou companheiros envolvidos com delinqüência, cumprimento de medida socioeducativa ou prisão e uso/abuso de substâncias psicoativas (álcool e drogas).

Parte das mães ( $n=5$ ) informou que seu filho (J2, J5, J6, J7 e J8) havia deixado de estudar, nos últimos 5 anos. Três famílias (F1, F2 e F7) relataram ter enfrentado a morte de outro familiar, da mesma faixa etária e em circunstâncias semelhantes, cujo período entre as perdas variou entre um mês (F2), nove meses (F1) e há mais de cinco anos (F7).

Do total de jovens ( $n=8$ ), cinco (J3, J4, J5, J7 e J8) estavam envolvidos em atos de delinqüência, tinham convívio com amigos que praticavam ações dessa natureza e costumavam fazer uso/abuso de álcool. Dentre os atos delinqüentes, as famílias especificaram: acusação de homicídio (J5), furto/roubo (J4 e J5), envolvimento em brigas (J3 e J7), e dívida financeira em decorrência do uso de drogas (J5). O cumprimento de medida socioeducativa/prisão foi citado em três casos (J4, J5 e J8), assim como o uso/abuso de drogas (J5, J7 e J8) e uso/abuso de álcool (J3, J4, J5, J7 e J8), como pode ser observado na Tabela 8.

**Tabela 8**

*Eventos Ocorridos na Vida do Jovem até 5 Anos Antes do Homicídio*

Eventos / jovens	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7	J8	Total
Evasão escolar		x			x	x	x	x	5
Morte de familiar jovem nas mesmas circunstâncias	x	x					x		3
Envolvimento em atos delinqüentes			x	x	x		x	x	5
Amigos ou companheiros envolvidos c/ delinqüência			x	x	x		x	x	5
Medida sócioeducativa ou prisão				x	x			x	3
Uso se substâncias psicoativas									
Álcool			x	x	x		x	x	5
Drogas					x		x	x	3

Ainda no que diz respeito às características comportamentais, mães e irmãos apontaram qualidades à postura do jovem, antes do homicídio. Tais aspectos destacaram que o jovem (J1, J2 e J6) não emitia comportamentos transgressores, era estudante/trabalhador e tinha bons amigos/relacionamentos. Dentre os jovens considerados “sem comportamento transgressor”, estava a única pessoa do gênero feminino.

Com relação à coesão no sistema familiar, tanto mães como irmãos ( $n=7$ ) relataram que sua família era unida (M1, M6, M7, M8, I1, I6, I7) enquanto outros participantes ( $n=6$ ) a percebiam como pouco unida (M2, M3, M4, M5, I2, I5). Importante ressaltar que as percepções das mães e dos irmãos foram similares quanto à coesão familiar. Dentre as famílias que se consideraram pouco unidas (F3 e F4), estavam as duas cujo jovem vitimado era o único filho.

Sobre as crenças religiosas das mães participantes, quatro eram católicas (M1, M5, M6, M8), três evangélicas (M3, M4, M7) e uma afirmou não ter religião definida (M2). A frequência a missas e cultos religiosos foi apontada como única atividade de lazer para duas das participantes (M1 e M4). Outras atividades referidas foram: assistir à televisão (M5, M6, M8), brincar com as crianças que residem na casa (M2 e M6), receber visitas de parentes (M6); frequentar missas e cultos (M6, M7 e M8) e fazer caminhadas (M7). Uma das participantes, todavia, indicou não ter atividades de lazer de espécie alguma (M3).

No que tange a aspectos da comunidade, a maioria das famílias ( $n=7$ ) salientou a existência de violência no local (F1, F2, F3, F4, F5, F7 e F8) há, pelo menos, 6 meses. Nenhuma, entretanto, mencionou brigas com vizinhos, isolamento social ou discriminação racial. Para duas famílias (F4 e F5), o comportamento transgressor do jovem era compatível ao contexto, tendo em vista a presença de usuários de drogas em áreas vizinhas à residência. Assim, destacamos que apenas uma família (F6), residente em Sobradinho II, não se referiu à existência de violência na sua comunidade, sendo que o homicídio havia sido cometido pelo cônjuge, sem relação direta com a violência presente no ambiente.

Quanto à situação de moradia, cinco participantes (F1, F2, F3, F4 e F7) informaram que a família residia em casa própria, à época do homicídio, e três em casa alugada (M5, M6 e M8). Todas elas ( $n=8$ ) relataram que sua moradia estava localizada em área com fornecimento de água potável, saneamento básico, e serviço de coleta de lixo. Entre os

serviços de saúde da comunidade disponíveis aos moradores, os mais citados foram os postos de saúde e a rede hospitalar. Entretanto, seis mães (M1, M2, M3, M4, M5 e M7) declararam não utilizá-los, principalmente em razão da falta de profissionais (M1, M2, M3, M4 e M7) e pelo descaso para com os usuários ou pelo atendimento ruim (M1, M2, M3, M4 e M5).

Em síntese, o comportamento transgressor mostrou estar presente na trajetória da maioria dos jovens do estudo (J3, J4, J5, J7 e J8), constituindo um provável fator de risco para mortes desse tipo. Assim, para a análise dos resultados desta dissertação, as famílias foram agrupadas em dois grupos distintos: o Grupo A (J3, J4, J5, J7 e J8) com antecedentes de transgressão e Grupo B (J1, J2 e J6) sem antecedentes declarados pelas famílias. Como a violência na comunidade foi apontada por sete das oito famílias, este fator de risco estava presente tanto para as famílias cujo jovem apresentava comportamento transgressor, Grupo A, como para aquelas em que o jovem não os apresentava, Grupo B. No entanto, as famílias diferiram quanto a aspectos relativos à perda, à compreensão da morte e ao papel da justiça, conforme descrito abaixo.

#### ***Expectativas da Perda, Compreensão sobre o Fato e Atuação da Justiça/Polícia***

Quanto à expectativa de óbito do jovem, duas famílias (F5 e F7) do Grupo A já haviam cogitado essa possibilidade. Em ambas, o jovem apresentava comportamento transgressor, como ilustram as seguintes verbalizações: *Acho que ele já tava sendo ameaçado, eu via que ele tava assim... sempre com medo. Eu, já mais ou menos, eu imaginava. Eu sabia que, mais cedo ou mais tarde, isso ia acontecer, eu tava esperando por isso (M5).* / *A gente temia que ele arranjasse uma outra pessoa pior do que ele e fizesse alguma besteira com ele na rua. A gente pensava... quando ele andava brigando (M7).* Além disso, uma das participantes admitiu desejar que a morte ocorresse para

estancar de vez com a angústia e a dor. *Eu vivia pedindo. Às vezes eu acho, até, que de tanto eu pedir, isso aconteceu. Às vezes eu acho que aconteceu de tanto que eu pedi, para parar com esse sofrimento (M5).*

As outras seis famílias, ao contrário, afirmaram nunca ter imaginado a morte prematura (F1, F2, F3, F4, F6 e F8), como explicitado: *Nunca imaginei que iria acontecer isso com meu filho, nunca imaginei meu filho morrer numa morte tão assim, 'né', igual foi, com 18 anos, nunca imaginei. Nunca passou pela minha cabeça (M1).* Sendo assim, nem famílias do Grupo B, nem famílias do Grupo A, cujos jovens apresentavam comportamento transgressor, cogitavam a possibilidade de perdê-lo prematuramente.

A respeito das circunstâncias da morte, as mães e irmãos informaram as dificuldades da família quanto às despesas com funeral, sendo que três famílias (F4, F7 e F8) apontaram não estar preparadas para arcar com os custos provenientes do enterro e, tampouco, com os encargos de transporte das pessoas até o cemitério, contribuindo para o aumento do estresse, da dor e do sofrimento. As famílias (F7 e F8) tinham uma renda familiar mensal inferior a um salário mínimo, conforme os relatos: *Vem a parte financeira, que aí a gente vai ter que enterrar; a gente não tem um dinheiro reservado pra isso. A gente não tinha um dinheiro! (M7).* / *Teve que ter ônibus porque ele foi enterrado no Novo Gama, aí fizeram 'vaquinha'. Eu não tinha R\$ 10,00 assim, nem R\$ 5,00 pra ajudar no enterro do meu filho (M8).* / *Meu pai teve que arrumar dinheiro, de uma hora pra outra, pra pagar o caixão (I7).*

As famílias identificaram tanto motivos concretos para o homicídio, como motivos abstratos ou subjetivos. Dentre os motivos concretos, quatro famílias (F3, F4, F5 e F8) do Grupo A associaram a causa da morte a fatores relativos ao comportamento do jovem e a seu estilo de vida. Uma família (F3) atribuiu a morte ao envolvimento do jovem em uma briga. *Teve uma briga... por causa de, de ... namorada (F3).* Duas outras famílias (F4 e F8)

atribuíram a morte à presença, influência de más companhias ou falsos amigos. *Maus amigos! Ele caiu numa emboscada de pessoas, de pessoas más, de pessoas ruins, ou por inveja, ou pessoas que já tinham raiva* (M4). / *E foi gente que andava dentro da minha casa, com meu filho, 'né'? Que se dizia ser amigo do meu filho e fez isso com meu filho* (M8). A terceira razão apontada para o homicídio foi a perseguição por tráfico (F4 e F5). *Ele 'tava' envolvido com drogas. Justamente, [ele morreu] por causa desse envolvimento* (M5). / *Podia estar sendo pressionado pra vender droga* (M4). De acordo com as verbalizações dos participantes, uma família (F4) descreveu mais de um motivo para o óbito, também referente às características do jovem.

Quanto aos motivos relacionados à família ou às relações afetivas, duas possibilidades foram mencionadas. O modelo familiar/herança genética foi citado por uma família (F7). *Deve ter sido alguma coisa que acompanhou ele da meninice, o pai tinha um vício* (M7). Por outro lado, aspectos referentes à relação conjugal e insegurança emocional foram citados também por uma família (F6). *Ele [cônjuge] não aceitou a separação* (M6).

Para duas famílias (F1 e F2), ambas do Grupo B, a morte foi atribuída à violência existente na comunidade. As explicações para a perda partiram de situações de tiroteio e por ter sido confundido com outra pessoa, de acordo com o exemplo seguinte: *Uns me falam que foi confundido com outro [jovem], pensando que era de gang* (M1). / *Três caras entraram atirando, na lanchonete, perseguindo uma outra pessoa, que entrou dentro da lanchonete. Aí, nesse meio tempo, um tiro pegou na cabeça do meu filho* (M2).

Além dos motivos concretos, as famílias atribuíram aos homicídios motivos abstratos ou subjetivos. Dentre eles, duas famílias (F1 e F5) que haviam vivenciado situações de transgressão em sua casa, interpretaram a perda como um castigo. A família (F1) do Grupo B associou o homicídio aos cuidados que dispensou ao sobrinho, anteriormente vitimado, como a razão para ter recebido o castigo, conforme a verbalização:

*Fui criticada porque falaram que além de eu chorar por um sobrinho vagabundo, agora eu tava chorando de verdade, porque agora era meu filho e meu filho não tinha nada a ver com nada, mas Deus quis me castigar (M1). / A outra família, do Grupo A, que interpretou o homicídio como um castigo foi a (F5): Deus 'tá' me castigando e eu tenho que passar por isso mesmo (M5). Além deste motivo, duas famílias (F2 e F7), uma de cada grupo, identificaram questões do destino: Eu acho que foi... o destino que quis assim (M2)./ Ah, coisas da vida, 'né'? Porque, no caso, não era pra ter sido nele, 'né'?/ Eu não sei bem o que aconteceu com ele não! Ele tava no lugar errado e morreu. Só isso eu sei... (I7).*

Mesmo após terem exposto as justificativas e hipóteses para o homicídio, os familiares demonstraram não compreender porque isto aconteceu, salientando a ambivalência dos participantes neste período. Quatro famílias (F1, F2, F4 e F8), tanto do Grupo A como do Grupo B, mencionaram buscar explicações e sentido para o fato. *Eu quero uma resposta, o porquê e pra quê. Que eu queria achar uma resposta (...). Eu procuro entender... (M1). / Até agora não entendi. Não sei por qual razão fizeram isso. Não entendi ainda... Até agora não consigo entender, eu queria, assim, entender. Eu queria entender o porquê (M8). / Eu ainda fico assim, 'né', conversando meio que sozinha, comigo, nos meus pensamentos, tentando entender porque que isso aconteceu. Aí o povo vira pra mim e fala: 'Ah, Deus quis assim.' Mas por que Deus quis assim? Eu fico tentando entender, mas eu não consigo, sabe? (I2).*

Todavia, uma família (F6), apesar de também não compreender o porquê, diz ser Deus o único sabedor do motivo. *Foi uma coisa assim, que até hoje estamos sem saber o porquê. Porque quem vai saber é Deus. Deus é que vai saber o porquê que ele [cônjuge] fez isso (M6).* Para essa família, integrante do Grupo B, o homicídio estava relacionado a conflitos relativos à separação do casal.



No que se refere à atuação da justiça/polícia no homicídio, esta foi classificada pelas famílias de dois jovens (J2 e J6), ambas do Grupo A, como eficiente porque houve a captura do perpetrador, conforme ilustram as falas: *E os três estão presos e vão ser julgados* (M2). / *Ele [perpetrador] tá preso...* (M6). Em contrapartida, a ineficiência da justiça/polícia foi destacada pela família dos jovens (J1, J3, J7 e J8) em que o perpetrador não havia sido preso ou tinha sido encarcerado e pouco tempo depois posto em liberdade. *Eles prendem [a polícia], a justiça solta. O juiz lá... solta. Sabe, o menor fica preso 45 dias. Nem sei se o do R. tá preso até hoje, o que tirou a vida do meu filho* (M1). / *O rapaz que matou ele, tá aí solto. Ele ficou preso parece que só 8 dias, ou 9, 10 dias, uma coisa assim* (M7). / *Tá é solto!* (M8). / *O cara já tá solto. Pegou nem... Não ficou nem um mês dentro da cadeia. Como é que o cara matou o meu irmão, atirou num bocado de pessoa e não pegou... e nem tá preso!?* (I7).

Outro motivo que contribuiu para a família considerar a atuação da justiça/polícia ineficiente foi a falta de feedback para os familiares sobre o crime (J1, J4 e J7). *A Justiça não mandou ninguém aqui! Você não recebe um telefonema da, da polícia, do delegado, ninguém* (M1). / *Nunca veio ninguém aqui, ninguém, ninguém. Não veio investigador falar nada aqui pra nós. Não veio policial tomar informação. Aqui não veio ninguém, nem pra dizer assim, como é que ele morreu, se foi mesmo assim, como foi* (M4). / *Não tivemos satisfação de polícia. Se a gente quis saber, a gente foi lá na delegacia pegar a ocorrência* (M7).

Por fim, a ausência de apoio à família dos jovens (J1 e J4) também fez os participantes a avaliarem como ineficiente. *A família dele [perpetrador], eu te garanto, que tem toda a proteção... de psicóloga... de tudo. Quem matou meu filho... te garanto que tem toda a assistência psicologicamente, e aqui não vieram ninguém!* (M1). / *Nunca os direitos humanos veio aqui. Nunca os direitos humanos foi lá no hospital visitar o meu*

*irmão. A justiça não te dá esse apoio* (I1). As famílias (F1, F3, F4, F7 e F8) consideraram a atuação da justiça/polícia ineficiente. Não houve diferença entre a percepção das famílias dos dois grupos, pois o que definiu a qualidade do desempenho para cada uma delas foi a prisão ou não dos acusados. No caso de duas famílias (F2 e F6) do Grupo B, cujas vítimas foram identificadas como não tendo comportamento transgressor, o perpetrador do homicídio foi capturado pela polícia, o que não ocorreu nos demais casos.

### **Valores, Crenças e Expectativas**

No que concerne à violência, as famílias (F2 e F7) manifestaram seus valores e suas crenças apontando que há falta de investimentos em educação, segurança e cidadania, reunidas nas verbalizações seguintes: *Se o governo olhasse mais pelas crianças, pela educação delas, talvez não existiria tanta violência no mundo* (M2). / *Esses meninos vão pra vício... pra muita coisa que não deviam ir, por falta de educação* (M7). / *Os jovens de hoje em dia tem que ter a sua própria consciência de que usar uma arma é errado. De que tirar uma vida, é mais errado ainda* (I2). / *Acho que, talvez, se tivesse mais segurança... tinha acontecido isso não!* (I7).

Por outro lado, duas famílias (F1 e F2) do Grupo B, cujos jovens não apresentavam comportamentos transgressores, acreditavam que eles estariam imunes à violência, conforme as seguintes verbalizações sobre a morte e o homicídio: *Eu pensava que nada tocava meu filho* (M1). / *Você acha que nunca acontece com você, só acontece com os outros, 'né'?* / *Você acha que só vai acontecer com quem anda em mau caminho, com quem não presta, mas não é!?* (M2). / *Não vou ser nem a primeira e nem a última, sempre vão vim mais* (I1). / *Porque a gente acha que vai acontecer na vida dos outros, mas com a gente... acha que não vai acontecer. Na verdade, isso pode acontecer com qualquer pessoa, né!* (I2).

Complementando os valores e as crenças, as famílias (F1, F4, F5, F6, F7 e F8) fizeram uma avaliação geral sobre a justiça como ineficiente, independente de sua atuação no homicídio. O primeiro aspecto atribuído à ineficiência da justiça foi a corrupção, como expresso a seguir: *O problema é que a policia, eu não digo todos, mas a maioria das polícias não prestam. A maioria das polícias, em vez de estar educando, corrigindo ou até mesmo prendendo quem precisa... estão metidos no próprio meio dessa sujeira* (M4). A desatualização das leis foi o segundo aspecto, apontado por (F1). *A lei, a justiça nesse país tão muito arcaica, tem que rever esse... penal, constitucional, civil... tudo. Tá muito arcaico* (I1).

O terceiro item atribuído à ineficiência da justiça foi a sua contribuição para a criminalidade, apontado pelas famílias (F1, F6, F7, e F8), como segue: *A nossa Justiça do Brasil ela é falha em tudo. Enquanto tiver essa facilidade pro criminoso, só vai morrer cada dia mais...* (M1). / *A justiça não é feita como deveria ser! A justiça, hoje, contribui pra criminalidade! A justiça favorece muito ao infrator. As autoridades são falhas, é a impunidade!* (M7). / *Jovens, 'né', tem tanta facilidade em pegar em arma de fogo, 'né'? Esses rapazinhos, menininhos consegue pegar, 'né'? Com a maior facilidade... acho que está sendo muito fácil pra eles* (M8). / *A lei só beneficia os bandidos! [...]. A justiça pelo menos deveria olhar as duas partes, que não foi só a parte dele [perpetrador], foram duas* (I1). / *A justiça? A justiça do Brasil, vou ser sincera, é uma porcaria, [...] porque ele é réu primário, né, a qualquer momento ele pode estar solto. Ele tirou uma vida! Mas por causa dele ter os antecedentes bons, ele pode ser solto a qualquer momento. Que justiça é essa?* (I6).

O quarto item apontado foi a não recuperação das pessoas encarceradas, por parte das políticas de reinserção social, citado pela família (F5). *Essas medidas sócioeducativas não funcionam* (M5). / *Ela [prisão] só atinge os pobres mesmo. A justiça... prisão, não*

*recupera, 'né', quem entra lá sai fazendo... sai sabendo fazer mais coisas ainda (...). Depois quando prende, eles mofam lá e eu não acho que deveria ser assim, sabe, por mais que... não sei, eu acho que eles tinham que se recuperar mesmo e... é isso (I5).* Por último, os participantes opinaram sobre a justiça, sem fornecer detalhes e especificações: *Nós não temos justiça no nosso Brasil (M1). / A justiça pra mim não está com nada! É a pior que pode existir (M4). / A justiça é um fracasso no Brasil! (I7).* Em síntese, famílias do Grupo A e do Grupo B perceberam a justiça como ineficiente, mesmo quando a avaliação foi feita de forma geral, não relacionada ao homicídio.

Sobre as expectativas das famílias quanto à justiça/leis dois temas mostraram-se relevantes em virtude da impunidade e da falta de resposta para os crimes. A família (F1), do Grupo B, sugeriu o recrudescimento das leis, como o exemplo: *Se tivesse a lei, aqui no Brasil, da pena de morte, meu filho tava vivo. Sou a favor da pena de morte (M1). / Uma andorinha só não faz verão...[precisaria] uma mobilização... pra mudar esse estatuto da criança e do adolescente (I1).* Também foi citado por uma família (F4) a urgência de leis que atendam aos anseios da população, segundo a verbalização: *Precisaria as autoridades competentes, pensar melhor, fazer leis justas. Acho que a lei tem que refletir... fazer leis boas, lei decente. Fazer coisas que ajudem a pessoa a viver melhor (M4).* As famílias que não se sentiram minimamente atendidas pela justiça, pertencentes a ambos os grupos, desejavam que as leis fossem mudadas, sendo que o recrudescimento da legislação foi citado. Nesse sentido, a impunidade e a falta de atenção dispensada às famílias podem também ser fatores de risco para a descrença da população nas instituições judiciais.

Ainda no quesito expectativas, duas famílias do Grupo A (F5 e F7) e todas as do Grupo B (F1, F2 e F6) enfatizaram a necessidade de investimentos em políticas públicas nas áreas da educação e da família. *O povo tão precisando apenas de educação. A base de tudo é a educação, é na escola, ter estudo, entendeu? Só isso que o povo precisa pra ter*

*um futuro melhor. E o governo não tá nem aí pra isso (M2). / Nós, pais pobres, não conseguimos investir mais em educação; [precisa] investir mais em educação (M7). / Precisaria dar uma ênfase [atenção] na família (I1). / A rua não oferece nada; captar o jovem desde do... acho que primário, da primeira série. Ocupar o tempo deles com coisas educativas (I1).*

O investimento em programas e projetos também foi salientado. *Eu acho que deviam ter mais projetos, mesmo... mais pra quem não pode pagar (I5),* assim como em lazer e esporte. *Os governantes deveriam dar mais algum... atividades pros jovens; ter uma quadra de esporte... (I1). / Deveria ter mais lazer no Paranoá. Lazer... é... coisas diferentes. Que toda vez que... toda vez que..é só isso aí, toda vez é festa... e um no chão. Um, dois, três no chão. Toda vez é isso. Já tá virando rotina no Paranoá já. Todo final de semana...é um... [morto] naquela praça (I7).* Independente das razões das mortes e da trajetória dos jovens foi destacada, pelas famílias, a necessidade de investimentos em educação, na família e em projetos e programas voltados à juventude.

### ***Mudanças Emocionais e Relacionais após o Homicídio***

De acordo com os relatos, os primeiros sentimentos decorrentes da perda foram marcados pela intensidade das manifestações. A primeira reação diz respeito ao descontrole, desespero e sensação de loucura, expresso por três famílias dos jovens (J1, J2, J4), duas das quais do Grupo B. *Eu entrei em desespero...; Eu tava em pânico, tava em desespero. Eu pensava que eu ia enlouquecer. Às vezes eu penso que tô ficando louca (M1). / A gente ficou muito abalado (M2). / Eu fiquei descontrolada (M4).*

A vontade de morrer, indiferença com a vida e depressão foram sentimentos explicitados por famílias (F1, F3, F5, F8) com diferentes experiências e percepções acerca do comportamento do jovem, conforme citado: *Tô vivendo assim, tanto faz como tanto fez*

(M1). / *Eu tomei até um remédio pra mim morrer (M3). / Eu pensei até em me matar. Comprei gilete, mas eu sou uma pessoa muito covarde, eu não tenho coragem de fazer isso comigo (M5). / Não sinto vontade mais, assim, de nada; não tenho vontade de nada (M8).*

Da mesma maneira, a dor e o sofrimento foram citados por quase todas as famílias (F1, F2, F3, F4, F6, F8), independente da história de vida dos jovens ou de outras características, de acordo com as falas: *O momento que eu mais sofro é quando tô só (M1). / Eu sofri tanto...eu sofri tanto fia...eu não sei o que será de mim (M3)./ É uma coisa medonha, uma coisa duedera (M4). / Tô sentindo assim, só dor, muita dor mesmo (M8).* O mesmo foi observado quanto à saudade do jovem vitimado, expresso por seis famílias (F1, F2, F4, F6, F7 e F8).

As sensações de revolta e vingança foram sinalizadas por três famílias do estudo (F1, F5 e F7). Entre elas estava a família que se sentiu criticada em virtude do comportamento pregresso do jovem (F5). *Eu acho que essas pessoas que viram eu passar por tudo e que falaram mal dele, eu fico achando que tem que passar também, pelas mesmas coisas (M5).* As outras duas acreditavam que o perpetrador do homicídio encontrava-se em liberdade, como exemplificado a seguir: *Isso que eu fico mais revoltado! Mata os outros e fica andando assim na rua, na maior cara de pau! Os amigos dele falaram que ele fica é bebendo e... rindo./ Quando a gente perde um irmão a gente só tem o pensamento de vingar (I7).*

No entanto, a culpa foi expressa por duas famílias (F4 e F5). A primeira (F4) alegou que além de se sentir culpada, também os familiares a culpavam. A outra família (F5), cuja morte havia sido desejada e o sentimento de revolta estava também presente, a progenitora verbalizou: *Eu começo a me culpar por muita coisa que aconteceu (M5).* A culpa foi mencionada, portanto, por duas famílias pertencentes ao Grupo A, cujo sentimento parece estar associado à trajetória transgressora do jovem e à falta de apoio no

enfrentamento das adversidades.

O sentimento de medo foi manifestado de diversas maneiras pelas famílias em função das circunstâncias do homicídio. Medo de morrer, isto é, perder a vida de forma violenta, foi expresso unicamente pelos irmãos (I1, I2, I7), pois nenhuma das mães relatou sentir o mesmo. *Medo de eu morrer, penso que vai acontecer o mesmo comigo (I1). / Aí eu tenho medo de ir e quando for mais tarde eu não 'tá' aqui, entendeu? Igual meu irmão, ele só foi fazer um lanche e não voltou (I2). / Eu posso estar no momento errado e morrer de graça... (I7).*

Já o temor dos familiares (F1, F2, F7 e F8) de perder outras pessoas da família ou ficar só foi descrito tanto pelas genitoras quanto pelos irmãos: *Eu tenho medo de perder ela [filha] (M1). / A gente não confia inteiramente, por causa dos outros dois [que faleceram], a gente só tem esse agora (M7). / Tenho muito medo agora, assim, deles na rua (M8). / A gente não sabe se amanhã as pessoas que amamos vão estar aqui (I2).* O mesmo se repetiu sobre o medo associado a situações variadas e inespecíficas, explicitado por mães e irmãos. Os irmãos podem, de fato, constituir um subgrupo suscetível às conseqüências dos homicídios, tendo em vista a violência na comunidade em que vivem.

Quanto às circunstâncias ambientais relativas ao homicídio, uma família (F8) relatou o medo de permanecer morando no mesmo local, cujo perpetrador residia nas proximidades da sua residência e ainda não havia sido preso. A possibilidade de receber retaliações do perpetrador do homicídio era o principal receio, como segue: *Passei 13 dias na casa da minha tia, fiquei com medo de ir pra casa. [...] Ele fazer alguma coisa com meus filhos... que ele esqueça a gente e deixa meus filhos em paz (M8).*

Outra razão expressa pelos participantes para querer evitar o local de moradia se referiu às lembranças do jovem falecido. Três famílias admitiram não suportar conviver com as recordações. Para duas delas (F2 e F5), os homicídios estavam relacionados às

circunstâncias contextuais ou à presença de violência na comunidade, como expresso: *O problema é que foi aqui, na minha porta, praticamente, foi na esquina da minha rua...* (M2). Para outra família (F3), o que a impedia de permanecer na mesma casa era o fato de não querer ficar sozinha na propriedade: *eu não aceito ficar lá sem meu filho, sem nada, entendeu?* (M3).

Portanto, distintas razões estão associadas às reações de medo relatadas pelas famílias de ambos os grupos, caracterizando o processo de luto das famílias estudadas. Entre tais razões estava o temor frente a ameaça à integridade física dos familiares e a permanência no local de moradia. O medo de morrer, de forma súbita e imprevista, foi destacado pelos irmãos, tanto do Grupo A como do B, e reforçado pelo receio das mães de perdê-los.

Mas as mudanças ocorridas após a morte do jovem não foram apenas negativas. Houve relatos que indicaram transformações positivas. Por exemplo, a família (F3) identificou aspectos de crescimento, apontando mudanças relacionadas a estudo e trabalho, como expresso na fala: *Agora eu tô trabalhando, tô estudando* (M3). O aprimoramento dos recursos pessoais foi outro aspecto positivo mencionado por três famílias (F1, F2 e F7), pois todas já tinham enfrentado a morte de outro jovem, nas mesmas circunstâncias. Os exemplos, a seguir, ajudam a ilustrar o aprendizado dos participantes: *Eu passei a me sentir uma pessoa melhor. Eu mudei o meu modo de vida, de pensar, passei a ser mais solidária para com as outras pessoas, a ver mais o próximo.* (M2). / *Eu já aprendi a lidar com a situação* (M7). / *[Aprendi a] não brigar por pouca coisa. Abraçar quando sentir vontade de abraçar. Falar, o que tiver que ser dito... "eu te amo". Nunca deixar pra amanhã* (I1).

Independente do grupo ao qual pertenciam, as famílias (F1, F2 e F7) que já haviam enfrentado e estavam enfrentando a morte de outro jovem no sistema familiar, declararam



ter aprendido algo novo com base na experiência anterior. Em contrapartida, essas mesmas famílias foram as que relataram os aspectos negativos da perda quanto ao: sono (F1 e F2), apetite (F1 e F2), rendimento acadêmico (F2) e comportamento (F7). *Minha vida era só deitar, dormir. Era chorar, todo dia, a noite toda (M2). / Eu não conseguia comer, nada tinha sabor. Não queria comer (M1). / Minhas notas na escola baixaram; minhas notas foram lá embaixo. Não tava conseguindo me concentrar (I2). / Antes eu era o maior brincalhão, eu vivia brincando. Agora raramente eu brinco aqui em casa (I7).*

No âmbito das mudanças ocorridas no grupo familiar, a aproximação foi destacada por duas famílias (F1 e F8). Ambas já haviam avaliado sua família como unida no período antecedente à morte, tendo sido a união reforçada a partir do evento. *A família se juntou mais, assim, ficou mais próxima (M8). / A gente ficou mais ainda unida (I1).* Quanto aos aspectos negativos do ponto de vista familiar, foi citado distanciamento, desestruturação e vazio por parte de duas famílias (F2 e F7). Ainda sobre o grupo familiar, foi relatado alterações nas divisões de tarefas, conforme a descrição de duas (F4 e F6). Na primeira, o jovem vitimado era filho único, e na segunda, a jovem falecida havia deixado dois dependentes. *Ele [o jovem] ajudava nós e aí não tem mais quem ajuda (M4). / Com as crianças pequenas, eu tenho que trabalhar pra criar eles dois. Minha responsabilidade dobrou (M6).*

No que tange às relações conjugais ou amorosas dos genitores dos jovens vitimados, o distanciamento foi mencionado pelas famílias (F2, F4, F5 e F7). A família (F1), cujos genitores eram também casados, foi a única a mencionar aproximação entre o casal. Apesar dos distintos modos de funcionamento, a morte do jovem mostrou-se perturbadora às relações dos casais, como ilustra a verbalização seguinte: *Ele [o marido] desequilibrou, ele queria voltar a beber de novo. Ele voltou a beber, bebeu umas duas vezes. A gente voltou a discutir (M7).* Entretanto, em uma família (F3), foi observado o

movimento inverso, cuja progenitora que vivia só, sem companheiro ou outros filhos, declara: *Eu até arranjei um namorado... Arranjei um namorado aí.... pra mim não fica tão sozinha* (M3).

As relações parentais evidenciaram aproximação entre pais e seus outros filhos, em duas famílias (F2 e F7). Eles relataram: *Depois do acontecido, a relação [com os filhos] melhorou mais ainda, bem mais* (M2). / *Minha mãe também começou a se preocupar com os meus estudos* (I7). De maneira similar, houve mudanças nas relações fraternais na família (F2), como segue: *eu “tô” evitando muito discutir, gritar [com os irmãos]* (I2). Mudanças positivas também foram observadas nas relações parentais e fraternais de famílias que já haviam experimentado a perda de outro jovem. Tais mudanças são favorecidas pela rede social de apoio e os modos de enfrentamento utilizados pelos participantes para lidar com a situação.

### ***Rede Social de Apoio e Estratégias/Modos de Enfrentamento***

No período subsequente ao homicídio, o apoio fornecido pela rede social das famílias mostrou-se relevante para o enfrentamento da morte do jovem. Quanto ao suporte oferecido por familiares, parte das famílias do Grupo A e todas do Grupo B (F1, F2, F6, F7 e F8) mencionaram ter sido acolhidas, segundo a verbalização citada por uma das progenitoras: *Minha família me ajuda, meu genro me ajuda. A minha família sempre do meu lado, me ajudando. Todo mundo me ajuda, não deixam faltar nada* (M6). Essas mesmas famílias (F1, F2, F6, F7 e F8) demonstraram ter recebido apoio de vizinhos, amigos e colegas de trabalho. Uma família (F3) não tinha familiares próximos e não contava com uma rede familiar consistente, mas, mesmo assim, também se sentiu amparada por pessoas que até então não conhecia, da própria comunidade, como indica a

fala: *Recebia apoio assim, na rua, sabe... [as pessoas] parava comigo, conversava comigo, abraçava comigo (M3).*

Quanto ao apoio de instituições específicas, como igreja e escola, uma família apenas (F1) as citou como fonte de apoio, sendo que representantes das duas instituições visitaram a casa dos familiares. Outra família (F7) apontou somente a igreja como provedora de suporte. Entretanto, as demais (F2, F3, F4, F5, F6 e F8) relataram não ter recebido apoio por parte das instituições da comunidade.

Dois famílias do Grupo A (F4 e F5) relataram não ter recebido apoio algum, pelo contrário, foram criticadas pelo que ocorreu. Estas famílias fazem parte do Grupo A, de acordo com as falas: *Elas [irmãs] dizem assim... que eu teimei que eu fui muito teimosa, porque eu podia ter mudado daqui (M4). / Na hora que eu mais precisei ninguém ficou do meu lado. Ninguém. Eu não vi apoio de ninguém (M5).*

No que diz respeito ao enfrentamento da perda, três estratégias foram relatadas pelas famílias. A primeira envolveu o mecanismo de negação, como demonstra a verbalização: *Eu coloco na cabeça que ele tá viajando. Ele não morreu. Morrer é uma palavra muito difícil de falar. Coloquei na cabeça que o meu filho não morreu, que agora que ele está vivendo (M1).*

A retomada da rotina, também foi utilizada como estratégia para o enfrentamento da perda, na medida em que as ajudava a lidar com a realidade. Dentre as famílias que já haviam recomeçado a administrar seus afazeres, estavam três do Grupo A e todas do Grupo B (F1, F2, F3, F5, F6 e F7), conforme os exemplos a seguir: *O que me faz seguir em frente é a minha rotina. Ocupo a minha mente fazendo o meu dia a dia, como sempre fiz (M2).* As que não haviam retomado a rotina (F4 e F8), ao contrário, expressaram a falta de ânimo para dar conta das responsabilidades, como na verbalização: *Não. Não tenho*

*vontade de fazer as coisas dentro de casa. Não tá muito assim, igual era. Essa semana eu não tive coragem de lavar roupa (M8).*

A terceira estratégia mencionada refere-se ao apoio na fé e na religião relatada pelas famílias (F1, F2, F3, F4, F6 e F7), três do Grupo A e todas do Grupo B, conforme os exemplos a seguir: *Fé em Deus (M1). / Busquei muita ajuda de Deus. Comecei a ler a bíblia (M2). / Religião. Religião é coisa de suma importância, relacionamento com Deus (M7). / Muita fé e oração (I1).* Independente de especificar a religião praticada, todas elas evidenciaram a importância da fé e da busca de Deus para superar o problema. Duas famílias não mencionaram tal estratégia (F5 e F8), sendo que ambas faziam parte do Grupo A.

A escala utilizada para revelar os modos de enfrentamento usados pelas mães e pelos irmãos foi a Escala EMEP, constituída por quatro fatores: (a) Fator 1: enfrentamento focalizado no problema; (b) Fator 2: enfrentamento focalizado na emoção; (c) Fator 3: enfrentamento centrado na busca de práticas religiosas e pensamento fantasioso e (d) Fator 4: enfrentamento dirigido à busca por suporte social.

A EMEP foi respondida por todos os participantes, exceto pela Família 3 (M3), em razão da progenitora não ser alfabetizada. Os demais participantes (M1, M2, M4, M5, M6, M7 e M8) e (I1, I2, I5, I6 e I7) preencheram os itens da Escala. A seguir, na figura 1, constam os modos de enfrentamento utilizados pelas mães.

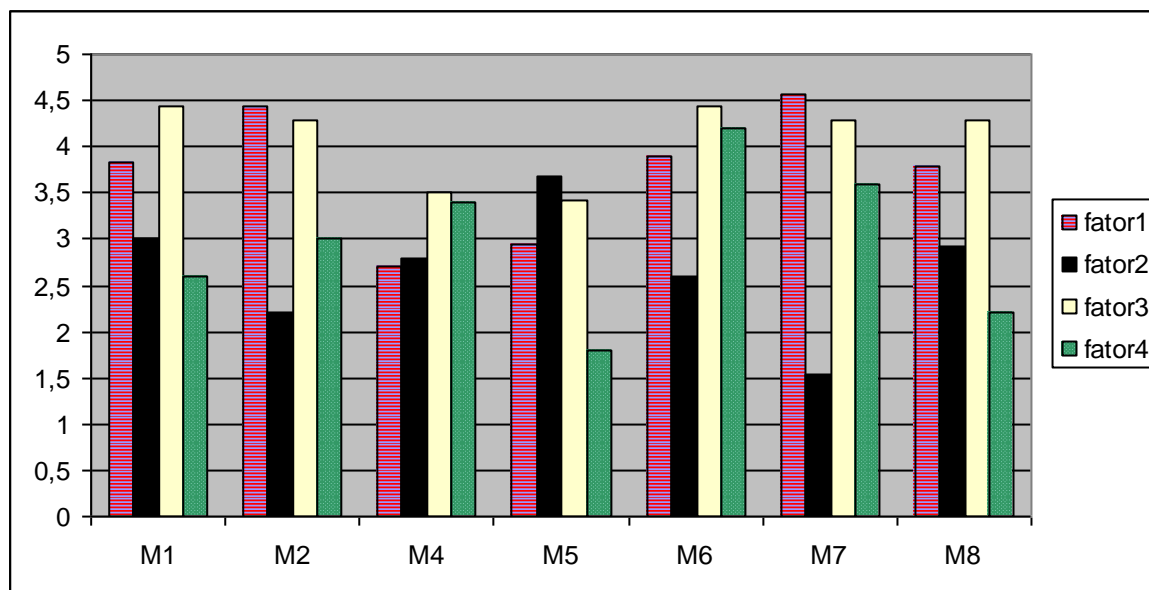


Figura 1. Modos de enfrentamento das mães dos jovens, de acordo com a EMEP.

A estratégia de enfrentamento mais utilizada pelas mães M2 e M7 foi a estratégia com o foco no problema (fator 1). As progenitoras pertenciam a grupos distintos, sendo que M2 era do Grupo B e M7 do Grupo A. Porém, ambas já haviam enfrentado ou estavam enfrentando a morte de outro jovem na família. Para a M7, este fato estava lhe ajudando a lidar com a segunda perda. As duas relataram ter conseguido aprimorar habilidades pessoais para enfrentar o óbito e se aproximar dos outros filhos, após o homicídio. Também indicaram receber apoio de amigos e vizinhos da comunidade e conseguiram retomar suas rotinas. Seus valores e crenças quanto à educação se mostraram semelhantes. O manejo positivo e a reavaliação do evento caracterizaram as estratégias de enfrentamento destas mães.

O enfrentamento focalizado na emoção (fator 2) foi a estratégia mais utilizada pela M5, que fazia parte do Grupo A. De acordo com as verbalizações da participante, o jovem (J5) apresentava comportamento transgressor, já havia cumprido medida socioeducativa e fazia uso de álcool e entorpecentes. A esse respeito, a mãe afirmou já esperar pela morte prematura do jovem e admitiu desejar que isso ocorresse como forma de solucionar o

problema. O homicídio foi atribuído à dívida de entorpecentes e a perda foi interpretada como um castigo. Sentimentos de revolta e vingança foram evidentes em seu relato assim como a vontade de morrer e a culpa pelo que aconteceu. A progenitora evitou permanecer na mesma residência em que morava em razão das lembranças do jovem. Considerava sua família pouco unida e a comunidade violenta. Quanto aos recursos de saúde disponíveis na vizinhança, não os utilizava com regularidade e não contava com suporte da rede social, considerando-se uma pessoa só, sem apoio da família, de amigos, vizinhos ou instituições. Assim, o modo de enfrentamento relatado por essa genitora foi coerente ao descrito para o fator 2, na Escala.

A estratégia de enfrentamento focalizada em prática religiosa e pensamento fantasioso (fator 3) foi usada de modo preferencial por quatro progenitoras; duas do Grupo A (M4 e M8), e duas pertenciam ao Grupo B (M1 e M6). No entanto, todas elas (M1, M4, M6 e M8) relataram ainda não ter conseguido aceitar a perda. Três delas (M1, M4 e M6) admitiram buscar apoio na fé e na religião para superar os momentos de maior dificuldade e duas (M4 e M8) enfatizaram não ter retomado sua antiga rotina. Para as mães (M1 e M4), a frequência a missas ou cultos religiosos foi apontada como única atividade de lazer. A religião católica foi indicada por três das participantes (M1, M6 e M8) e a evangélica por uma delas (M4).

Quanto aos modos de enfrentamento utilizados pelos irmãos podemos perceber que as respostas foram distintas às das mães. A Figura 2, a seguir, auxilia na visualização das estratégias mais usadas pelos irmãos.

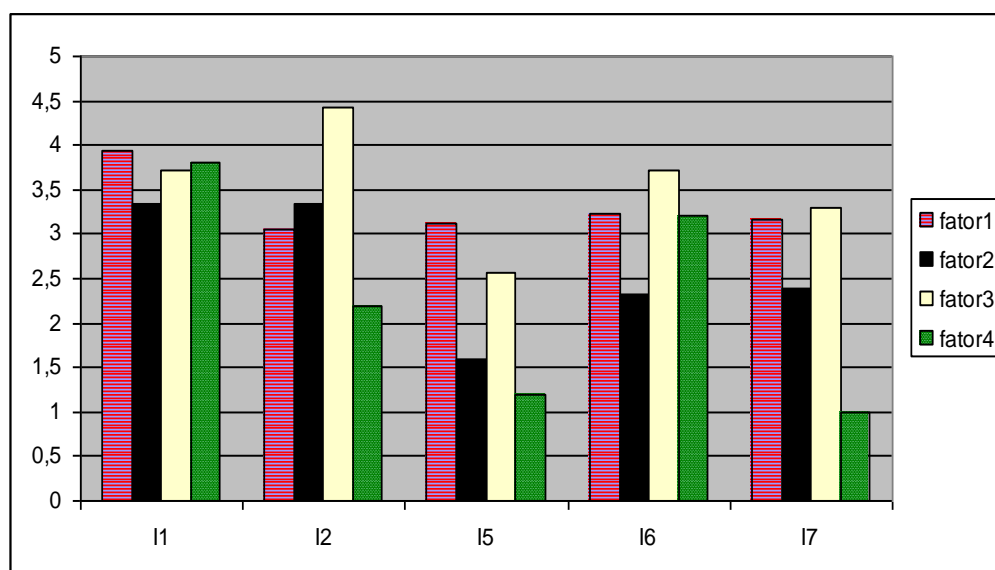


Figura 2. Modos de enfrentamento dos irmãos, de acordo com a EMEP.

A estratégia focalizada no problema (fator 1) foi a mais empregada pelos irmãos (I1 e I5). Ao contrário de suas genitoras, cujo enfrentamento estava focalizado em prática religiosa e na emoção, os irmãos (I1 e I5) usaram preferencialmente a estratégia caracterizada pelo manejo e reavaliação do problema. Os dois pertenciam a grupos diferentes.

O enfrentamento focalizado em prática religiosa e pensamento fantasioso (fator 3) foi usado pelos irmãos (I2, I6 e I7). Para dois deles (I2 e I7), a estratégia adotada diferiu da utilizada por suas genitoras, pois ambas haviam recorrido ao enfrentamento focalizado no problema. Os irmãos (I1 e I7) tinham vivenciado a perda de outro jovem na família, um primo e um irmão, respectivamente. Apenas em uma família (F6) houve coincidência entre a resposta da genitora e do irmão. Ambas usaram a estratégia focalizada em prática religiosa e pensamento fantasioso de forma predominante.

Tanto as genitoras quanto os irmãos não recorreram, de maneira preferencial, a estratégias baseadas na busca de suporte social (fator 4), embora as famílias (F1, F2, F6, F7 e F8), duas do Grupo A e todas do B, tivessem relatado na entrevista o apoio fornecido

pelos familiares, vizinhos e amigos. Por outro lado, seis famílias do estudo (F2, F3, F4, F5, F6 e F8) relataram não terem recebido apoio das instituições da comunidade. Esse dado pode ser relevante para a compreensão da inexpressividade do suporte social na resposta dos participantes do estudo.

O enfrentamento focalizado na emoção foi o mais usado somente por uma mãe (M5), pertencente ao Grupo A, cujas verbalizações procedentes da entrevista e do questionário se mostraram próximas ao resultado da escala, como o envolvimento de esquiva, negação, emoções alusivas à raiva e tensão, atribuição de culpa, entre outros. Além disso, a genitora não contava com apoio da rede social.

Com base na comparação entre as médias das mães e dos irmãos, a estratégia focalizada em prática religiosa e pensamento fantasioso (fator 3) foi a mais usada pelos participantes do estudo, seguida pela estratégia focada no problema (fator 1). A figura 3 sintetiza o resultado obtido.

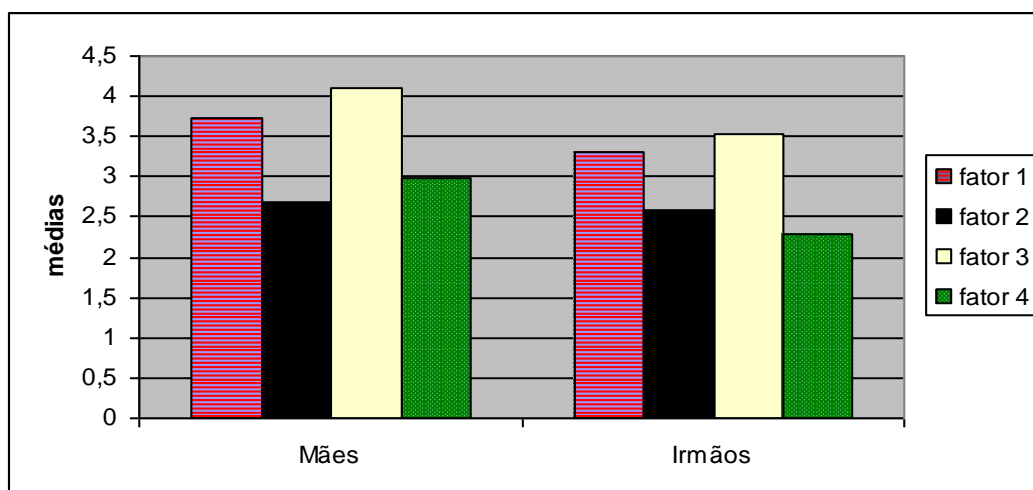


Figura 3. Comparativo entre os modos de enfrentamento, de acordo com a EMEP.



Para finalizar, os participantes responderam também a uma questão aberta, conforme mencionado no método, quanto a outros modos de enfrentamento (não detectados no questionário), mas usados para lidar com o problema. As respostas, que eram opcionais e estão descritas a seguir, são consistentes com o relato nas entrevistas.

F1: (M1 e I1)

M1: *“Tento deitar e dormir para esquecer”.*

I1: *“Comecei a estudar, a ler a Bíblia e ir para casa de amigos para conversar”.*

F2: (M2 e I2)

M2: *“Tento viver o meu cotidiano, melhor que antes. Preencher mais as minhas horas e pensar no que vai vir de bom”.*

I2: *“Me liguei nos estudos, acho que é uma forma de esquecer tudo. E estou mais perto de Deus, orando”.*

F6: (M6 e I6)

M6: *“Pedir para Deus dar saúde e força para trabalhar e sustentar os netos, como minha filha fazia”.*

I6: *“Frequentar a igreja pra ter mais fé”.*

F7: (M7)

M7: *“Procuro ocupar o meu tempo e não deixar a cabeça vazia. Tento viver sem ele, sem andar se lamentando e chorando. Faço caminhadas”.*

## Discussão

Discutimos, na primeira seção deste capítulo, os aspectos que antecederam a perda. Na segunda seção, apresentamos o caos emocional e as estratégias de enfrentamento das famílias, enfatizando a rede social de apoio, o papel da justiça/polícia e os fatores de risco e proteção para a reorganização familiar. A terceira seção aborda as considerações finais, com ênfase para o investimento em políticas preventivas para os homicídios e de assistência às famílias vitimadas.

### *Considerações sobre o Período Anterior aos Homicídios*

Conforme os dados da entrevista e do questionário, diferentes aspectos sobre o comportamento do jovem mostraram-se associados aos homicídios. O uso de substâncias psicoativas (álcool e drogas), o envolvimento em atos delinquentes e a convivência com pessoas/amigos que praticavam ações dessa natureza foram variáveis apontadas pelas famílias do Grupo A. Duas famílias do Grupo B, em contrapartida, não se referiram a comportamentos transgressores por parte do jovem, enquanto que uma família, do mesmo Grupo, relatou conflitos gerados por separação conjugal, sendo esta a única vítima do gênero feminino da investigação.

Com base em tais informações, podemos constatar que diferentes fatores estiveram associados às situações de homicídio dos casos estudados, apesar do predomínio de vítimas que apresentavam comportamentos transgressores. Segundo Cano e Ribeiro (2007), há uma grande variedade de motivos para esse tipo de morte, como brigas, transtornos emocionais, conflitos entre facções criminosas, ações delituosas e disputas territoriais. Não basta atribuir à presença ou a ausência de condutas de risco as situações de violência fatal, uma vez que o fenômeno é explicado pela interrelação de fatores que abrangem desde questões interpessoais até estruturais e institucionais (Vasconcelos & Costa, 2005). A

tendência a transferir a culpa ao comportamento adotado pela vítima e a seus familiares, nada mais faz do que atestar a fragilidade da segurança pública e do Estado na proteção dos indivíduos e da sociedade (Peres, 2007).

Portanto, o nível socioeconômico e a escolaridade são fatores que, isoladamente, não explicam o fenômeno da violência (Vasconcelos & Costa, 2005) e podem até apontar a existência de um paradoxo. No que concerne à situação socioeconômica das famílias, metade tinha uma renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio, cujos ganhos de duas destas eram incrementados por bolsa-auxílio do Governo Federal. Apenas uma das genitoras, das referidas famílias, havia completado o ensino médio; duas não haviam terminado o ensino fundamental e uma não era alfabetizada.

No Distrito Federal, por exemplo, quase não há analfabetismo juvenil e as condições educacionais oferecidas aos jovens são consideradas suficientes, quando comparadas a outras regiões brasileiras; sendo assim, educação e renda não se mostram diretamente relacionadas às mortes por causas violentas (Waiselfisz, 2007). A constatação representa um desafio à compreensão dessa realidade, já que “a mortalidade por causas violentas entre jovens não está necessariamente vinculada a condições de pobreza, como muitas vezes é sustentado” (Waiselfisz, 2007, p. 101).

No entanto, a necessidade de medidas de inclusão social parece ser evidente. A pouca instrução e as restritas oportunidades de emprego incrementam a vulnerabilidade dos jovens ao uso de drogas e à adesão a organizações criminosas (Barber-Madden & Saber, 2010), o que pode constituir um fator de risco para as mortes precoces.

No Brasil, cerca de 20% dos jovens estão em situação de intensa suscetibilidade social por não ter ocupação e “têm aproximadamente a metade de renda dos que se encontram estudando, e menor nível de escolaridade” (Waiselfisz, 2007, p. 86). Quanto à escolaridade dos jovens do estudo, apenas três ainda mantinham-se vinculados à instituição

de educação formal, à época do homicídio; três desempenhavam algum tipo de atividade laboral e outros dois não possuíam qualquer ocupação profissional ou estudantil e, tampouco, buscavam colocação no mercado de trabalho, o que confirma a condição de vulnerabilidade para as situações de morte prematura.

No estudo, a expectativa das duas mães destes jovens, ambas do Grupo A, em relação ao óbito, ilustra o que descreve a literatura. Ou seja, mães cujos jovens não estudavam nem trabalhavam, relataram já esperar pela morte dos seus filhos. Uma das genitoras admitiu sua incapacidade em administrar o comportamento delinquente do filho, no período precedente ao homicídio. Justificou, inclusive, que em certos momentos chegara a desejar a morte do rapaz, como uma alternativa ao sofrimento da família.

A franqueza da opinião da participante reitera a necessidade de investimentos na rede pública de saúde, destinada a atender casos de dependência química e condutas transgressoras (Brasil, 2008). As sensações de impotência e incapacidade para administrar o problema reafirmam a importância da criação de programas de atenção à família, pois o retraimento do Estado e a falta de políticas na área social sobrecarregam os familiares, deixando-os sem condições de arcar com dificuldades deste porte (Gomes & Pereira, 2005).

As famílias, com exceção de uma, informaram haver violência nas proximidades de suas residências, principalmente atividades ligadas ao tráfico de drogas. A situação da violência é tão grave, que das oito famílias, três citaram ter enfrentado a morte de outro jovem, nas mesmas circunstâncias, aumentando a suscetibilidade à revitimização por homicídio. Características ambientais, como a falta de segurança na vizinhança, ausência de propostas e projetos de inclusão social e pessoas com idades próximas a dos jovens falecidos, parece elevar a chance de uma segunda perda traumática.

Os dados sugerem que os escassos recursos financeiros das famílias estudadas,

agregado à localização das casas em territórios sujeitos à violência e o descaso das autoridades, constituíram fatores de risco para os homicídios. Todas elas residiam fora do Plano Piloto, em regiões periféricas e, apesar de contarem com saneamento básico, água potável e coleta de lixo, os poucos investimentos nas localidades parecem ter contribuído para a ocorrência dos crimes. Além disso, os familiares admitiram não ter vínculo com as instituições locais, como postos de saúde, tanto pela insuficiência de profissionais, quanto pela baixa qualidade dos recursos e das consultas, indicando que a rede social das famílias encontrava-se empobrecida.

Portanto, não basta existir uma infraestrutura mínima, é preciso que haja regularidade nos serviços prestados à população, compromisso e eficiência nos atendimentos, de modo a fortalecer a rede de apoio familiar nas áreas suscetíveis à violência urbana (Ferreira & Penna, 2005). Conforme aponta Peres (2007), o poder público tem a tarefa de dirimir delitos e ocorrências dessa natureza, oferecendo aos jovens alternativas às práticas delinquentes, pois a comunidade deve servir de referência a ações cívicas e atitudes de cidadania. Estratégias direcionadas a estimular a cultura da paz, promover a saúde da população e prevenir as situações de violência necessitam da parceria de vários setores da sociedade, em diferentes instâncias do governo federal, estadual e municipal (Brasil, 2008).

Assim, a conjugação de aspectos individuais, familiares e contextuais pode auxiliar para a compreensão das reações emocionais dos sobreviventes referentes aos modos de enfrentamento, à participação da rede social de apoio, ao papel da justiça e aos fatores de risco e proteção relativos à reorganização familiar, no período pós-morte.

### ***O Caos Emocional e as Estratégias de Enfrentamento***

As primeiras sensações relativas ao enfrentamento do homicídio, relatadas pelos

participantes do Grupo A e do Grupo B, foram de descontrole, desespero e loucura, seguidas pela dor e pelo sofrimento. A vontade de morrer, a indiferença com a vida e saudade foram, também, sentimentos descritos no momento inicial da perda. Os relatos foram consistentes com os pressupostos de um dos principais modelos teóricos contemporâneos para explicar o processo de luto, apresentado no capítulo introdutório, o Modelo de Processo Dual.

Conforme apontado por Stroebe e Schut (1999), a experiência da morte indica dois estressores associados ao enfrentamento. O primeiro refere-se ao estressor relacionado à perda. Nesse período há o processamento da informação sobre o óbito, o desencadeamento das emoções e a torrente de indagações que cercam as mortes. Para os autores, o indivíduo costuma recordar-se do ente falecido, tanto pelas situações corriqueiras do dia a dia, como por providências inadiáveis que os familiares devem tomar. Os sentimentos dos enlutados costumam oscilar entre a satisfação em reviver os instantes felizes e o desespero de não mais contar com a pessoa, o que foi depreendido pelo relato verbal dos participantes deste estudo.

O segundo estressor diz respeito à restauração. Os sobreviventes têm de arcar com questões que envolvem a perda de modo secundário, como por exemplo, a solidão, a administração das despesas e finanças da casa, os cuidados com os filhos e a construção de uma nova identidade. A oscilação entre os dois estressores faz parte do processo.

No que tange ao estressor relativo à perda, duas das genitoras do Grupo A referiram ter pensado em cometer suicídio e que, efetivamente, tinham tomado providências para consolidar suas intenções. A reação exacerbada e a ideação suicida geralmente estão conectadas à carência de suporte material, psicológico e afetivo, sugerindo a necessidade de atendimento especializado (Murphy, 2006), pois quando um filho morre, uma parte significativa da energia vital dos pais pode, efetivamente, morrer também (Schaefer &

Moos, 2007) e precipitar desejos como este. Para o Modelo de Processo Dual, as atitudes que apontam falta de controle pessoal ou negação maciça da morte sugerem um processo de luto complicado.

Dificuldade em conciliar o sono, falta de apetite, mudanças de comportamento e alterações de humor foram outros aspectos intrapessoais relatados, tanto pelas mães, quanto pelos irmãos que haviam enfrentado a perda de outro jovem no contexto familiar. De acordo com Raphael & cols. (2006), os eventos traumáticos provocam estresse, angústia e a busca pela pessoa falecida, em um primeiro momento; depois, surge o medo, a agitação e a vigilância excessiva, destinadas a evitar as lembranças do evento estressor.

Talvez a morte do jovem tenha reavivado nestes participantes a experiência da perda anterior, intensificando os sintomas relatados. Ainda que a maioria dos enlutados consiga dar prosseguimento às suas vidas, apoiados em condutas favorecedoras do processo de resiliência, parte dos sobreviventes poderá apresentar sequelas e sinais de estresse crônico (Shear, Gorscak & Simon, 2006), tendo em vista que a perda abrupta de alguém significativo é um evento provocador de mudanças em diversos níveis na vida dos indivíduos e no funcionamento das famílias (Walsh, 2007).

O sentimento de culpa foi referido por duas mães do Grupo A ao expressarem a sensação de fracasso diante das adversidades que antecederam os homicídios. Esse sentimento surgiu da autoavaliação negativa, assim como da crítica dos membros da família em relação à postura das genitoras para com os jovens. Dependendo das condições que envolvem a perda, da história pregressa familiar e, sobretudo, das situações ambíguas quanto à morte, sentimentos de culpa e raiva predominam no processo de luto (Malone, 2007).

As reações de vingança e revolta também apareceram no repertório emocional destas genitoras. Conforme dados da pesquisa, os sentimentos eram direcionados a alvos

distintos. Uma delas, por exemplo, expressou o desejo de vingar-se das pessoas a sua volta, parentes e vizinhos, em função do escasso apoio recebido e das críticas à sua conduta no período anterior ao homicídio. Os pensamentos de revanche, portanto, não se destinaram somente ao responsável pelo episódio, mas também às pessoas da rede social da família.

Irmãos pertencentes a ambos os grupos manifestaram, de modo similar, a vontade de vingança, cujo foco era dirigido ao perpetrador do homicídio e a Deus. A busca ou o desejo de retaliações é comum no sistema fraternal (Temple, 1997), sendo que os valores familiares são, nestes momentos, colocados à prova e reavaliados, como a fé ou a crença em determinada religião (Walsh, 2007).

Além disso, quando a morte é interpretada como um castigo vindo de Deus, a pessoa passa a acreditar que é punida por algo que fez ou que deixou de fazer, conforme apontado por duas progenitoras. A primeira, do Grupo A, compreendia que havia falhado na educação do jovem; enquanto que a segunda, do Grupo B, relacionava o castigo ao fato de ter cuidado de um sobrinho, que envolvido em atos de delinqüência, havia morrido de maneira semelhante. Em tais casos, as estratégias de enfrentamento envolvem negação, fuga, dissociação, entorpecimento e ansiedade (Raphael & cols., 2006), como explicitado pelos resultados da escala.

Tomando como exemplo o caso de uma família (F5), os dados das verbalizações, quando comparados aos modos de enfrentamento avaliados pela EMEP, mostraram-se compatíveis entre si. Para lidar com o problema, a participante utilizou, preferencialmente, o enfrentamento focalizado na emoção (fator 2), que se caracteriza pela fuga, tensão e escapismo diante de situações estressantes. O resultado sugere que ela apresentava uma exacerbada labilidade emocional, permeada pela culpa, raiva e por sentimentos hostis. No período antecedente à morte do jovem, a participante informou já esperar pelo óbito



premature, devido ao comportamento transgressor do filho e evidenciou um acentuado desgaste mental e físico em virtude da situação.

Por outro lado, o irmão (I5) parece ter buscado um modo de enfrentamento menos focado nas questões de culpa e mais em recursos práticos e objetivos. O enfrentamento focalizado no problema (fator 1) foi o mais empregado por ele, não sendo os sentimentos relacionados à culpa e à raiva, expressos pela genitora, preponderantes no subsistema fraternal.

Outra estratégia usada para driblar o caos emocional foi o recurso da fantasia, usado para criar uma nova realidade, como relatado por uma genitora (M1). Ora ela imaginava que o jovem estava viajando, ora inventava que ele vivia em outro local. Além disso, a genitora declarou recorrer à fé em Deus para lidar com a perda. A estratégia serviu para aliviar a sensação de desamparo e minimizar os efeitos prejudiciais da ausência do filho. Na tentativa de amenizar a lacuna deixada pelo jovem, a fala desta mãe ilustra o aspecto apontado: *“Eu coloco na cabeça que ele tá viajando. Ele não morreu. Morrer é uma palavra muito difícil de falar”*. Assim, a decisão de diminuir a angústia através de um subterfúgio pode ser, também, um modo de enfrentamento, mas nem por isso classificado como disfuncional ou menos saudável.

Conforme a perspectiva de Bonanno (2006), a negação é uma maneira de enfrentamento pragmático capaz de promover o processo de resiliência, sem significar desajuste psicológico. Neste sentido, o pensamento fantasioso manifestado pela participante pode ser interpretado como uma tentativa de adaptação, em um processo de avanço e recuo frente à realidade (Stroebe & Schut, 1999).

A resposta à escala EMEP ressaltou o uso preferencial desta genitora (M1) pelo enfrentamento com o foco em prática religiosa e pensamento fantasioso (fator 3), caracterizado pela busca da espiritualidade e pela tentativa de esquecer o problema,

conforme identificado também na questão aberta da escala: *“Tento deitar e dormir para esquecer”*. Assim, a prática religiosa e o pensamento fantasioso foram respostas comuns aos dois instrumentos.

O irmão (I1), por outro lado, recorreu mais ao enfrentamento com o foco no problema (fator 1). Embora o participante tenha afirmado fazer uso de prática religiosa no seu dia a dia, também evidenciou uma postura mais realista e utilitária em relação ao enfrentamento, como verificado pela fala: *“Comecei a ir a casa de amigos para conversar”*. Esta estratégia parece compatível à idade do irmão, 31 anos, ao buscar espontaneamente a ajuda de pessoas de suas relações para lidar com a situação.

Já uma família (F6) pertencente ao Grupo B, cuja morte da jovem estava associada a conflito relacionado à separação conjugal, as respostas da genitora e do irmão coincidiram quanto à escala EMEP. Ambos usaram a mesma estratégia de enfrentamento, isto é, prática religiosa e pensamento fantasioso (fator 3). Supomos que, por ter sido a única família em que o perpetrador era pessoa da própria família (o cônjuge) e diante da falta de clareza quanto às motivações para o crime, a procura por práticas espirituais e pensamento fantasioso tenha sido a alternativa mais viável naquele momento. A busca pela religiosidade depende exclusivamente do indivíduo, ao contrário do suporte social que, por sua vez, depende da disponibilidade de familiares, amigos, vizinhos e colegas.

As famílias (F4 e F8) apresentaram o mesmo resultado quanto à escala. O modo de enfrentamento focado em prática religiosa e pensamento fantasioso (fator 3) foi o modo de enfrentamento mais usado pelas mães (M1, M4, M6 e M8) e pelos irmãos (I2, I6 e I7) do estudo. Esse dado sugere que nos momentos iniciais do luto, devido à instabilidade emocional e à intensidade da situação, é muito difícil enfrentar a perda utilizando recursos objetivos, particularmente quando as genitoras ainda não aceitaram a perda. O exercício da

religiosidade ajuda aos familiares encontrarem um significado para a morte (Schaefer & Moos, 2007).

Quanto ao subsistema fraternal, o fato dos irmãos (I2 e I7) terem perdido um membro da família, também jovem e nas mesmas circunstâncias, não parece tê-los capacitado a lidar melhor com o problema. Conforme aponta a literatura, as estratégias de enfrentamento focalizadas na fé e na religião facilitam o confronto com as mudanças e cooperam para a reordenação das prioridades e dos valores de todos os membros de uma família (Murphy, 2006).

Ainda a respeito das famílias (F1, F2 e F7) que haviam perdido outro jovem, os relatos dos participantes expressaram alterações positivas intrapessoais e interpessoais, após a perda. Mesmo que a qualidade das relações afetivas, a coesão, a segurança e a ausência de discórdias significativas no grupo familiar constituam importantes fatores de proteção para o desenvolvimento de competências e habilidades sociais (Dessen & Polonia, 2007), estes não parecem ser os únicos fatores para as transformações relatadas. Entre os aspectos referidos estavam o aumento da empatia e da solidariedade, a expressão de sentimentos afetuosos e a aproximação com os outros filhos, colaborando para o restabelecimento da organização familiar.

Especialmente uma família (F7), cujo período entre os dois homicídios foi maior, a genitora declarou ter aprendido a lidar com a situação. Podemos supor que, em longo prazo, essa mãe tenha conseguido enfrentar a perda de uma maneira mais integrada, objetiva, além de ter enriquecido seu repertório experiencial, como expresso na verbalização: *“Eu já aprendi a lidar com a situação. Então agora, eu já to mais dura [...] Me treinei, assim e fui, fui. Se você é treinada na dureza e no sofrimento, você vai saber lidar com a as coisas duras (M7).*

Consoante a essa constatação, o modo de enfrentamento mais usado pela participante (M7) foi o enfrentamento focalizado no problema (fator 1). Outra genitora (M2) também o utilizou de maneira preponderante. Entretanto, essa mãe demonstrou administrar o luto de modo bastante objetivo, apoiada na retomada da sua rotina, como segue: *“O que me faz seguir em frente é a minha rotina. Ocupo a minha mente fazendo o meu dia a dia, como sempre fiz”*.

Assim, a estratégia focalizada em prática religiosa e pensamento fantasioso (fator 3) foi a mais usada pelos participantes do estudo, seguida pela estratégia focada no problema (fator 1). Tanto as mães como os irmãos buscaram no exercício da religião um efetivo amparo externo. Esta estratégia, que denota a noção de controle, pode ser considerada adequada e adaptativa em situações traumáticas, sobretudo em famílias que dispõem de poucos recursos em sua rede social de apoio.

Sob o aspecto familiar, as mudanças promoveram a aproximação e o estreitamento na relação pais e filhos e entre os irmãos. Provavelmente, a experiência da perda tenha propiciado aos familiares uma reavaliação de suas condutas, na maneira de conduzir suas relações e nos estilos de comunicação. A dinâmica da família, por meio do respeito mútuo, de estratégias eficazes de enfrentamento e encorajamento entre os membros, facilita a manutenção da estabilidade, possibilitando o processo de resiliência (Salloum & Ryneerson, 2006).

A literatura sobre o assunto endossa as percepções dos sobreviventes reforçando que, mesmo eventos trágicos como as mortes por homicídio, podem oportunizar crescimento e alterações positivas (Bonanno, 2006). Os dados sugerem que as famílias revitimadas merecem um olhar diferenciado, tendo em vista os fatores de risco associados às mortes e, ao mesmo tempo, os fatores protetivos relativos ao enfrentamento e à maneira de lidar com os problemas.

Contrariamente à aproximação entre pais e filhos, das cinco famílias cujos genitores eram casados ou tinham um relacionamento amoroso, em apenas uma houve relatos de aproximação entre os parceiros. As demais informaram distanciamento nas relações afetivas com o cônjuge/namorado. A morte de um filho parece aumentar a chance de distúrbios e disfunção no relacionamento conjugal, particularmente quando existe intenso sentimento de culpa. Por outro lado, a maturidade e a experiência prévia de perdas podem prover uma adaptação eficaz e o aprimoramento nas relações (Schaefer & Moos, 2007).

Dois outros aspectos merecem destaque. O primeiro se referiu ao temor dos familiares em permanecer na comunidade. Para uma das famílias, cujo perpetrador do homicídio não havia sido encarcerado e residia nas imediações de sua residência, o medo de retaliações ou prática de violência contra os demais fez com que as pessoas procurassem apoio na casa de parentes, enquanto planejavam uma mudança em definitivo do local.

O segundo aspecto disse respeito à incapacidade dos familiares para lidar com as lembranças do jovem vitimado em virtude das imagens por ocasião do homicídio e das recordações deste na casa. A presença de pessoas ligadas à morte e residentes na vizinhança, também foi apontada pelas mães e pelos irmãos. Percebe-se, portanto, que diferentes motivos podem precipitar a procura das famílias por outros locais de moradia. As consequências da violência representadas pelas migrações são, assim, uma violação dos direitos humanos, como ressalta Builes e cols. (2008). Em busca de segurança ou simplesmente paz, os sobreviventes dos homicídios da pesquisa enfrentaram múltiplas transformações.

Por fim, os participantes demonstraram não só preocupações quanto às causas que ocasionaram o óbito, como também evidenciaram buscar um sentido para a perda. Os sobreviventes necessitam acomodar o episódio às suas vidas e para tanto, precisam de tempo, sobretudo quando as mortes envolvem violência, sendo que muitas vezes essas

tentativas podem ser infrutíferas (Lohan & Murphy, 2002).

Quatro famílias do estudo (F1, F2, F4 e F8), tanto do Grupo A como do Grupo B, afirmaram querer saber o *porquê* do homicídio, isto é, a razão pela qual o jovem perdeu a vida. Demonstraram, também, ansiar por descobrir por qual motivo a tragédia ocorreu naquele momento e com sua família. As indagações demonstraram a necessidade dos familiares de construir uma narrativa sensata aos episódios. Muitos deles, ao se questionarem sobre o porquê da tragédia e seu papel no episódio, encontram no sistema de crenças explicações para o acontecimento (Schaefer & Moos, 2007).

Em tais casos, a participação em rituais, manifestações simbólicas e expressões artísticas facilitam a cicatrização da perda e promovem crescimento (Walsh, 2007), além de auxiliar a restabelecer o senso de ordem e continuidade que a morte retira (Shapiro, 2007). A comemoração de datas especiais, a organização de memoriais e cerimônias são maneiras de tornar público a perda de um ente, o que ajuda na transmutação da perda por contar com a participação das pessoas da comunidade (Lord, 2006).

### ***Rede Social de Apoio***

Os indivíduos em luto sofrem influência de sua rede social, ao mesmo tempo em que atuam para expandi-la, seja construindo novos laços de afeto ou fortalecendo e até resgatando antigos contatos (Schaefer & Moos, 2007). Em situações extremas, como mortes violentas, moradores das proximidades e vizinhos podem se mobilizar para oferecer ajuda e agregar conexões à rede social de apoio. Duas famílias (F7 e F8), cuja renda familiar mensal era inferior a um salário mínimo, por exemplo, relataram dificuldades para arcar com gastos emergenciais tendo recorrido à ajuda de terceiros para cobrir as despesas com o funeral. Embora esta seja uma situação adicional de tensão que pode abalar a organização financeira da família (Asaro, 2001), os relatos apontaram para a superação

deste obstáculo.

A estrutura e as funções da rede social variam de acordo com o contexto e com o tempo histórico (Dessen & Braz, 2000) e, dependendo da situação, intensificam a fragilidade do sistema familiar. Quando os sobreviventes apresentam um número limitado de pessoas em sua rede, como a genitora (M3) do estudo que não possuía outros descendentes além do jovem vitimado e também não contava com o apoio de parentes, o acolhimento efetuado por estranhos e desconhecidos mostrou-se um suporte importante no período do luto. Cabe destacar que essa genitora havia avaliado sua família como pouco unida, tendo o suporte desta sido substituído pela ajuda de pessoas que nunca vira antes.

Esta genitora teve de se readaptar à solidão e ao vazio redirecionando seu foco de atenção às relações mais distantes do seu núcleo de convivência e às relações extrafamiliares. A participante conseguiu retomar os estudos e trabalhar, além de ter iniciado novo relacionamento amoroso, demonstrando uma atitude pró-ativa em relação à busca de suporte. Em tais casos, a participação efetiva do indivíduo na comunidade o predispõe a lidar com as mudanças e favorece seu entrosamento com as pessoas e com os recursos disponíveis no contexto social (Andrade & Vaitsman, 2002).

No entanto, duas outras genitoras (M4 e M5), pertencentes ao Grupo A, relataram ter recebido pouco apoio de suas respectivas redes. Para ambas o suporte dos parentes, dos vizinhos, amigos e colegas de trabalho foi inconsistente, assim como o das instituições da comunidade. Elas avaliaram suas famílias como pouco unidas e é provável que a percepção quanto à falta de coesão tenha contribuído para enfraquecer o sistema familiar, desvitalizando os recursos saudáveis e desconsiderando uma possível ajuda de pessoas de suas respectivas redes.

Quanto à igreja e à escola como fontes de apoio, uma das mães (M4) destacou que ambas não se manifestaram depois do homicídio, embora o apoio oferecido pelas

instituições, líderes comunitários, representantes escolares e do sistema de saúde auxiliem as famílias a se recomporem (Raphael & cols., 2006). A progenitora argumenta que as pessoas se afastaram, pois “*ficaram com medo, achando que [o jovem] era um bandidão...*”. Isto sugere que, além de ter sido pouco acolhida nos momentos antecedentes à morte do jovem, a família também foi negligenciada no período posterior ao evento. Supõe-se que a trajetória pregressa deste e seu comprometimento em ações delituosas, tenham interferido na organização da rede social de apoio de seus familiares. Para Viano (2007), a rede deveria ser capaz de oferecer assistência legal, psicológica e financeira aos enlutados.

No que tange às situações de ameaças e represálias à integridade dos sobreviventes após o homicídio, a rede social foi uma fonte fundamental de apoio, conforme relatado por uma família do Grupo A. Em busca de acolhimento em local seguro, tendo em vista a presença do perpetrador do homicídio na mesma comunidade, os sobreviventes recorreram à ajuda de parentes para se abrigar. Como referido na literatura, as mudanças de residência tornam a família mais suscetível a rupturas e a perturbações no seu modo de organização (Mota, Franco & Motta, 1999). Todavia, pelas verbalizações da genitora (M8), o auxílio ofertado pelos próprios familiares trouxe conforto e reafirmou os laços de confiança e pertencimento entre os membros.

Os enlutados também assumem responsabilidades, por ocasião da morte de um ente, dependendo das peculiaridades de cada núcleo familiar. O ajustamento derivado do luto é um momento de crise e constitui um processo que implica na mudança de papéis e comportamentos, afetando inclusive os contatos estabelecidos fora do círculo da família (Bromberg, 1996; Schaefer & Moos, 2007).

Para uma das famílias (F6), cuja jovem vitimada havia deixado dois filhos pequenos e o responsável pelo homicídio era o progenitor, os parentes tiveram de se



adaptar à nova configuração familiar e passaram a conciliar seus afazeres e despesas aos cuidados dispensados às crianças. Avós, tios e primos se mobilizaram para desenvolver competências e recursos frente à tarefa. O acontecimento acarretou mudanças nos padrões de comunicação da família, sendo os efeitos percebidos nas relações intergeracionais. A avó materna, por exemplo, assumiu o papel de mãe às crianças órfãs; a tia acolheu os pequenos em sua residência e os primos iniciaram uma relação mais estreita em virtude do convívio diário. Desta forma, a reorganização familiar precipitou alterações no sistema relacional dos familiares.

Quando comparamos a rede social descritas pelas famílias e as respostas à EMEP, percebemos que o fator menos usado pelos participantes do estudo foi o fator 4 (enfrentamento focalizado no suporte social). Condizente à escala, famílias de ambas os grupos relataram não ter recebido apoio das instituições da comunidade, o que demonstra pouca participação destes atores sociais no processo de luto dos sobreviventes. Em se tratando de mortes por homicídio, os familiares das vítimas precisam ser acolhidos e ajudados, pois têm de enfrentar o acontecimento súbito e traumático (Asaro, 2001).

### ***O Papel da Justiça/Polícia***

As mortes violentas envolvem contextos e instituições normalmente incomuns às situações de perdas naturais. Óbitos provocados por homicídios, por exemplo, prevêm a interferência do Estado para a captura e punição dos responsáveis, sendo que este constitui um fator essencial à recuperação psicológica e moral dos familiares das vítimas, geralmente comprometidos em esclarecer o acontecimento (Salloum & Rynearson, 2006). Quando é negado à família o direito de clarear dúvidas, confrontar informações e formular perguntas, também lhe é negado uma parte importante do processo de luto que busca reunir, de forma coerente, a história da pessoa falecida (Walsh, 2006).

No que concerne ao papel da justiça/polícia, para as famílias do estudo, diversos aspectos foram apontados. A forma como a atuação da justiça foi percebida, desde o momento de comunicar o homicídio aos parentes até a prisão do perpetrador, evidenciou a ineficácia dos procedimentos adotados frente às expectativas dos familiares.

As famílias associaram o desempenho da justiça à prisão ou não do perpetrador. A impunidade dos réus parece ter colaborado para a descrença no papel da justiça, sugerindo que a não resolução dos crimes constitui também fator de risco para a reorganização das famílias vitimadas. De forma objetiva, a atuação da justiça/polícia foi classificada como eficiente somente quando o acusado estava recolhido à prisão, como relatado pelas participantes (M2 e M6). A ineficiência foi designada aos casos em que a polícia não havia conseguido encarcerá-lo e ele encontrava-se em liberdade.

Alvo de críticas e desconfiança, a instituição não contribuiu para amenizar o sofrimento das pessoas próximas e dos amigos das vítimas, mas, ao contrário, mostrou-se um poderoso fator de frustração e desapontamento. A atuação da justiça/polícia parece não ter colaborado para atenuar a angústia dos familiares. A falta de *feedback* para a família vitimada sobre o homicídio foi um dos temas citados pelos participantes (M1, M4 e M7) que reforçou a noção de incompetência da justiça. Quando a própria autoridade policial, imbuída em elucidar o episódio, não informa sobre a morte da pessoa e não fornece explicações a respeito do episódio, ajuda a aumentar a sensação de vazio e de fantasias acerca do crime (Salloum & Rynearson, 2006).

O segundo aspecto que conferiu à justiça/polícia a qualidade de ineficiência descreveu o abandono que alguns participantes sentiram pelo fato de não receber nem apoio emocional, nem psicológico. Conforme aponta Salloum e Rynearson (2006), as mortes violentas demandam uma série de medidas judiciais e criminais que não incluem a família em suas instâncias. Os parentes se tornam expectadores da situação, não recebem

apoio nem satisfação do Estado e, na maioria das vezes, são tratados de forma desrespeitosa. Há também carência de recursos e atendimento às famílias atingidas, direcionados a minimizar os efeitos adversos dos episódios (Armour, 2002).

Para os participantes do estudo, os familiares dos acusados dos crimes eram vistos de forma diferenciada, o que incluía a visita de entidades dos direitos humanos às suas casas com o objetivo de oferecer conforto. Eles, em contrapartida, relataram não ter recebido amparo de espécie alguma. Para Armour (2002, 2006), muitos sobreviventes de homicídios sentem-se negligenciados, marginalizados e invisíveis pela falta de suporte psicológico. A situação é agravada, segunda a autora, pela impossibilidade de resguardo da família frente ao ato violento, devido ao assédio da mídia e decorrente dos procedimentos legais. A interferência judicial, policial e dos meios de comunicação em atos criminosos aumenta o risco de comprometer a saúde dos familiares pelo excesso de exposição e repetição desenfreada do assunto (Rynearson, Correa, Favell, Saindon & Prigerson, 2006).

Ainda sobre o tema, e para dar uma dimensão do que significou a negligência da justiça, os participantes manifestaram seus valores e suas crenças a respeito da instituição. A maioria das famílias (F1, F4, F5, F6, F7 e F8) ressaltou aspectos relativos à corrupção, desatualização, colaboração à criminalidade e não recuperação dos condenados. Todos os tópicos evidenciaram a pouca confiança depositada no trabalho da justiça/polícia e nas medidas coercitivas. Quanto ao papel do Estado frente ao aumento da criminalidade no país, Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007) consideram que há uma desestruturação geral do ofício de policial que inclui a desvalorização profissional da categoria, a falta de treinamento e capacitação, o corporativismo exacerbado, e a ausência de punição para os problemas de conduta. Assim, segundo eles, a polícia que deveria promover ações de cidadania e estimular a paz, acaba sendo vista como um empecilho para avanços na área de segurança pública.

Neste sentido, alguns participantes exprimiram o desejo de ter leis mais severas, como a instauração da pena de morte, no Brasil, e alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse dado sugere que as ações judiciais e policiais quando não são efetivas e deixam os crimes sem solução, instigam as famílias a buscarem no recrudescimento da lei uma alternativa às suas falhas.

Os participantes também teceram opiniões sobre as políticas públicas. Salientaram a necessidade de investimentos em educação e na família por considerarem que a juventude precisa de mais atenção. As expectativas das famílias se referiram a projetos e programas educativos gratuitos, direcionados aos jovens de baixa-renda e destinados a oferecerem oportunidades distintas das encontradas nas ruas, combatendo a ociosidade. De acordo com referências desse campo de estudos, reformulações na educação e no ensino são imprescindíveis, devendo abarcar desde os conteúdos ministrados em sala de aula, até adaptações ao mercado de trabalho contemporâneo (Barber-Madden & Saber, 2010).

Ainda quanto às políticas preventivas, a família, cujo jovem era do gênero feminino e o homicídio estava relacionado a conflitos após separação conjugal, sugeriu a criação de grupos de atendimento clínico para pessoas em processo de divórcio não consensual. Os dados apontam para a necessidade de medidas diferenciadas às mulheres e aos homens, considerando que a motivação para a violência letal tem sido associada ao gênero e às características das vítimas e dos agressores (Viano, 2007). Portanto, para a implementação de programas dirigidos a evitar esse tipo de morte é preciso avaliar o público e o contexto a que se destina.

### ***Conclusão: Fatores de Risco e Proteção para Reorganização Familiar***

Diferentes questões interpessoais, institucionais e estruturais podem constituir fatores de risco para os homicídios juvenis (Cano & Ribeiro, 2007; Vasconcelos & Costa,

2005). De maneira similar, a reorganização das famílias, após episódios de violência fatal, depende de um conjunto de fatores intra e extrafamiliares (Walsh, 2007). No que tange aos primeiros, os dados demonstraram que aquelas pessoas que manifestaram sentimentos preponderantes de culpa, hostilidade e revolta contavam com uma rede social precária e tiveram maior dificuldade em se reestruturar. Por outro lado, as famílias que se sentiram apoiadas, independente de pertencerem ao Grupo A ou B, foram as que explicitaram ter recebido conforto e amparo dos parentes, vizinhos e amigos.

Contudo, as instituições da própria comunidade, representaram fatores de risco para os familiares mais debilitados e desprovidos de acolhimento. A ausência de pessoas das instituições locais, no período imediato à morte, e de serviços em saúde apropriados para acolher as famílias, contribuiu para o desgaste dos enlutados. O desempenho da justiça/polícia também teve uma grande parcela neste processo. As queixas em relação à impunidade dos perpetradores dos homicídios e a falta de respaldo aos anseios dos sobreviventes mostraram-se fatores de risco para a exacerbação do estresse, da descrença no papel da justiça e no cumprimento das leis.

Em contrapartida, fatores de proteção relativos às crenças e à autoestima das participantes, auxiliaram no processo de enfrentamento. A genitora (M3), por exemplo, apesar de ter ficado só e de ter recebido pouco apoio de sua rede social, começou a trabalhar, estudar e relacionar-se afetivamente. Outras mães referiram a aproximação com os filhos e o aperfeiçoamento das habilidades sociais, aumento da empatia e da solidariedade.

As crenças religiosas, o apoio na fé e frequência a cultos e missas foram também aspectos protetivos elencados que serviram de base para o enfrentamento da situação. As famílias de ambos os grupos relataram ter encontrado nos rituais religiosos um alento para a morte do jovem e forças para continuar vivendo.

Se, por um lado, a indignação e a revolta pautaram o discurso dos sobreviventes, por outro a rotina da casa e as tarefas domésticas os trouxeram de volta à realidade. Ao contrário das concepções tradicionais que entendem a resolução do luto como sinônimo de um processo bem-sucedido, o construto adotado no trabalho sugere que há um constante reordenamento sentimental, qualitativamente diferente à medida que o tempo evolui (Shear & cols., 2006). O foco na família e nas relações interpessoais permite que a adaptação à perda seja compreendida como parte de um longo processo, imerso em um contexto sociocultural (Shapiro, 2007). Portanto, a concepção teórica utilizada para embasar o processo de luto ofereceu um panorama do que ocorre às famílias, no período posterior a perdas violentas, com base nos fatores de risco e proteção.

### *Considerações Finais*

Abordar o processo de luto decorrente de homicídio juvenil é uma tarefa complexa e delicada. Questões éticas sobre esse tema merecem ser discutidas pela comunidade científica e partilhadas entre colegas com o propósito de diminuir riscos às pessoas que se dispõem a participar das pesquisas. Conforme enfatizam Stroebe e cols. (2007), a simples noção de que perguntar sobre luto não causa prejuízos, não basta para colocar em prática estudos dessa natureza.

Pelo fato do luto constituir um período de mudanças, sobretudo para indivíduos que enfrentam mortes traumáticas, é previsível a existência de ambivalência entre querer ou não participar de uma investigação. Assim, para a realização desta pesquisa foi feita uma sondagem prévia, com os possíveis participantes, para averiguar a disponibilidade de cada um.

À medida que as pessoas se prontificaram a compartilhar suas experiências, a crença de que os familiares evitam falar sobre o fato no período imediato à morte, foi

sendo desconstruída. O sofrimento não impossibilitou que os sobreviventes se dispusessem a tocar no assunto, mas exigiu cautela e estratégias específicas quanto às indagações sobre o fato e as repercussões do episódio no dia a dia das famílias.

Em função das circunstâncias que envolveram os homicídios e da localização das residências em áreas mais expostas a situações de violência, precauções foram adotadas para evitar um desgaste excessivo dos participantes e do pesquisador. Como exemplo, podemos citar a escolha pelo local do encontro, dia e horário, de maneira a possibilitar um espaço acolhedor, confortável e seguro.

Apesar da execução do trabalho não ter tido por objetivo o atendimento clínico dos participantes, podemos pensar que o ambiente criado para a realização desta etapa do estudo oportunizou um contexto de reflexão, pois envolveu demandas de ordem física e emocional. Adentrar a casa de enlutados, principalmente nos primeiros dias após a morte do jovem, exigiu postura não intrusiva, no sentido de evitar sensações de desamparo e desconforto. Quando determinados assuntos não puderam ser tocados ou quando as pessoas preferiram relatar detalhadamente aspectos específicos de sua experiência, a urgência do cumprimento da tarefa precisou ser abandonada.

Os relatos fornecidos ao longo do estudo sugerem que as famílias necessitavam de escuta, sobretudo pelo suporte insuficiente da rede social de apoio e pela falta de um serviço de saúde especializado. O conteúdo e a qualidade dos relatos demonstraram que os familiares carecem de espaço para colocar suas dúvidas, falar de suas angústias e reavaliar suas estratégias de sobrevivência. Ademais, alguns familiares demonstraram ter consciência de suas vulnerabilidades, da falta de respaldo da comunidade e da sociedade em geral, frente ao luto relacionado a homicídio.

No que tange aos objetivos do trabalho, acreditamos ter sido bem sucedidos na identificação dos aspectos que antecederam as mortes, na descrição dos modos de

enfrentamento e na identificação dos fatores de risco e proteção para a reorganização de oito famílias vitimadas por homicídio por arma de fogo. Por outro lado, o trabalho não se dispôs a fazer uma incursão retrospectiva aos padrões de desenvolvimento das famílias ou dos jovens. Se assim fosse, diferentes variáveis poderiam ter sido incluídas para explicar o envolvimento destes em comportamentos delinquentes, tais como conflitos conjugais no sistema parental, transtornos de personalidade e abusos físicos.

O estudo centrou-se nas mudanças ocorridas a partir do episódio da perda em uma perspectiva ampla e relacional. Características pontuais sobre a conduta do jovem, antes do homicídio, auxiliaram a integrar os aspectos referentes às circunstâncias da morte e ao período ulterior, tendo em vista as peculiaridades de cada família. Com base nessas informações, conseguimos estabelecer conexões entre os aspectos antecedentes e subseqüentes aos óbitos.

No que se refere ao processo de luto e à concepção teórica utilizada, o principal diferencial do Modelo de Processo Dual foi o fato de ele prever oscilação e inconstância por parte dos enlutados, entre o período da perda (orientação para a perda) e o período da restauração (orientação para a restauração). Tal diferencial foi evidenciado pelos dados deste estudo e, apesar de o modelo dirigir-se principalmente a indivíduos, pôde ser adaptado à compreensão do sistema familiar.

Observamos que os sobreviventes, enquanto grupo, movimentaram-se da evitação para a confrontação com o óbito, na busca por uma readaptação familiar. Nesse sentido, uma das limitações do estudo foi não dar a devida ênfase aos transtornos psicológicos associados às situações estressoras e traumáticas. Como a morte violenta de indivíduos jovens, esperada ou não, são acontecimentos potencialmente deletérios é de se supor que parte dos enlutados venham a desenvolver distúrbios psiquiátricos, como o TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Raphael e cols., 2006). Esse aspecto não foi



integrado por exigir uma abordagem distinta, com critérios específicos e delineamento apropriado.

O estudo não incluiu na coleta de dados questões sobre o processo de luto em longo prazo, restringindo-se à dinâmica do processo de enfrentamento, no período imediato à morte. Para futuras investigações sugerimos novos estudos empíricos com delineamentos de pesquisa mais arrojados, destinados a captar as transformações culturais, sociais e históricas que tem influenciado o processo de luto nas diferentes sociedades. Os estudos longitudinais direcionados a detectar as mudanças em longo prazo poderiam contribuir para um melhor entendimento do processo de luto, de famílias que vivenciam situações de perdas violentas. A literatura registra uma escassez de trabalhos sobre a avaliação e manutenção do processo de resiliência em famílias vitimadas, assim como também a falta de investigações acerca de intenções e atitudes retaliatórias empreendidas por familiares aos responsáveis pelas mortes (Salloum & Rynearson, 2006).

As famílias que enfrentam perdas por homicídio constituem uma das vertentes do problema apesar de, frequentemente, não serem consideradas como vítimas de um ato criminoso (Armour, 2002). Os familiares se acumulam no sistema público de saúde, nas filas de atendimento psicossocial, nas esquinas das comunidades em que moram, por falta de prioridade às suas necessidades, após os episódios. Para atender à demanda, algumas modestas iniciativas têm sido instituídas, direcionadas a receber pessoas atingidas pela violência. Contudo, quase inexitem programas específicos aos sobreviventes de homicídio, cuja invisibilidade compromete a saúde física e mental, a capacidade laboral, a expectativa de vida e a visão de um futuro melhor para os seus descendentes (Armour, 2006).

De acordo com Salloum e Rynearson (2006), ainda que haja carência de trabalhos sobre o apoio psicológico profissional direcionado, é válido destacar o efeito positivo que

intervenções grupais e familiares, com o foco sistêmico, podem ter após mortes por homicídio. Dentre as repercussões relevantes, os autores destacam o estímulo à comunicação franca e aberta, o respeito recíproco entre os membros, o cuidado mútuo e, sobretudo, o fortalecimento da unidade familiar.

As organizações governamentais e não-governamentais (ONGs) precisam ter o compromisso de olhar as inúmeras famílias que, sozinhas, tem enfrentado as adversidades decorrentes das perdas violentas. Investir em prevenção é tão urgente quanto investir em capacitação e recursos humanos destinados a atender à família vitimada. Fortalecer a rede social de apoio e, sobretudo, qualificar as instituições é outra medida indispensável, afinal, como verbaliza uma das genitoras do estudo: *“não sou a última; sempre vão vim mais”*.

Portanto, as famílias nada dizem, por não terem a quem falar. Por falta de políticas e de atenção, as famílias se calam, se fecham e se recolhem. Por medo, elas preferem se resignar. Por indiferença, preferem ser esquecidas. Apesar da tristeza e do sofrimento, não ousam procurar ajuda, pois bem sabem que o atendimento, quando existe, demora e elas têm pressa. Daí surge a pergunta: há vida após o homicídio de um jovem?

Qualquer um entende que não basta sobreviver, pois sobreviventes, como aponta a literatura, todos já são. É preciso que os familiares tenham dignidade, confiança, esperança, fé e sossego para continuar vivendo. É importante oferecer a eles oportunidade de escuta, de reorganização, de planejamento para que possam, quem sabe, transformar a dor da perda em um novo recomeço.

Por tratar-se de um fenômeno complexo que perpassa as desigualdades na distribuição de renda e a questões sociais e culturais (Waiselfisz, 2010), a violência homicida juvenil demanda a construção de ações, tanto no sentido de poupar vidas quanto de auxiliar as pessoas enlutadas a enfrentar a perda. No que tange à prevenção, a variedade de fatores implicados e a escassez de trabalhos dificultam a compreensão conjunta do

fenômeno e, por conseguinte, a implantação de programas efetivos (Cano & Ribeiro, 2007).

Parte da juventude brasileira, nesse contexto, não desfruta dos avanços tecnológicos e de determinados bens de consumo que o mundo globalizado oferece (Ferreira & Penna, 2005) e parece ainda distante de usufruir as boas oportunidades de educação e emprego (Barber-Madden & Saber, 2010). A falta de investimentos em saúde, habitação e infraestrutura repercutem no dia a dia das famílias e dos jovens de baixa renda, impedindo-os de ter uma vida com dignidade, segurança e proteção, sobretudo nas áreas menos assistidas pelo poder público (Gomes & Pereira, 2005).

As características de alguns grupos e de seus territórios de moradia podem, por exemplo, ser indicativos das mortes por armas de fogo em determinadas regiões, o que evidencia a necessidade de planejamentos específicos e intervenção adequada e localizada (Peres, 2007). Essa análise, no entanto, precisa ser cuidadosa a fim de evitar a estigmatização e a formação de estereótipos dos moradores das periferias.

Em síntese, as medidas voltadas a evitar mortes por homicídio não devem ser resumidas a atividades pontuais e esporádicas, mas precisam ter continuidade na aplicação de recursos em áreas carentes, desprovidas de atenção do Estado e em zonas de exclusão. Na busca por alternativas, Waiselfisz (2010) destaca que “(...) deverá ser via nivelamento educacional, via democratização horizontal do acesso a níveis superiores de educação, que encontraremos uma luz no final do túnel da espiral de violência homicida que atravessa o país nas últimas décadas” (p. 149). As políticas sociais voltadas à juventude, de um modo geral, precisam também ser revistas e adaptadas para deixarem de ser incompatíveis às necessidades das pessoas dessa faixa etária (Barber-Madden & Saber, 2010).

## Referências

- Abbott, D. A. (2009). Violent death: A qualitative study of israeli and palestinian families. *Journal of Loss and Trauma, 14*, 117-128.
- Aisenberg, E. & Herrenkohl, T. (2008). Community violence in context: Risk and resilience in children and families. *Journal of Interpersonal Violence, 23*, 296-315.
- Andrade, G. R. B. & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva, 4*, 925-934.
- Antoniuzzi, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de *coping*: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia (Natal), 3*, 273-294.
- Armour, M. P. (2002). Journey of family members of homicide victims: A qualitative study of their posthomicide experience. *American Journal of Orthopsychiatry, 72*, 372-382.
- Armour, M. P. (2006). Meaning making of survivors of violent death. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 101-122). New York: Routledge.
- Asaro, M. R. (2001). Working with adult homicide survivors, part I: Impact and sequelae of murder. *Perspectives in Psychiatric Care, 37*, 95- 101.
- Asaro, M. R. & Clements, P. T. (2005). Homicide bereavement: A family affair. *Journal of Forensic Nursing, 1*, 101-105.
- Assis, S. G., Pesce, R. P. & Avanci, J. Q. (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Barber-Madden, R. & Saber, B. A. (2010). A situação dos jovens no mundo. Em R. Barber-Madden & T. F. Santos (Orgs.), *A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro* (pp. 17-39). Brasília: UNFPA.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Bastos, A. C. S. (2001). *Modos de partilhar: a criança e o cotidiano da família*. Taubaté: Cabral Editora Universitária.
- Berthoud, C. M. E. (1998). Vínculos duradouros... vínculos que se transformam e se rompem... enfim... vínculos humanos. Em Berthoud, C. M. E., Bromberg, M. H. P. F. & Coelho, M. R. M (Orgs.). *Ensaio sobre a formação e rompimento de vínculos afetivos* (pp. 133-147). Taubaté: Cabral Editora Universitária.
- Best, D. L. & Williams, J. E. (1996). Sex, gender, and culture. Em J. W. Berry & M. H. Segall (Orgs.), *Handbook of cross-cultural psychology social behavior and applications* (pp. 163-212). Cambridge, UK: Cambridge University.
- Bonanno, G. A. (2004). Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *American Psychologist*, 59, 20-28.
- Bonanno, G. A. (2006). Grief, trauma, and resilience. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 31-46). New York: Routledge.
- Bonanno, G. A. & Kaltman, S. (1999). Toward an integrative perspective on bereavement. *Psychological Bulletin*, 125, 760-776.
- Bonanno, G. A., Wortman, C. B., Lehman, D. R., Tweed, R. G. Haring, M. & Sonnega, J. (2002). Resilience to loss and chronic grief: A prospective study from preloss to 18 months postloss. *Journal of Personality & Social Psychology*, 83, 1150-1164.
- Bowlby, J. (1982). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (1ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1985). *Perda, tristeza e depressão. Trilogia apego e perda* (1ª ed., Vol. 3.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books.
- Brasil, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (2008). *Violência: uma epidemia*

- silenciosa*, 17 (1ª ed). Brasília: CONASS.
- Bromberg, M. H. P. F. (1996). Luto: a morte do outro em si. Em M. H. P. F. Bromberg, M. J. Kovács, M. M. J. Carvalho & V. A. Carvalho (Orgs.), *Vida e morte: laços de existência* (pp. 98-121). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Builes, G. M. G., Arias, G. M. A. & Minayo, M. C. (2008). Las migraciones forzadas por la violencia: El caso de Colombia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13, 1649-1660.
- Campesino, M. (2007). Homicide bereavement: Reflections on the therapeutic relationship in trauma research. *Qualitative Inquiry*, 13, 541-553.
- Cano, I. & Ribeiro E. (2007). Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. Em M. V. G. Cruz & E. C. Batitucci (Orgs.), *Homicídios no Brasil* (pp. 51-78). Rio de Janeiro: FGV.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar (2ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ceconello, M. A. & Koller, S. H. (2003). A inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 515-521.
- Cerqueira, D., Lobão W. & Carvalho, A. (2007). O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. Em M. V. G. Cruz & E. C. Batitucci (Orgs.), *Homicídios no Brasil* (pp. 141-176). Rio de Janeiro: FGV.
- Chefetz, R. A. (2006). Considering medication use in the wake of traumatic experience: Neurobiology, affect dysregulation, and the psychiatrist as a witness who may also prescribe. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 123-142). New York: Routledge.
- Cole, M. & Cole, S. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Porto Alegre: Artmed.

- Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. (2009). *Síntese dos indicadores das regiões administrativas – Demografia em foco – Ano 2004*. Retirado em 15/07/2009, <http://www.codeplan.df.gov.br>.
- Compas, B. E. & Reeslund, K. L. (2009). Processes of risk and resilience during adolescence. Em R. M. Lerner & L. Steinberg (Orgs.), *Handbook of adolescent psychology* (3 ed., pp. 561-588). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Dent, A. (2005, *autumn*). Supporting the bereaved: Theory and practice. *Counselling at Work Journal*, 22-23.
- Dessen, M. A. (2009). Questionário de caracterização do sistema familiar. Em L. Weber & M. A. Dessen (Orgs.), *Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados* (102-114). Curitiba: Juruá.
- Dessen, M. A. & Biasoli-Alves, Z. M. (2001). O estudo da família como base para a promoção de tolerância. Em Z. M. M. Biasoli-Alves & R. Fischeman (Orgs. da série e do vol.), *Série: Ciências, cientistas e tolerância: Vol 1. Crianças e adolescentes: construindo uma cultura de tolerância* (pp. 183-193). São Paulo: EDUSP.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 221-231.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L. Costa-Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 113-131). Porto Alegre: Artmed.
- Dessen, M. A. & Cerqueira-Silva, S. (2009). Desenvolvendo sistemas de categorias com dados de entrevistas. Em L. Weber & M. A. Dessen (Orgs.), *Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados* (pp. 43-56). Curitiba: Juruá.
- Dessen, M. A. & Pereira-Silva (2004). A família e os programas de intervenção:

- Tendências atuais. Em E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em educação especial: Avanços recentes* (pp. 179-187).
- Dessen, M. A. & Polonia, A. da C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 17, 21-32.
- Ferreira, I. C. B. & Penna, N. A. (2005) Território da violência. Em A. Paviani, I. C. B. Ferreira & F. F. P. Barreto (Orgs.), *Brasília: dimensões da violência urbana* (pp. 57-86). Brasília: UnB.
- Folkman, S. (2007). Revised coping theory and the process of bereavement. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 563-584). Washington, DC: American Psychological Association.
- Franco, M. H. P. (2005). Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática. *Estudos de Psicologia*, 10, 177-180.
- Freud, S. (1917/1969). *Luto e melancolia. Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago
- Gawryszewski, V. P., Koizumi, M. S. & Mello-Jorge, M. H. P. (2004). As causas externas no Brasil no ano de 2004: comparando a mortalidade e a morbidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 20, 995-1003.
- Gimenes, M. G. G. & Queiroz, B. (1997). As diferentes fases do enfrentamento durante o primeiro ano após a mastectomia. Em M. G. G. Gimenes & M. H. Fávero (Orgs.), *A mulher e o câncer* (pp. 171-195). Campinas: Editorial Psy.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363.
- Gouvêa, L. A. (2005). A violência estrutural. Em A. Paviani, I. C. B., Ferreira & F. F. P. Barreto (Orgs.), *Brasília: dimensões da violência urbana* (pp. 341-362). Brasília: UnB.
- Guia, G. A. (2006). *Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades*



- socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Guzzo, R. S. L. (2004). Resiliência e vulnerabilidade: conceitos e discussões para uma psicologia que se recrie pela crítica. Em D. D. Dell’Aglío, S. H. Koller & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção* (pp. 11-16). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Harvey, M. R. (2007). Towards an ecological understanding of resilience in trauma survivors: Implications for theory, research and practice. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma, 14*, 9-32.
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. Em A. Melillo & E. N. S. Ojeda (Orgs.), *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 23-38). Porto Alegre: Artmed.
- Kaltman, S. & Bonanno, G. A. (2003). Trauma and bereavement: Examining the impact of sudden and violent death. *Journal of Anxiety and Disorders, 17*, 131-147.
- King, K. (2004). It hurts so bad: Comparing grieving patterns of the families of murder victims with those of families of death row inmates. *Criminal Justice Policy Review, 15*, 193-211.
- Kovács, M. J. (1992). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kovács, M. J. (2003). *Educação para a morte: temas e reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Laurie, A. & Neimeyer, R. A. (2008). African americans in bereavement: Grief as a function of ethnicity. *Omega, 57*, 173-193.
- Lazarus, R. S. (1966). *Psychological stress and the coping process*. New York: Mc.Graw – Hill Book Company.
- Lazarus, R. S. & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer

Publishing.

- Lipp, M. E. N., Pereira, M. B. & Sadir, M. A. (2005). Crenças irracionais como fontes internas de stress emocional. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 1, 28-34.
- Lohan, J. A. & Murphy, S. A. (2002). Family functioning and family typology after adolescent or young adult's sudden violent death. *Journal of Family Nursing*, 8, 32-49.
- Lord, J. H. (2006). Spiritual essentials. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 65-84). New York: Routledge.
- Malone, L. (2007). In the aftermath: Listening to people bereaved by homicide. *Probation Journal*, 4, 383-393.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1, 63-77.
- Miller, L. (2009). Family survivors of homicide: I. Symptoms, syndromes, and reaction patterns. *The American Journal of Family Therapy*, 37, 67-79.
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 1, 7-23.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.
- Minuchin, P. (1988). Relationships within the family: A systems perspectives on development. Em R. Hinde & J. Stevenson-Hinde (Orgs.), *Relationships within the family: Mutual influences* (pp. 8-25). Oxford: Clarendon Press.
- Minuchin, S. (1982). Famílias: Funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mota, E. L. A., Franco, A. L. S. & Motta, M. C. (1999). Migração, estresse e fatores psicossociais na determinação da saúde da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 28-42.
- Murphy, S. A. (2006). Evidence-based interventions for parents following their childrens

- violent death. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 175-194). New York: Routledge.
- Murphy, S. A. & Johnson, L. C. (2003). Finding meaning in a child's violent death: A five-year prospective analysis of parents' personal narratives and empirical data. *Death studies* 27, 381-404.
- Parappully, J., Rosenbaum, R., Van den Daele, L. & Nzewi, J. (2002). Thriving after trauma: The experience of parents of murdered children. *Journal of Humanistic Psychology*, 42, 33-70.
- Parkes, C. M. (2007). A historical overview of the scientific study of bereavement. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 25-45). Washington, DC: American Psychological Association.
- Peres, M. F. T. (2007). Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. Em M. V. Gonçalves-Cruz & E. C. Batitucci (Orgs.), *Homicídios no Brasil* (pp. 125-139). Rio de Janeiro: FGV.
- Peres, M. F. T., Cardia, N. & Santos, P. C. (2006). *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002*. Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo – NEV-USP.
- Pike, A. Iervolino, A. C., Eley, T. C., Price, T. S. & Plomin, R. (2006). Environmental risk and young children cognitive and behavioral development. *International Journal of Behavioral Development*, 30, 158-166.
- Poletto, M. & Koller, S. H. (2006). Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. Em D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e Psicologia: interfaces do risco à proteção* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Punamaki, R. L., Qouta, S., El Sarraj, E. & Montgomery, E. (2006). Psychological distress

- and resources among siblings and parents exposed to traumatic events. *International Journal of Behavioral Development*, 30, 385-397.
- Raphael, B., Stevens, G. & Dunsmore, J. (2006). Clinical theories of loss and grief. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 03-29). New York: Routledge.
- Ravazzola, M. C. (2005). Resiliências familiares. Em A. Melillo & E. N. S. Ojeda (Orgs.), *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 73-85). Porto Alegre: Artmed.
- Romero, M. A. B. (2005). A violência e as condições degradantes do meio urbano. Em A. Paviani, I. C. B. Ferreira & F. F. P. Barreto (Orgs.), *Brasília: dimensões da violência urbana* (pp. 133-161). Brasília: UnB.
- Rutter, M. (1999). Resilience concepts and findings: Implications for family therapy. *Journal of Family Therapy*, 21, 119 – 144.
- Rynearson, E. K., Correa, F., Favell, J., Saindon, C. & Prigerson, H. (2006). Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 195-216). New York: Routledge.
- Salloum, A. & Rynearson E. K. (2006). Family resilience after violent death. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 47-63). New York: Routledge.
- Salloum, A. & Vincent, N. J. (1999). Community-based groups of inner city adolescent survivors of homicide victims. *Journal of Child and Adolescent Group Therapy*, 1, 27-45.
- Santos, J. V. T. (2007). A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. Em M. V. G. Cruz & E. C. Batitucci (Orgs.), *Homicídios no Brasil* (pp. 11-24). Rio de Janeiro: FGV.
- Santos, L. L. & Dell’Aglio, D. D. (2006). A constituição de moradas nas ruas como

- processos de resiliência em adolescentes. Em D. D. Dell’Aglío, S. H. Koller & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e Psicologia: interfaces do risco à proteção* (pp. 203-231). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Savóia, M. G. (1999). Escala de eventos vitais e de estratégias de enfrentamento (*coping*). *Revista de Psiquiatria Clínica*, 26, 56-67.
- Schaefer, J. A. & Moss, R. H. (2007). Bereavement experiences and personal growth. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 145-167). Washington, DC: American Psychological Association.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF & Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ. (2009). *IHA – Índice de homicídios na adolescência (Documento Preliminar do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens)*. Retirado em 20/09/2009, de <http://www.unicef.org/brazil/pt/IHA.pdf>
- Seidl, E. M. F., Tróccoli, B. T. & Zannon, C. M. L. C. (2001). Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 225-234.
- Shapiro, E. R. (2007). Grief in interpersonal perspective: Theories and their implications. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 301-328). Washington, DC: American Psychological Association.
- Shaver, P. R. & Tancredy, C. M. (2007). Emotion, attachment and bereavement: A conceptual commentary. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 63-88). Washington, DC: American Psychological Association.
- Shear K., Gorscak, B. & Simon, N. (2006). Treatment of complicated grief following

- violent death. Em E. K. Rynearson (Org.), *Violent death: Resilience and intervention beyond the crisis* (pp. 157-174). New York: Routledge.
- Shuchter, S., & Zisook, S. (1993). The course of normal grief. Em M. Stroebe, W. Stroebe, & Hansson (Orgs.), *Handbook of bereavement: Theory, research and intervention* (pp. 23-43). New York: Cambridge University Press.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Straub, R. O. (2005). *Psicologia da saúde*. Porto Alegre: Artmed.
- Stroebe, M. S. (1992). Coping with bereavement: A review of the grief work hypothesis. *Omega: Journal of Death and Dying*, 26, 19-42.
- Stroebe, M. S., Hansson R. O., Stroebe, W. & Schut, H. (2007). Introduction: Concepts and issues in contemporary research on bereavement. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 3-22). Washington, DC: American Psychological Association.
- Stroebe, M. S. & Schut, H. (1999). The dual process model of coping with bereavement: Rationale and description. *Death Studies*, 23, 197-224.
- Stroebe, M. S. & Schut, H. (2007). Models of coping with bereavement: A review. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 375-403). Washington, DC: American Psychological Association.
- Temple, S. (1997). Treating inner-city families of homicide victims: A contextually oriented approach. *Family Process*, 36, 133-149.
- Un-Habitat - United Nations Human Settlements Programme (2008). *State of the world's cities*. Earthscan: London: Sterling, VA.
- Van Heck, G. L. & Ridder, D. T. D. (2007). Assessment of coping with loss: Dimensions

- and measurement. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 449-469). Washington, DC: American Psychological Association.
- Vasconcelos, A. M. N., & Costa, A. (2005). Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. Em A. Paviani, I. C. B. Ferreira & F. F. P. Barreto (Orgs), *Brasília: dimensões da violência urbana* (pp. 33-56). Brasília: UnB.
- Viano, E. C. (2007). Homicídio: uma perspectiva vitimológica. Em M. V. Gonçalves-Cruz & E. C. Batitucci (Orgs.), *Homicídios no Brasil* (pp. 105-124). Rio de Janeiro: FGV.
- Waiselfisz, J. J. (2005). *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil*. Brasília: UNESCO.
- Waiselfisz, J. J. (2006). *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Brasília: OEI.
- Waiselfisz, J. J. (2007). *Relatório de desenvolvimento juvenil*. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).
- Waiselfisz, J. J. (2008). *Mapa da violência: os jovens da América Latina*: Brasília: OEI.
- Waiselfisz, J. J. (2010). *Mapa da violência: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.
- Walsh, F (2003). Family resilience: A framework for clinical practice. *Family Process*, 42, 1-18.
- Walsh, F. (2006). *Strengthening family resilience*. (2ed). New York: The Guilford Press.
- Walsh, F. (2007). Traumatic loss and major disasters: Strengthening family and community resilience. *Family Process*, 2, 207-227.
- Walsh, F. & McGoldrick, M. (2004). Loss and family: A systemic perspective. Em F. Walsh & M. McGoldrick, (Orgs.), *Living beyond loss: Death in the family* (2 ed., pp. 3-26). New York: W.W. Norton & Company, Inc.
- Weiss, R. S. (2007). Grief, bonds and relationships. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences,*

*coping, and care* (5ed., pp. 47-62). Washington, DC: American Psychological Association.

Worden, J. W. (2002). *Grief counseling and grief therapy: A handbook for the mental healthy practioner* (3ed.). New York: Springer Publishing Company.

Wortman, C. B. & Silver, R. C. (1989). The myths of coping with loss. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 349-357.

Wortman, C. B. & Silver, R. C. (2007). The myths of coping with loss revisited. Em M. S. Stroebe, R. O. Hansson, W. Stroebe & H. Schut (Orgs.), *Handbook of bereavement research: Consequences, coping, and care* (5ed., pp. 405-429). Washington, DC: American Psychological Association.



## Anexos

### Anexo A

#### QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR

Maria Auxiliadora Dessen<sup>2</sup>

Laboratório de Desenvolvimento Familiar - Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília-UnB

#### Informações iniciais sobre a família

Questionário respondido por:

mãe       pai       irmã/irmão      Outro familiar \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Início: \_\_\_h \_\_\_min      Término: \_\_\_h \_\_\_min

1. Família: nº \_\_\_\_\_

2. Região Administrativa que a família reside no DF \_\_\_\_\_

3. Residência: Área urbana      Área rural \_\_\_\_\_  
 centro      (especificar)

periferia \_\_\_\_\_

4. Qual a região de origem da família (estado e município)? \_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo a família reside nesta localidade? \_\_\_\_\_

## **JOVEM**

### **I – IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM**

1. Iniciais do nome: \_\_\_\_\_

2. Data de nascimento do jovem: \_\_\_\_\_

3. Data de óbito: \_\_\_\_\_

4. Região administrativa em que ocorreu o óbito \_\_\_\_\_

#### **1) Dados Demográficos**

##### **a) Dependentes**

5. O jovem deixou dependentes? \_\_\_\_\_

6. De que idade? \_\_\_\_\_

7. De que sexo? \_\_\_\_\_

##### **b) Renda**

8. O jovem contribuía com a renda familiar - da família de origem – com a qual ele residia? \_\_\_\_\_

9. Com quanto contribuía? R\$ \_\_\_\_\_

##### **c) Escolaridade**

Completo:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação \_\_\_\_\_

Incompleto:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação \_\_\_\_\_

<sup>2</sup> Este instrumento é usado em pesquisas do Laboratório de Desenvolvimento Familiar do Instituto de Psicologia-UnB e será publicado, brevemente, em uma coletânea de instrumentos de coleta de dados sobre “Família”, pelo GT/ANPEPP: Desenvolvimento Familiar. Agradeço à bolsista de IC/CNPq, Yandra Torres, pelas sugestões e digitação do referido instrumento.

Outros \_\_\_\_\_

**d) Ocupação**

Trabalho formal     Trabalho informal     Outros

**e) Etnia**

Qual era a raça do jovem? \_\_\_\_\_

**f) Religião**

Qual era a religião do jovem? \_\_\_\_\_

**II) EVENTOS OCORRIDOS COM O JOVEM**

Quais eventos aconteceram na vida do jovem falecido, antes do homicídio, e época que aconteceram:

EVENTO	6 meses antes de falecer	de 6 a 12 meses	mais de 1 anos antes	nunca aconteceu
Mudança de escola				
Suspensão na escola, motivo _____				
Repetência escolar				
Abandono escolar				
Agressão física e/ou ameaças por parte de: a) mãe ou pai b) irmão ou irmã c) avós d) jovens da vizinhança e) professores f) outros				
Mudança de cidade				
Morte de um familiar _____				
Morte da (o) namorado (a)				
Morte de amigo próximo				
Doença física _____				
Envolvimento prévio em atos de delinquência (delitos)				
Amigos com envolvimento em atos de delinquência				
Cumpriu medida sócio-educativa ou pena de prisão				
Apresentava sintomas de desordem psicológica (impulsividade, irritabilidade, alterações de humor, insônia, etc)				
Fez algum tratamento psicológico ou de saúde _____				
Pertencia a alguma organização da comunidade (esportiva, educativa, religiosa)				
Fazia uso de drogas				
Fazia uso de álcool				

## FAMÍLIA

### II – DADOS DEMOGRÁFICOS

1. Nome da mãe (iniciais): \_\_\_\_\_

Nome do pai (iniciais): \_\_\_\_\_

Nome do familiar (iniciais): \_\_\_\_\_

2. Data de nascimento da mãe: \_\_\_\_\_

Data de nascimento do pai: \_\_\_\_\_

Data de nascimento do familiar: \_\_\_\_\_

3. Estado civil do casal:

a)  casado(a)       vive junto       separado/divorciado(a)       viúvo(a)

b)  1º companheiro       2º companheiro       3º companheiro       4º companheiro ou +

c) Há quanto tempo vive com o seu marido/ companheiro (a) atual? (anos e meses) \_\_\_\_\_

d) Há quanto tempo você se separou do pai/mãe biológico (a) do jovem? (anos e meses) \_\_\_\_\_

e) Quantos filhos você teve com cada companheiro (a)?

1º companheiro \_\_\_\_\_      2º companheiro \_\_\_\_\_

3º companheiro \_\_\_\_\_      4º companheiro ou + \_\_\_\_\_

4. Escolaridade:

#### Mãe

Completo:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação \_\_\_\_\_

Incompleto:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_

#### Pai

Completo:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação

Incompleto:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação

Outros \_\_\_\_\_

#### Familiar

Completo:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação

Incompleto:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Graduação

## 5. Ocupação atual:

A) CATEGORIAS	Mãe	Pai	Familiar
<b>1-Serviços Básicos</b>			
Administrativos			
Serviços técnicos em geral			
Serviços de comércio e venda			
Operacionais gerais			
Serviços de beleza			
<b>2 – Profissionais Liberais</b>			
3 – Profissionais da educação			
4 - Trabalho em casa			
<b>5- Outros (especificar) _____</b>			
6 - Desempregados			
7 – Aposentados			

## b) Mãe

Há quanto tempo? \_\_\_\_\_ Horas de trabalho por dia: \_\_\_\_\_

Quantos dias na semana:  2ª à 6ª  2ª à sábado  2ª à domingo  trabalho por escala

## c) Pai

Há quanto tempo? \_\_\_\_\_ Horas de trabalho por dia: \_\_\_\_\_

Quantos dias na semana:  2ª à 6ª  2ª à sábado  2ª à domingo  trabalho por escala

## d) Familiar

Há quanto tempo? \_\_\_\_\_ Horas de trabalho por dia: \_\_\_\_\_

Quantos dias na semana:  2ª à 6ª  2ª à sábado  2ª à domingo  trabalho por escala

## 6. Religião

## a) Mãe

Possui religião?  Sim  NãoQual?  Católica  Evangélico  Espírita  Outras \_\_\_\_\_Frequência:  mensalmente  esporadicamente (pelo menos uma vez por ano) quinzenalmente  não freqüente semanalmente

## b) Pai

Possui religião?  Sim  NãoQual?  Católica  Evangélico  Espírita  Outras \_\_\_\_\_Frequência:  mensalmente  esporadicamente (pelo menos uma vez por ano) quinzenalmente  não freqüente semanalmente

**c) Familiar**Possui religião?  Sim  NãoQual?  Católica  Evangélico  Espírita  Outras \_\_\_\_\_

Freqüência:  mensalmente  esporadicamente (pelo menos uma vez por ano)  
 quinzenalmente  não freqüente  
 semanalmente

7. Renda Familiar ATUAL (por mês):

mãe = R\$ \_\_\_\_\_ pai = R\$ \_\_\_\_\_

Outros (que contribuem): Quem ? \_\_\_\_\_

Valor = R\$ \_\_\_\_\_

TOTAL= R\$ \_\_\_\_\_ Em salários mínimos: \_\_\_\_\_

OBS: No caso de familiar, identificar a renda de cada componente da família, de acordo com o roteiro acima

8. Moradia

Tipo de moradia:  Casa  Apartamento  Barraco  Sem tetoSituação da moradia:  Própria  Alugada  Invasão  Outros**A) Estrutura da Moradia**

Número de cômodos: \_\_\_\_\_

Especificar:

\_\_\_\_\_

Dormitório separado para o casal

 sim  não

Água encanada na residência

 rede externa  cisterna/poço

Esgoto na residência

 sim  não

Banheiro na residência

 vaso sanitário  fossa séptica**B) Condições Materiais**

Cozinha:

 armário  mesa  cadeiras  outros \_\_\_\_\_

Sala:

 sofá  mesa  cadeiras  estante  outros \_\_\_\_\_

Eletrodomésticos:

 fogão  geladeira  tv  som  \_\_\_\_\_

Telefones:

 fixo  móvel

9. Quem mora na casa? Há quanto tempo (anos; meses)?

Parentes por parte de pai	Parentes por parte da mãe	Não familiares
<input type="checkbox"/> avô _____	<input type="checkbox"/> avô _____	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> avó _____	<input type="checkbox"/> avó _____	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> tio _____	<input type="checkbox"/> tio _____	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> tia _____	<input type="checkbox"/> tia _____	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> _____

**10. Constelação familiar:**

- a) Número de pessoas na família: \_\_\_\_\_
- b) Crianças residentes: \_\_\_\_\_
- c) Idade das crianças: \_\_\_\_\_
- d) Gênero das crianças \_\_\_\_\_
- e) Adolescentes residentes: \_\_\_\_\_
- f) Idade dos adolescentes: \_\_\_\_\_
- g) Gênero dos adolescentes: \_\_\_\_\_

h) Atualmente onde os filhos estudam, em que período e desde que idade?

- Tipo de Escola: (1) Creche (2) Pré-escola (3) Escola Formal
- Instituição: (1) Pública (2) Privada
- Período: (1) Integral (2) Parcial

FILHOS	Tipo de Escola	Instituição	Período	Idade	Sexo
Primogênito					
Segundo					
Terceiro					
Quarto					
Outros					

i) Há alguma criança que não está freqüentando creche ou instituição escolar?

\_\_\_\_\_

(especificar motivo)

j) Há alguma criança morando com parentes ou amigos?

\_\_\_\_\_

(especificar motivo)

### III – CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR

#### A) Quanto às atividades de lazer da família

##### 1. Local

LOCAL	ATIVIDADES
Dentro de casa	
Na vizinhança	
Residência de parentes /amigos	
Locais Públicos	

##### 2. Tipo de atividades

ATIVIDADES SOCIAIS	FREQUÊNCIA				
	Nunca	Menos que uma vez por mês	1 a 3 vezes ao mês	1 vez por semana	Diariamente
<b>Religiosas</b>					
Grupos de estudo / assistência à comunidade					
Missas/ cultos em geral					
Eventos sociais / festas					
<b>Encontros sociais com familiares / amigos</b>					
Visitas					
Comemorações em geral					
Encontros em locais públicos / alimentação					
Culturais					
Festas típicas					
<b>Cinema, teatro</b>					
Visitas a centros culturais					
<b>Não participa de atividades de lazer</b>					

##### 3. Com quem a família compartilha as atividades de lazer?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Todos os membros da família<br>(que residem no mesmo local) | <input type="checkbox"/> Toda família com avós              |
| <input type="checkbox"/> Apenas mãe e filhos   | <input type="checkbox"/> Toda família com parentes em geral |
| <input type="checkbox"/> Apenas pai e filhos   | <input type="checkbox"/> Toda família com amigos            |





## 3. Doenças na família (nos últimos 12 meses)

DOENÇAS	MEMBROS DA FAMÍLIA							
	Avô / Avó	Mãe	Pai	Tios/ tias	Sobrinhos (as)	Padrasto	Madrasta	Irmãos (ãs)
Cardiovascular								
Transtornos mentais (doença dos nervos)								
Transtornos de comportamento								
Depressão								
Insônia								
Respiratórias								
Osteo-musculares								
Gástricas								
Alergias								
Endócrina/ hormonal								
Deficiências/ síndromes								
Outras								

## D) Sobre eventos ocorridos com a família

EVENTO	Nos últimos 6 meses	De 6 a 12 meses	Há mais de um ano (especifique)	Nunca aconteceu
A mãe começou a trabalhar fora de casa				
Perda de emprego de um dos genitores (especificar)				
Desemprego crônico dos genitores				
Problemas financeiros				
Nascimento de um irmão				
Hospitalização ou enfermidade na família: dos pais do jovem de irmãos de tios/avós				
Morte na família e causa da morte: a) do namorado(a) do jovem b) mãe ou pai c) irmão ou irmãs d) avós e) amigos íntimos f) outros				
Separação ou divórcio dos pais Motivo:				

Brigas entre os pais sem agressões físicas com agressões físicas  Briga entre os familiares discussões diárias violência doméstica rompimento de relações entre os membros da família rompimento de relações com a família extensa				
Problemas de saúde do pai: <input type="checkbox"/> físico <input type="checkbox"/> mental da mãe: <input type="checkbox"/> físico <input type="checkbox"/> mental				
Consumo de álcool. Quem?				
Consumo de drogas ilegais. Quem?				
Outras experiências que tiveram impacto na sua vida:				
Violência na comunidade				
Conflito com vizinhos				
Isolamento social				
Racismo				

## **COMUNIDADE**

### IV - Percepção quanto aos recursos da comunidade

#### 1. Saneamento básico:

- a) Há saneamento básico na região em que sua família mora?  sim    não
- b) A família utiliza esse recurso?
- c) Como você avalia esse recurso?

#### 2. Coleta de Lixo

- a) Há coleta de lixo na região em que sua família mora?  sim    não
- b) A família utiliza esse recurso?
- c) Como você avalia esse recurso?

#### 3. Posto de Saúde

- a) Há posto(centro) de saúde na região em que sua família mora?  sim    não
- b) A família já utilizou ou utiliza esse recurso?
- c) Como você avalia esse recurso?

#### 4. Rede Hospitalar

- a) Há hospital na região em que sua família mora?  sim  não
- b) A família já utilizou ou utiliza esse recurso?
- c) Como você avalia esse recurso?

#### 5. Posto Policial

- a) Há posto policial na região em que sua família mora?  sim  não
- b) A família já utilizou ou utiliza esse recurso?
- c) Como você avalia esse recurso?

## *Anexo B (Parte 1)*

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A MÃE**

Data do óbito do jovem:

Região administrativa do óbito do jovem:

#### **1.1. Situacional: circunstâncias da morte do jovem / previsibilidade do evento**

**1.1.1.** O que aconteceu com o jovem (filho)?

**1.1.2.** Você alguma vez imaginou que isso poderia acontecer?

**1.1.3.** Por que você acha que aconteceu isso com ele?

#### **1.2. Fatores de Risco e Proteção**

##### **1.2.1. Indivíduo**

1.2.1.1. Quais mudanças ocorreram na sua vida após a morte do seu filho?

1.2.1.2. Quais as dificuldades que você enfrentou para lidar com a situação?

1.2.1.3. Você já fez ou recebe atendimento psicológico, em razão desta perda?

1.2.1.4. Algo ou alguém o ajudou a enfrentar melhor esta situação?

1.2.1.5. Você consegue perceber algum aspecto positivo, mesmo a partir de uma experiência como esta?

1.2.1.6. Você acredita ter conseguido assimilar o fato de ter perdido esta pessoa?

1.2.1.7. Você acredita ter conseguido aceitar o fato de ter perdido esta pessoa?

1.2.1.8. Você conseguiu retomar sua antiga rotina e fazer o mesmo que fazia antes – por exemplo, em casa, no trabalho, com os outros filhos - depois da morte deste filho?

1.2.1.9. Você já havia passado por algum evento semelhante com outras pessoas da sua família? Com quem?

1.2.1.10. Quais as suas expectativas para o futuro?

1.2.1.11. O que precisaria existir, no seu ponto de vista, para evitar mortes por homicídio?

1.2.1.12. Como você se sente frente à Justiça, como instituição, após a perda do jovem?

## **1.2.2. Família**

- 1.2.2.1. Quais as dificuldades enfrentadas pela família após a morte?
- 1.2.2.2. O que você acha que ajudou a família a lidar com a situação?
- 1.2.2.3. Os membros da família apóiam uns aos outros ou vivem “cada um por si”?
- 1.2.2.4. A família contou com apoio da família extensa, no período pós-morte?
- 1.2.2.5. Que tipo de apoio a família extensa ofereceu?

## **1.2.3. Comunidade**

- 1.2.3.1. A família contou com apoio/ajuda de outras pessoas da comunidade – vizinhos e/ou amigos? De que tipo (financeiro, emocional, etc)?
- 1.2.3.2. A família recebeu ajuda de alguma instituição da comunidade (igreja, escola, etc)? De que tipo?
- 1.2.3.3. A família teve acesso a algum atendimento psicológico na comunidade, após o evento? Onde? De que tipo?
- 1.2.3.4. Em que aspectos a morte do seu filho mudou a relação entre você e seu companheiro (a)?
- 1.2.3.5. Em que aspectos a morte do seu filho mudou a relação entre você e seu(s) outros filho(s)?
- 1.2.3.6. Que mudanças ocorreram nas relações entre os outros familiares que coabitam, após a morte do jovem? Entre pai e os demais filhos? Mãe e os demais filhos? Entre os irmãos? E entre as outras pessoas que coabitam?
- 1.2.3.7. Que mudanças ocorreram nas suas relações e da sua família com pessoas da família extensa?
- 1.2.3.8. Que mudanças ocorreram nas suas relações e da sua família com os vizinhos?
- 1.2.3.9. Que mudanças ocorreram nas suas relações e da sua família com outras pessoas da comunidade?

## *Anexo B (Parte 2)*

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA IRMÃ (O)**

#### **2.1. Situacional**

- 2.1.1. O que aconteceu com o seu irmão?
- 2.1.2. Você alguma vez imaginou que isso poderia acontecer com ele?
- 2.1.3. Por que você acha que aconteceu isso com ele?

#### **2.2. Fatores de Risco e Proteção**

##### **2.2.1. Indivíduo**

- 2.2.1.1. Quais mudanças ocorreram na sua vida após a morte do seu irmão?
- 2.2.1.2. Quais as dificuldades que você enfrentou para lidar com a situação?
- 2.2.1.3. Você recebeu algum tipo de atendimento psicológico na comunidade – frequentou algum grupo de ajuda para pessoas de sua idade, por exemplo? Onde?
- 2.2.1.4. Algo ou alguém o ajudou a enfrentar melhor esta situação?
- 2.2.1.5. Você consegue perceber algum aspecto positivo, mesmo a partir de uma experiência como esta?
- 2.2.1.6. Você já havia passado por algum evento semelhante com outras pessoas da sua família? Com quem?
- 2.2.1.7. Você acredita ter conseguido assimilar o que ocorreu com seu irmão?
- 2.2.1.8. Você acredita ter conseguido aceitar o que ocorreu com seu irmão?
- 2.2.1.9. Você está conseguindo manter sua rotina e fazer o mesmo que fazia antes – na escola, atividades com seus amigos, lazer, em casa, etc
- 2.2.1.10. Quais as suas expectativas para o futuro?
- 2.2.1.11. O que precisaria existir, no seu ponto de vista, para evitar mortes por homicídio?
- 2.2.1.12. Como você se sente frente à Justiça, como instituição, após a perda de seu irmão?

##### **2.2.2. Família**

- 2.2.2.1. Quais as dificuldades enfrentadas pela família após a morte do seu irmão?

2.2.2.2. No seu ponto de vista, o que ajudou a família a enfrentar essa situação?

2.2.2.3. Os membros da família apóiam uns aos outros ou vivem “cada um por si”?

2.2.2.4. A família contou com apoio da família extensa (familiares que não residem junto), no período pós-morte?

2.2.2.5. Que tipo de apoio a família extensa ofereceu?

### **2.2.3. Comunidade**

2.2.3.1. A família contou com apoio/ajuda de outras pessoas da comunidade – vizinhos e/ou amigos? De que tipo foi a ajuda?

2.2.3.2. A família recebeu ajuda de alguma instituição da comunidade (igreja, escola, etc.)? De que tipo foi a ajuda?

2.2.3.3. A família teve acesso a algum atendimento psicológico na comunidade, após o evento? Onde? De que tipo?

2.2.3.4. Em que aspectos a morte do seu irmão mudou a relação entre você e sua mãe?

2.2.3.5. Em que aspectos a morte do seu irmão mudou a relação entre você e seu pai?

2.2.3.6. Que mudanças ocorreram nas relações entre os outros familiares que coabitam, após a morte do jovem? Entre você e seus demais irmãos? E entre as outras pessoas?

2.2.3.7. Que mudanças ocorreram nas suas relações e da sua família com pessoas da família extensa?

2.2.3.8. Que mudanças ocorreram nas suas relações e da sua família com os vizinhos?

2.2.3.9. Que mudanças ocorreram nas suas relações e da sua família com outras pessoas da comunidade?

*Anexo C*

**Escala Modos de Enfrentamento de Problemas**

As pessoas reagem de diferentes maneiras a situações difíceis ou estressantes. Pense em uma situação ou problema atual que esteja produzindo mais estresse para você. Escreva aqui esta situação-problema: \_\_\_\_\_

Para responder ao questionário, tenha em mente as coisas que você faz, pensa ou sente para enfrentar esta situação ou problema, no momento atual.

Veja um exemplo: **Eu estou buscando ajuda profissional para entender o meu problema.**

1	2	3	4	5
Eu nunca faço isso	Eu faço isso um pouco	Eu faço isso às vezes	Eu faço isso muito	Eu faço isso sempre

Você deve assinalar a alternativa que corresponde melhor ao que você está fazendo quanto à busca de ajuda profissional para enfrentar o seu problema. Se você não está buscando ajuda profissional, marque com um X ou um círculo o número 1 (Eu nunca faço isso); se você está buscando sempre esse tipo de ajuda, marque o número 5 (Eu faço isso sempre). Se a sua busca de ajuda profissional é diferente dessas duas opções, marque 2, 3 ou 4, conforme está ocorrendo.

Não há respostas certas ou erradas. O que importa é como você está lidando com a situação. Pedimos que você responda a todas as questões, não deixando nenhuma em branco.

Registro: _____	Nome do paciente: _____
Data de nascimento: ____/____/____	Idade: _____ Escolaridade: _____
Profissão/Ocupação: _____	Procedência: _____
Nome do cuidador: _____	Grau de parentesco: _____
Data de nascimento: ____/____/____	Idade: _____ Escolaridade: _____

Seidl, E. M. F.; Tróccoli, B. T. & Zannon, C. M. L. C. (2001). Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 225-234.



1	2	3	4	5
Eu nunca faço isso	Eu faço isso um pouco	Eu faço isso às vezes	Eu faço isso muito	Eu faço isso sempre

1. Eu levo em conta o lado positivo das coisas.....	1	2	3	4	5
2. Eu me culpo.....	1	2	3	4	5
3. Eu me concentro em alguma coisa boa que pode vir desta situação.....	1	2	3	4	5
4. Eu tento guardar meus sentimentos para mim mesmo.....	1	2	3	4	5
5. Procuro um culpado para a situação.....	1	2	3	4	5
6. Espero que um milagre aconteça.....	1	2	3	4	5
7. Peço conselho a um parente ou amigo que eu respeite.....	1	2	3	4	5
8. Eu rezo / oro.....	1	2	3	4	5
9. Converso com alguém sobre como estou me sentindo.....	1	2	3	4	5
10. Eu insisto e luto pelo que eu quero.....	1	2	3	4	5
11. Eu me recuso a acreditar que isto esteja acontecendo.....	1	2	3	4	5
12. Eu brigo comigo mesmo; fico falando o que devo fazer.....	1	2	3	4	5
13. Desconto em outras pessoas.....	1	2	3	4	5
14. Encontro diferentes soluções para o meu problema.....	1	2	3	4	5
15. Tento ser uma pessoa mais forte e otimista.....	1	2	3	4	5
16. Tento evitar que meus sentimentos atrapalhem em outras coisas na minha vida.....	1	2	3	4	5
17. Eu me concentro nas coisas boas da minha vida.....	1	2	3	4	5
18. Eu desejaria mudar o modo como eu me sinto.....	1	2	3	4	5

1	2	3	4	5
Eu nunca faço isso	Eu faço isso um pouco	Eu faço isso às vezes	Eu faço isso muito	Eu faço isso sempre
19. Aceito a simpatia e a compreensão de alguém.....				
20. Demonstro raiva para as pessoas que causaram o problema.....				
21. Pratico mais religião desde que tenho esse problema.....				
22. Eu percebo que eu mesmo trouxe o problema para mim.....				
23. Eu me sinto mal por não ter podido evitar o problema.....				
24. Eu sei o que deve ser feito e estou aumentando meus esforços para ser bem sucedido.....				
25. Eu acho que as pessoas foram injustas comigo.....				
26. Eu sonho ou imagino um tempo melhor do que aquele em que estou.....				
27. Tento esquecer o problema todo.....				
28. Estou mudando e me tornando uma pessoa mais experiente.....				
29. Eu culpo os outros.....				
30. Eu fico me lembrando que as coisas poderiam ser piores.....				
31. Converso com alguém que possa fazer alguma coisa para resolver o meu problema.....				
32. Eu tento não agir tão precipitadamente ou seguir minha primeira idéia.....				
33. Mudo alguma coisa para que as coisas acabem dando certo.....				
34. Procuro me afastar das pessoas em geral.....				
35. Eu imagino e tenho desejos sobre como as coisas poderiam acontecer.....				
36. Encaro a situação por etapas, fazendo uma coisa de cada vez.....				
37. Descubro quem mais é ou foi responsável.....				

1	2	3	4	5
Eu nunca faço isso	Eu faço isso um pouco	Eu faço isso às vezes	Eu faço isso muito	Eu faço isso sempre
38. Penso em coisas fantásticas ou irreais (como uma vingança perfeita ou achar muito dinheiro) que me fazem sentir melhor.....				
39. Eu sairei dessa experiência melhor do que entrei nela.....				
40. Eu digo a mim mesmo o quanto já consegui.....				
41. Eu desejaria poder mudar o que aconteceu comigo.....				
42. Eu fiz um plano de ação para resolver o meu problema e o estou cumprindo.....				
43. Converso com alguém para obter informações sobre a situação.....				
44. Eu me apego à minha fé para superar esta situação.....				
45. Eu tento não fechar portas atrás de mim. Tento deixar aberto várias saídas para o problema.....				

Você tem feito alguma outra coisa para enfrentar ou lidar com o seu problema?

---



---



---

Favor verificar se todos os itens foram preenchidos>  
Obrigado!

## ESTRATÉGIAS

**Focalização no Problema**

1.	Eu levo em conta o lado positivo das coisas.....
3.	Eu me concentro em alguma coisa boa que pode vir desta situação.....
10.	Eu insisto e luto pelo que eu quero.....
14.	Encontro diferentes soluções para o meu problema.....
15.	Tento ser uma pessoa mais forte e otimista.....
16.	Tento evitar que meus sentimentos atrapalhem em outras coisas na minha vida.....
17.	Eu me concentro nas coisas boas da minha vida.....
19.	Aceito a simpatia e a compreensão de alguém.....
24.	Eu sei o que deve ser feito e estou aumentando meus esforços para ser bem sucedido.....
28.	Estou mudando e me tornando uma pessoa mais experiente.....
30.	Eu fico me lembrando que as coisas poderiam ser piores.....
32.	Eu tento não agir tão precipitadamente ou seguir minha primeira idéia.....
33.	Mudo alguma coisa para que as coisas acabem dando certo.....
36.	Encaro a situação por etapas, fazendo uma coisa de cada vez.....
39.	Eu sairei dessa experiência melhor do que entrei nela.....
40.	Eu digo a mim mesmo o quanto já consegui.....
42.	Eu fiz um plano de ação para resolver o meu problema e o estou cumprindo.....
45.	Eu tento não fechar portas atrás de mim. Tento deixar aberto várias saídas para o problema.....

**Focalização na Emoção**

2.	Eu me culpo.....
5.	Procuro um culpado para a situação.....
11.	Eu me recuso a acreditar que isto esteja acontecendo.....
12.	Eu brigo comigo mesmo; fico falando o que devo fazer.....
13.	Desconto em outras pessoas.....
18.	Eu desejaria mudar o modo como eu me sinto.....
20.	Demonstro raiva para as pessoas que causaram o problema.....
22.	Eu percebo que eu mesmo trouxe o problema para mim.....
23.	Eu me sinto mal por não ter podido evitar o problema.....
25.	Eu acho que as pessoas foram injustas comigo.....
29.	Eu culpo os outros.....
34.	Procuro me afastar das pessoas em geral.....
35.	Eu imagino e tenho desejos sobre como as coisas poderiam acontecer.....
37.	Descubro quem mais é ou foi responsável.....
38.	Penso em coisas fantásticas ou irrealis (como uma vingança perfeita ou achar muito dinheiro) que me fazem sentir melhor.....

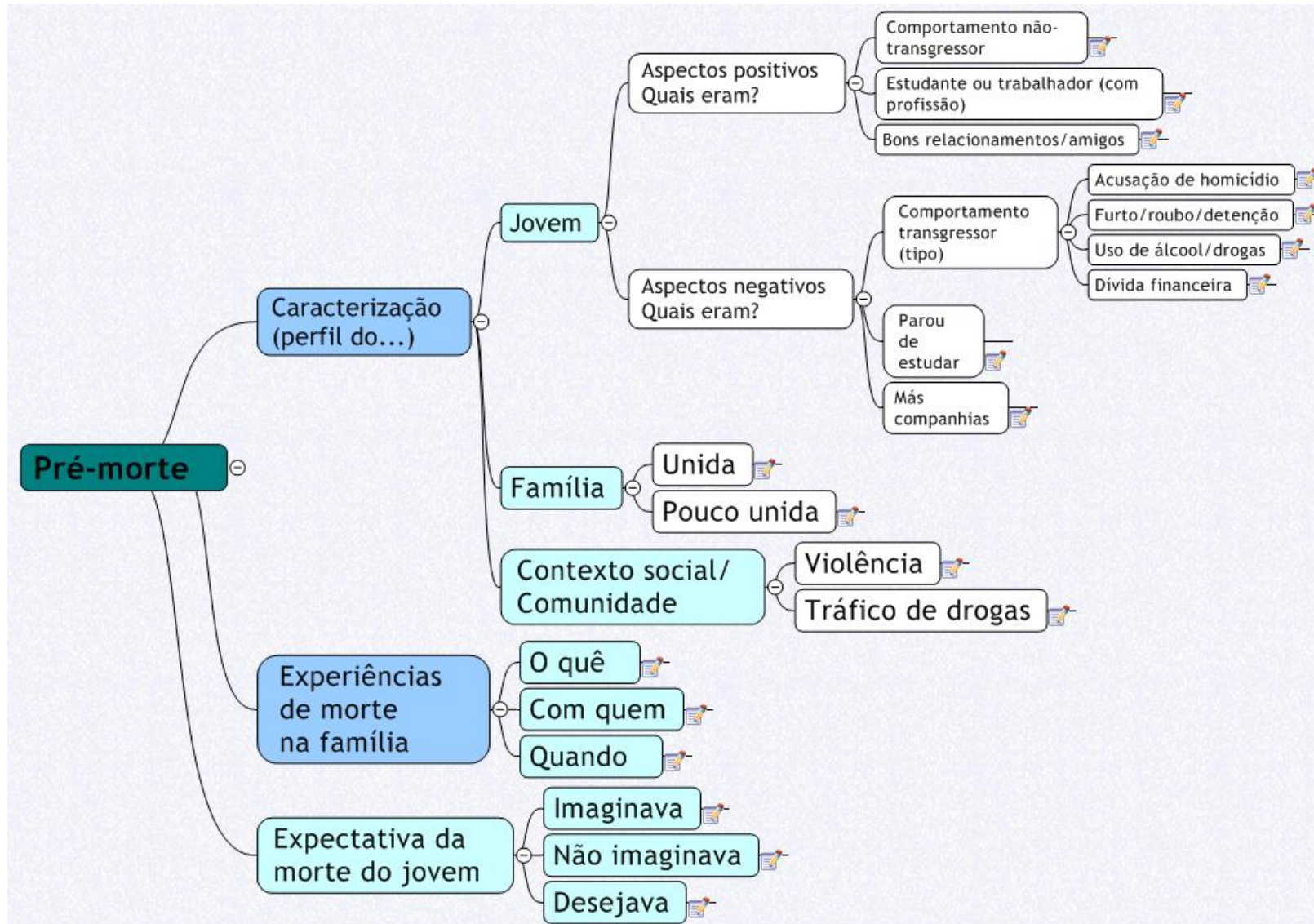
**Busca de Prática Religiosa / Pensamento Fantasioso**

6.	Espero que um milagre aconteça.....
8.	Eu rezo / oro.....
21.	Pratico mais religião desde que tenho esse problema.....
26.	Eu sonho ou imagino um tempo melhor do que aquele em que estou.....
27.	Tento esquecer o problema todo.....
41.	Eu desejaria poder mudar o que aconteceu comigo.....
44.	Eu me apego à minha fé para superar esta situação.....

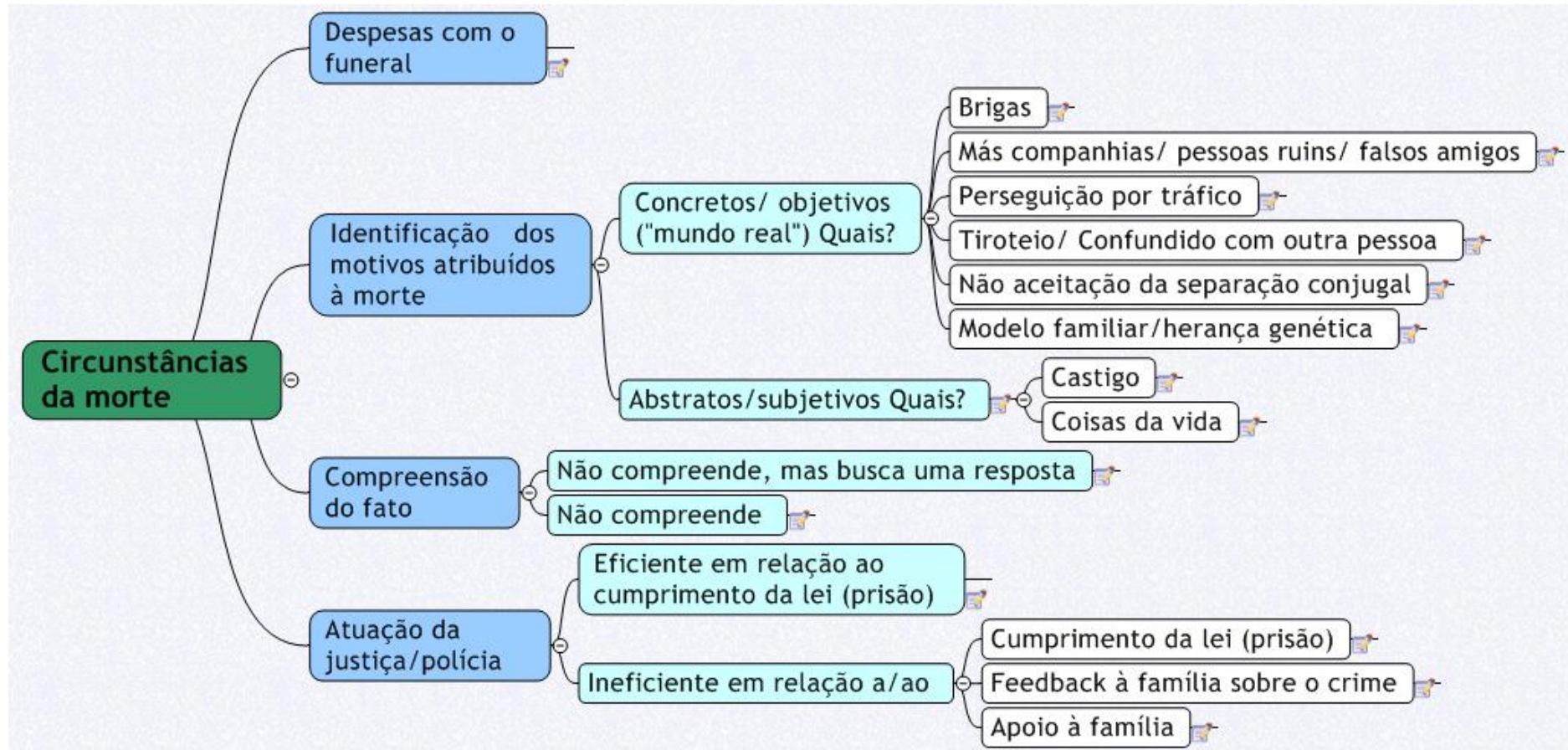
**Busca de Suporte Social**

4.	Eu tento guardar meus sentimentos para mim mesmo.....
7.	Peço conselho a um parente ou amigo que eu respeite.....
9.	Converso com alguém sobre como estou me sentindo.....
31.	Converso com alguém que possa fazer alguma coisa para resolver o meu problema.....
43.	Converso com alguém para obter informações sobre a situação.....

*Anexo D - Sistema de Categorias*  
**Período Relativo ao Homicídio (Pré-morte)**

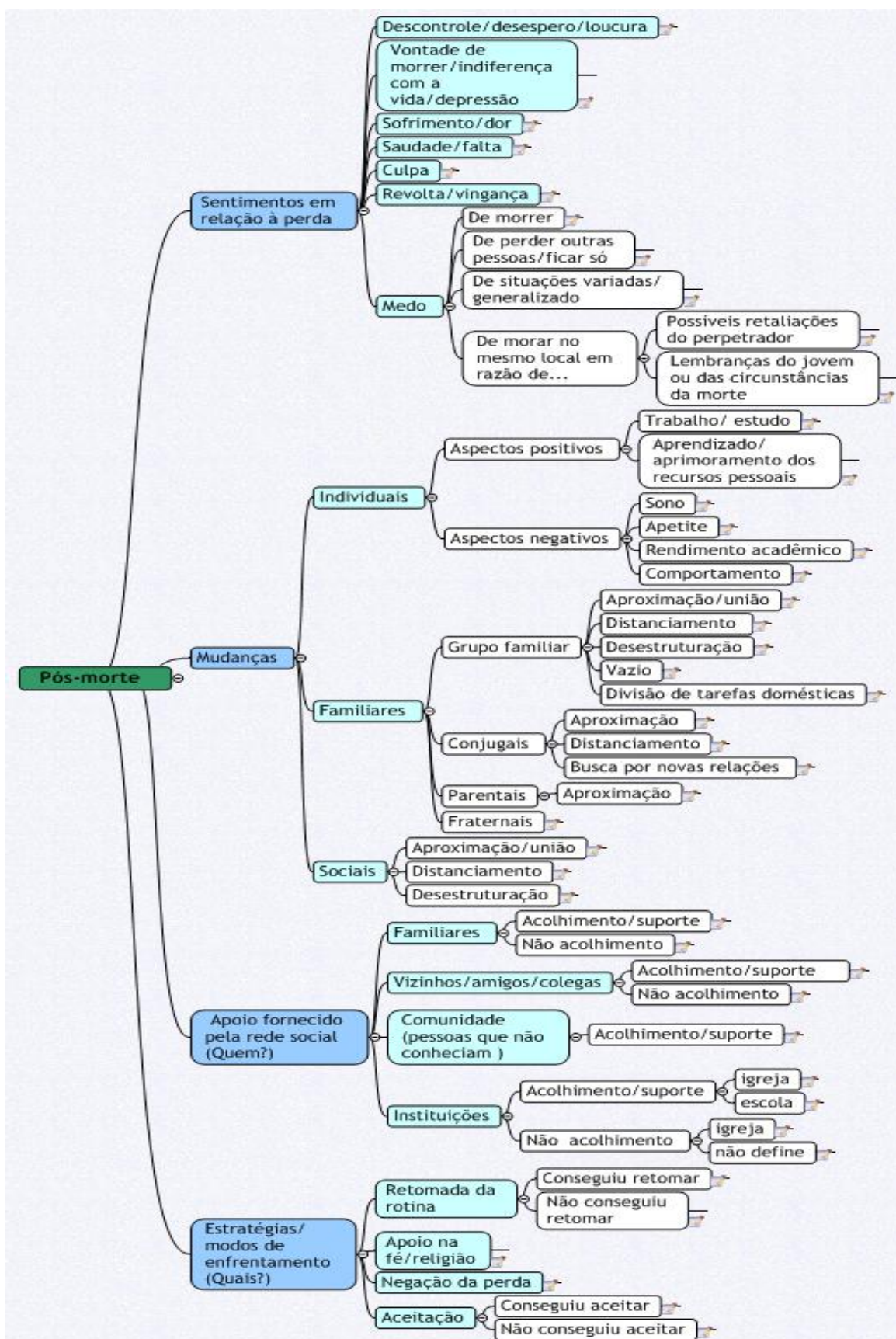


*Anexo D - Sistema de Categorias*  
**Período Relativo ao Homicídio (Circunstâncias da morte)**





*Anexo D - Sistema de Categorias*  
 Período Relativo ao Homicídio (Pós-morte)



**Anexo D - Sistema de Categorias**  
**Valores, Crenças e Expectativas**

